



resenha

de política exterior do brasil

número 54, julho, agosto e setembro de 1987

1. visita do presidente sarney à argentina
2. presidente sarney no méxico
3. o enriquecimento de urânio e o programa autônomo de tecnologia nuclear brasileira
4. paraguai estabelece um depósito franco no porto do rio grande
5. a segunda reunião do mecanismo permanente de consulta e concertação política
6. abreu sobré na unctad
7. em Brasília, o seminário sobre o "brasil e a política nuclear internacional"
8. o brasil e a declaração sobre a zona de paz e de cooperação do atlântico sul
9. abertura do debate geral da quadragésima segunda assembléia-geral da onu
10. o ministro dos negócios estrangeiros da urss visita o brasil

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 54. julho, agosto e setembro de 1987

ano 13. ISSN 0101 2428

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Roberto de Abreu Sodré

Secretário Geral das Relações Exteriores
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Subsecretário Geral de Administração e de Comunicações
Embaixador Marco César Meira Naslausky

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Luiz Antônio Jardim Gagliardi

Chefe do Centro de Documentação
Conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação trimestral do Ministério das Relações Exteriores, editada pelo Centro de Documentação (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Redator e Editor responsável: Antônio de Souza Rocha
Responsável pela Distribuição: Marinete Bemardino Boaventura; Jorge dos Santos

Redação, administração, distribuição e endereço para correspondência:
Centro de Documentação (CDO) - Palácio do Itamaraty, anexo I, prédio administrativo, salas 728/730, 7º andar.
Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, Brasil.
CEP 70 170. Telefones: (061) 211 -6410 e 211 -6474.

Resenha de Política Exterior do Brasil

Ano 1 - nº 1 - junho de 1974 - Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1974.

v. trimestral

1. Brasil - Relações Exteriores - Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

327 (081) (05)
R433

visita do presidente sarney à argentina

Discursos proferidos pelos Presidentes José Sarney e
Raul Alfonsín, em Viedma, no dia
15 de julho de 1987.

discurso do presidente José Sarney

Excelentíssimo Senhor
Presidente Raul Alfonsín,

Ao visitar a região onde será instalada a nova capital da República Argentina, antevejo o futuro de transformação e modernidade para o qual se prepara esta Nação irmã. Aqui está simbolizada a nova Argentina, livre e democrática, revitalizada em seu espírito criador, em suas lutas e esperanças. Aqui venho homenagear seu povo, nobre e amigo, por essa iniciativa de excepcional relevância em sua história.

Nós, brasileiros, pela própria experiência que tivemos com a fundação de Brasília, há vinte e sete anos, não só compreendemos, como também admiramos, a decisão do povo argentino.

Esta região de enorme potencial, ponto de transição entre a insuperável fertilidade da Pampa úmida e as riquezas da Patagônia, assume uma responsabilidade histórica no desenvolvimento nacional, na descentralização das atividades produtivas, na expansão econômica, enfim, na irradiação do progresso pelo vasto e diversificado território deste país. São, todos, objetivos com os quais se compromete a atual geração de argentinos, sob a liderança firme e encorajadora de Vossa Excelência.

Em Viedma a Argentina constrói o seu futuro. Minha presença aqui serve a propósito semelhante, ligado à continuação de uma obra

também histórica e ousada, de grande e inédito alcance, a integração entre nossos dois países.

Essa obra foi lançada com vigor e determinação no encontro presidencial do Iguaçu. Demos, então, início ao Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina. Juntos, plantamos uma semente. Ela vingou, cresce e frutifica.

O relacionamento e a parceria do Brasil com a Argentina se fortaleceram em todos os campos. Vivemos irmanados e solidários. Afastamos os fantasmas da rivalidade e da competição. Queremos compartilhar os frutos do progresso, da ciência, da cultura, e do crescimento econômico. Comungamos das liberdades democráticas, do respeito aos direitos humanos e da fé inabalável em um futuro de fraterno e duradoura harmonia entre nossos povos.

A integração é necessária para que possamos conjuntamente alcançar um futuro de plenas realizações.

Nossa vontade política comum representa a principal garantia do êxito do Programa de Integração.

Sabemos que a união nos dará a força para superar as nossas limitações; através do apoio mútuo, resolveremos nossas dificuldades; somando recursos e inteligências, conseguiremos abrir novos horizontes.

A integração Argentina-Brasil se fundamenta na cooperação franca e igualitária. No conti-

nente latino-americano, às vésperas do século XXI, não há lugar nem para pretensões hegemônicas, nem para a autarquia.

Senhor Presidente,

Há pouco tempo, perante foro que congrega os países latino-americanos, Vossa Excelência afirmou que vivíamos 'um momento difícil, um momento de crise, mas também de desafio, de esperança e de oportunidade'.

A integração é a resposta prática e criativa que o Brasil e a Argentina apresentam para esse momento. Elaboramos novas e mais aperfeiçoadas formas de cooperação. Com coragem, aproveitamos as potencialidades oferecidas por nossas economias.

Não estamos preocupados apenas com números e estatísticas frias. Os laços que unem o Brasil à Argentina não se reduzem a meros exercícios contábeis. Estamos firmemente empenhados em transformar a essência de nossas relações, colocando-as sob o signo permanente da cooperação e do entendimento. Temos, sobretudo, a noção clara de que nossos interesses estão cada vez mais entrelaçados.

Os atos hoje firmados aprofundam e ampliam o programa que decidimos encetar juntos em Iguazu e que prosseguimos em Buenos Aires e em Brasília. Incorporamos ao Programa de Integração campos até então pouco explorados no âmbito bilateral assim como mecanismos de cooperação originais e promissores.

Os novos instrumentos assinados, nas áreas do comércio, finanças, comunicações, bens de capital, transporte, produtos agrícolas, biotecnologia e administração pública, fortalecem a malha de interesses do Brasil e da Argentina. Demonstramos a firmeza e viabilidade do nosso compromisso de trabalhar juntos, prosperar juntos, crescer juntos. Reafirmamos nosso propósito de assegurar índices cada vez maiores de autonomia tecnológica em nossos países.

Estamos cumprindo as etapas e os objetivos **a que nos propusemos, de acordo com os** princípios de gradualismo, flexibilidade e equilíbrio.

O processo que levamos adiante reflete o nível de entendimento e a intimidade de convívio a que chegaram nossos países.

Essas conquistas nos permitem encarar com otimismo o futuro do Programa de Integração e Cooperação Económica. Sabemos que seu êxito pleno exigirá a intensificação das iniciativas e mecanismos de colaboração que temos procurado explorar nos últimos tempos. Para tanto, necessitamos mais do que boa vontade. Necessitamos firme determinação política, atitudes maduras e construtivas, decisões que correspondam ao momento histórico atual da América Latina. Necessitamos, também, adaptarmo-nos internamente às condições e necessidades da integração.

A verdade é que hoje não estamos participando meramente de um processo de negociação comercial. Estamos promovendo uma autêntica integração económica entre nossos países, com todas as exigências e complexidades que ela acarreta. Para tanto, devemos estar cientes de que esse processo demandará a crescente harmonização de nossas políticas nacionais e a criação de uma verdadeira mentalidade de cooperação em todos os níveis e setores de nossas economias, públicos e privados,

Senhor Presidente,

Brasil e Argentina esforçaram-se com denodo para preservar suas conquistas democráticas e assegurar seu desenvolvimento econômico-social. A integração é um dos instrumentos dessa ata.

Vivemos internamente período de grandes mudanças e buscamos promover, no plano internacional, as transformações necessárias que favoreçam nossos objetivos de progresso e estabilidade.

A questão do endividamento externo - que incide com especial dureza sobre a América Latina - vem continuamente testando a habilidade para encontrarmos saídas justas e equilibradas.

O princípio da responsabilidade compartilhada entre credores e devedores representa elemento fundamental na questão da dívida. As obrigações não devem, nem podem ser unilaterais, transformando-se em pesado ônus para nosso continente, comprometendo seriamente o seu processo de crescimento.

O equacionamento real para esse grave problema aponta sobretudo para a reformulação das regras que balizam o comércio e as finanças internacionais. É tarefa urgente e prioritária rever a atual ordem econômica internacional, flagrantemente injusta e prejudicial aos países em desenvolvimento. Novos parâmetros devem ser criados para reverter a tendência à insuportável depreciação dos preços dos produtos primários, que se situam nos níveis mais baixos registrados nas últimas décadas, inferiores, mesmo, aos do período de grande depressão. Novas iniciativas devem ser tomadas para eliminar o protecionismo praticado nos mercados dos países industrializados, com maior capacidade de importação, e para facilitar a captação dos recursos financeiros necessários ao nosso desenvolvimento.

A integração entre nossas economias e sociedades certamente nos fortalecerá em nossos esforços por uma ordem econômica mais justa e para a solução da questão magna e inadiável da dívida.

Senhor Presidente,

Este reencontro com a Argentina consolida a minha admiração pelo seu povo nobre e hospitaleiro. Tenho-a especialmente desde meus primeiros contatos com a cultura, o espírito e o extraordinário progresso atingido por seu país.

A experiência, a determinação e a visão de estadista de Vossa Excelência foram e têm sido condição essencial para que a epopeia

da integração germinasse e prosperasse. Comungamos entusiasticamente dessa tarefa desde sua concepção. É um alto privilégio para mim empreendê-la ao lado de Vossa Excelência.

A Argentina e o Brasil, sob a égide da plenitude democrática, cuidam de desvendar horizontes à altura do seu potencial. Juntos, enfrentam o desafio da modernização, do progresso e do desenvolvimento.

É nosso dever interpretar o presente e lançar os fundamentos do futuro. O destino exige que saibamos materializar os elevados ideais compartilhados por nossos países. E este destino não pode ser outro senão o da profunda, autêntica e perene amizade entre o Brasil e a Argentina.

discurso do presidente raúl alfonsín

Señor Presidente,

Desde este esperançado sur argentino, deseo transmitirle la emocionada bienvenida de mis conciudadanos. En usted, Presidente dei gran pueblo brasileño, saludamos ai huésped ilustre de la que será capital de la república.

El verdadero sentido fundacional de este momento quizá solo será apreciado con exactitud por las generaciones que nos sucedan, justamente aquellas para las que estamos trabajando, juntos, los argentinos y brasileños de hoy.

Percibimos en este instante, en este preciso lugar de la pátria, algo muy similar a lo que sentimos pocos meses atrás ai poner pie en el extremo norte dei Brasil, en Carajás, y luego en el corazón de su vasta geografía, en Brasília. Aquí y ai lá están presentes el mismo mensaje y los mismos símbolos dei futuro hacia el cual vamos: un mensaje de esperanza y de coraje, un proyecto grande y nuevo para nuestros hijos, un desafío para dos pueblos jóvenes que han recuperado su vocación de marchar hacia adelante con el entusiasmo y la convicción de quienes aspiran a ser protagonistas de la historia y no meros observadores de las transformaciones que otros operan en el mundo moderno.

Estamos hoy, Señor Presidente, en el punto hacia donde muchos argentinos comenzarán a emigrar muy pronto. Hacia aquí trabajaron sacrificadamente por conquistar este inmenso territorio de la patagonia.

Los argentinos hemos decidido concluir, de una vez por todas, el gran proyecto de la integración nacional. Hemos comprendido, y hemos resuelto, que era hora de marchar al sur, al mar y al frío, que era hora de ocupar y desarrollar una Argentina hasta hoy postergada.

Al mirar este nuevo horizonte de la patria no puedo menos que imaginar los profundos cambios que sobrevendrán, convocados por la misma fuerza y entusiasmo que en el pasado llevaron a miles de hombres y mujeres a poblar el desierto. El gran proyecto nacional que encierra esta marcha hacia el sur evoca, también, aquella formidable transformación que significó para el Brasil la determinación del Presidente Juscelino Kubistchek de establecer la nueva capital de su país en Brasília, conquistando así el eje central de su inmenso territorio y proyectando desde allí, hacia todos los rincones de la Nación, la renovada pujanza que siempre suscita el sueño de un gran futuro.

Pero está también presente hoy, entre nosotros, un símbolo mayor y más trascendente: nuestra marcha hacia el sur se inicia al mismo tiempo en que damos los primeros pasos de un gran proyecto político que nuestros dos países ya están consolidando: la integración argentino-brasileña, concebida dentro de un esquema más vasto que apunta, en definitiva, a la integración gradual de toda América Latina.

La sangre de nuestros pueblos originarios, mezclada con la de millones de inmigrantes que llegaron a nuestras tierras con fe en su futuro, ha configurado, más allá de las diversidades regionales, una comunidad humana que se identifica como perteneciente a un mismo universo histórico y cultural.

Aun dividida nuestra América Latina en diversos estados nacionales, cada uno con su indi-

vidualidad, existe desde siempre entre nosotros la conciencia profunda de que todos conformamos una misma Nación. Por ello, Señor Presidente, no podemos sino coincidir con Ernesto Renán 'Lo que constituye una Nación no es el hecho de hablar una misma lengua o pertenecer al mismo grupo étnico, sino haber hecho grandes cosas juntos en el pasado y querer aun hacerlas en el porvenir¹.

La unidad latinoamericana, como objetivo que ponga efectivamente en marcha una profunda integración regional en los planos económico, político y cultural, no puede reducirse a un ejercicio retórico.

Es un imperativo histórico, el auténtico presupuesto final del gran proyecto político en función del cual se explica y se justifica el proceso concreto de integración que hoy moviliza a la Argentina y al Brasil.

Nuestros dos países han emprendido, con la determinación política necesaria y con la audacia también necesaria, una empresa común cuyas proyecciones marcarán profundamente el desarrollo de los acontecimientos en nuestra subregión en las próximas décadas. Sabemos, desde luego, que se trata de un proceso germinal, pero sabemos también que es irreversible y que este ejemplo se irá ampliando gradualmente a toda América Latina.

Señor Presidente,

Apenas un año y medio atrás, en Iguazú, pusimos en marcha este ambicioso programa de integración dispuestos a trabajar con el objetivo de crear un espacio económico regional. Crecer juntos fue nuestro lema, y nos asociamos en un proyecto común que procuramos expandir día a día. En julio de 1986, en Buenos Aires, realizamos los primeros acuerdos concretos y desde entonces a hoy no hemos dejado de incorporar a ese programa nuevos sectores y nuevas posibilidades.

Estamos demostrando, mediante esa acción concertada, que nuestros pueblos son capaces de pensar en grande y de mirar hacia el mañana. Y de construir el mañana. Es una

aspiración pêro es también una necesidad, pues estos no son tiempos para mantener o añorar el aislamiento provinciano, como lo muestran los países más desarrollados cuando asocian sus intereses y mercados configurando grandes espacios productivos.

Hemos precisado de coraje y de imaginación para romper con los viejos moldes, y continuamos siendo tozudos y perseverantes en la búsqueda de nuevas vías y mecanismos que generen un nuevo estado de cosas en la región. Recordamos que, en los momentos iniciales, eran muchos los que temían por los prejuicios, sectoriales que de este proceso podrían derivarse. Pues bien, a solo un año de entonces, muchos escépticos de ayer son hoy decididos impulsores de una mayor rapidez en la profundización de este programa integrador, que todos aceptan ya como algo necesario y posible.

Llevamos apenas un afio modelando, afinando y ejercitando los mecanismos ideados para concretar y ampliar este programa de integración y, en tan corto lapso, nuestro accionar concertado ha servido ya para despertar fuerzas e ideas que estaban adormecidas en nuestros pueblos. Estamos así recobrando los sueños de pujanza y desarrollo que la crisis que nos circunda parece querer arrebatar de cada instante.

Nuestro objetivo no fue ni podría ser de corto plazo. Dos pueblos están trabajando aquí, juntos, para una nueva generación que exigirá de nosotros algo mejor de lo que tuvieron sus padres.

Nuestro desafío es doble: saber interpretar las aspiraciones de nuestros pueblos y hacer lo necesario para que ellas no se frustren una vez más. Estamos firmemente convencida l Señor Presidente, que brasileiras y argentinos, ai igual que sus hermanos de esta América Latina tan viva y también tan maltratada, están hastiados de pobreza y desesperanza. Nuestros pueblos, todos ellos, quieren preservar su readquirida libertad; quieren vivir en paz, ajenos a conflictos que otros generan o estimulan quieren alimentarse, sanar y edu-

carse. Quieren, en suma, ser protagonistas de la aventura de la creatividad humana y no más sujetos débiles, marginados de la civilización moderna, simple receptores tardios y pasivos de la pujanza de otros.

Si coincidimos en que el orden internacional de nuestros días se caracteriza por la creciente interdependência y la acelerada revolución tecnológica, coincidiremos también en que no hay otra posibilidad para lograr el bienestar de nuestros pueblos que sumar esfuerzos y ampliar los espacios económicos disponibles. Es esta convicción la que alimenta nuestros empeños de hoy.

"Ayer, ai visitar las instalaciones de Pilcaniyeu donde se hizo el enriquecimiento dei urânio, la presidenta de la CNEA destaco el significado internacional de este acontecimiento. Quiero subrayar este acto de ayer por su simplicidad y ai mismo tiempo por su trascendencia histórica. Si todos los hombres dei mundo de buena voluntad hicieran cosas análogas y se abrieran las puertas de los recintos donde se hacen operaciones similares para mostrar el mismo espíritu de paz y el mismo fervor por el progreso dei género humano, seguramente se afianzaría la convivência y podría aumentar el optimismo en todas partes. Hojalá que las voces de dos presidentes de esta región dei continente americano lleguen a ser oidas en el mundo entero y sirvan a este propósito de comprensión, de progreso y de paz".

Señor Presidente,

Cuando un empresário resuelve su inversión y define su producto pensando en el mercado propio y en el vecino; cuando un trabajador dedica su esfuerzo a producir lo que consumirán dei otro lado de la frontera; cuando el funcionario de un país coordina su decisión con su colega dei otro país; cuando un artista lleva sus obras libremente de Buenos Aires a San Pablo, o viceversa; cuando un cineasta argentino trabaja mancomunadamente con un productor brasileño; cuando esos u otros ejemplos así o a la inversa se hayan convertido en un hecho cotidiano, podremos decir que hemos cumplido con nuestro objetivo.

Esta es, en términos, simples, nuestra meta inicial. Y debemos reconocer que son múltiples y extraordinariamente alentadores los pasos concretos que ya dimos marcando ese camino.

Hemos formalizado en apenas un año, a través de diversos protocolos, acuerdos de significativa importância. Ellos se refieren a campos tan variados como bienes de capital, provisión de trigo, abastecimiento alimentario, expansión del comercio, constitución de empresas binacionales, asuntos financieros, establecimiento de un fondo de inversiones, energía, biotecnología, creación de un centro de estudios económicos, cooperación nuclear, cooperación aeronáutica, siderurgia, transporte terrestre, transporte marítimo y comunicaciones.

A estos acuerdos, en cada uno de los cuales se ha trabajado intensamente ampliando sus alcances iniciales, se sumarán ahora nuevos protocolos referidos a la cooperación cultural y la administración pública. Y se agregarán asimismo a corto plazo, a medida que avancen las conversaciones, otras importantes áreas susceptibles de cooperación recíproca.

La simple mención de los sectores involucrados en estos entendimientos pone en evidencia que nuestro programa de cooperación se está expandiendo rápidamente hasta abarcar una parcela sustancial de nuestro universo productivo. Pero si esto es significativo, lo es más todavía comprobar que se está operando un crecimiento importante en la Mamada lista común de bienes de capital, que comprende los productos cuya importación por uno u otro país queda liberada del pago de cualquier arancel.

Con este proceso iremos abriendo, progresivamente, un ancho horizonte de posibilidades a nuestras industrias, promoviendo nuevas fuentes de trabajo y generando riqueza. La sana competência que de allí se derive habrá de traducirse en la incorporación de nuevas tecnologías y esto, a su vez, influirá positivamente en la calidad de los bienes producidos y en su precio final.

El programa de integración supone también, como ya esb jucediendo en algunos sectores, el surgimiento de asociaciones entre industrias de los dos países o la creación de empresas binacionales que programarán su producción teniendo en vista no solo a este mercado ampliado sino a terceros mercados.

Debemos también observar que, entre los primeros resultados beneficiosos de este programa, está el de haber contribuído a un sensible incremento del intercâmbio comercial entre nuestros dos países, que pasó de escasos 900 millones de dólares en 1985 a 1.400 millones en 1986, con una composición balanceada entre importaciones y exportaciones.

Somos conscientes, sin embargo, de que estamos iniciando un camino que implica un cambio fundamental en lo que ha sido hasta hoy nuestra relación bilateral y sabemos que deberemos ser pertinaces e imaginativos para superar las dificultades que aun persistan.

Pêro contamos con la fuerza y la determinación que proporcionan saber adonde vamos y comprender que no estamos solos en esta empresa. Tenemos la certidumbre de haber dado un paso histórico al delinear juntos un modelo de acción concertada que, basado en la configuración de un gigantesco espacio económico integrado, traduce la voluntad de los dos países de encarar con realismo nuestra inserción en el mundo y la determinación común de asegurarnos un papel participante, activo, de creciente gravitación en el escenario internacional que nos aguarda.

El camino iniciado no tiene retomo, estamos resueltos a transitarlo con seriedad, sin anúncios ni gestos espectaculares. Creemos que el mejor de los resultados será el que obtengamos del esfuerzo y la dedicación cotidiana a un objetivo que, por claro y trascendente, ha generado ya su propia dinámica involucrando a los más variados intereses de la producción, el trabajo y la inteligencia en uno y otro país. Y cuando esos intereses se entrelacen y con-

soliden, tendremos frente a nosotros la realidad de una verdadera integración, la que se expande porque responde al interés de la sociedad como un todo y no ya solamente a la decisión de sus gobernantes.

Señor Presidente,

Sería muy corto nuestro aliento político si limitáramos nuestras aspiraciones y nuestros sueños al mero programa de integración en marcha entre nuestros dos países. El proceso que avizoramos es mayor y comprende a toda Latinoamérica. Cuando observamos que la región posee, en conjunto, una población y un producto comparables a los de otros grandes espacios económicos, que disponemos de recursos naturales, inmensos, tanto en tierra como en nuestra plataforma submarina, que los mares que nos circundan comunican directamente con los principales mercados de oriente y occidente, no podemos sino concluir en que es indispensable no demorar más la tarea de organizar nuestra unidad futura.

No será esa, desde luego, una meta que suponga privilegiar exclusivamente los intereses u objetivos de naturaleza económica o comercial. Por el contrario, estamos convencidos de que el bienestar que procuramos para el hombre americano está inevitablemente ligado a la consolidación del marco de libertades que garantiza el estado democrático, instrumento necesario para promover el cambio social, la convivencia y el consenso que se requieren para aspirar a un desarrollo sostenido y estable de nuestras sociedades.

Porque estamos convencidos que no hay posibilidad de progreso y bienestar si no están preservadas la dignidad del hombre y su vida en libertad, nos alienta comprobar como se ha precipitado en América el retorno a la democracia. Este reencuentro con la libertad es al mismo tiempo dejar atrás nuestro aislamiento para reencontrarnos con el mundo.

Señor Presidente,

Argentinos y Brasileños tenemos la convicción de haber iniciado un camino cierto.

Este diálogo cotidiano entre nuestros gobiernos, que habrá de profundizarse a medida que lo hagan las vinculaciones de todo orden entre las fuerzas productivas de los dos países y entre los sectores representativos de nuestros pueblos, permitirá ampliar cada vez más nuestro programa de integración.

Las dificultades que afrontamos son similares, pero también lo son nuestras voluntades de crecer. Hacer juntos ese esfuerzo no es solo sensato sino indispensable. Ciento sesenta millones de connacionales serán los beneficiarios inmediatos de esta nueva relación histórica que hemos inaugurado en Iguazú, con la vista tendida muchos años adelante.

Estamos pensando en las generaciones futuras, pero sin la estrechez de quien solo observa su propia tierra. El espacio americano es mucho más vasto y dentro de él encontramos a los mismos hombres, todos ellos igualmente merecedores y necesitados de una vida más digna que ofrezca mejores posibilidades para su desarrollo social. Entenderlo así y luchar empecinadamente por ello es el verdadero desafío de nuestra generación.

declaração conjunta sobre política nuclear

Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, assinada em 17 de julho de 1987, em Viedma, pelo Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney e pelo Presidente da República Argentina, Raul Alfonsín.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina

Tendo em vista os compromissos assinados nas Declarações conjuntas sobre política nuclear, subscritas em Foz do Iguaçu e Brasília,

DECIDEM:

Destacar o marco fundamental que, dentro do processo de fomento da confiança mútua e no contexto do inarredável compromisso de am-

bas as Nações de utilizar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, representa a histórica visita do Presidente José Sarney às instalações da Usina de Enriquecimento de Urânio de Pilcaniyeu, fonte de legítimo orgulho da ciência e tecnologia argentinas.

Reiterar sua satisfação pelos significativos avanços alcançados, em suas reuniões periódicas, pelo Grupo de Trabalho Conjunto sobre Política Nuclear, estabelecido pela Declaração de Iguaçu.

Enfatizar a importância do amplo e fluído intercâmbio de informações de interesse comum e de experiências decorrentes dos projetos bilaterais conjuntos no campo nuclear.

Ressaltar os progressos alcançados no sentido de aperfeiçoar os aspectos legais e técnicos da cooperação nuclear.

Assinalar a importância das reuniões empresariais realizadas, que evidenciam a ativa participação de empresas públicas e privadas no processo de vinculação nuclear, ampliando assim as possibilidades da cooperação pela via de integração das indústrias de ambos os países.

Viedma, em 17 de julho de 1987.

pelo Governo da República Federativa do Brasil

José Sarney

pelo Governo da República Argentina

Raul Alfonsín

presidente sarney no méxico

Pronunciamento do Presidente José Sarney no Pátio de Honra do Palácio Nacional, na ocasião em que foi recebido pelo Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Miguel de La Madrid - Cidade do México - 17.08.87

Excelentíssimo Senhor
Presidente Miguel de La Madrid,

Muito me honram as generosas palavras com que Vossa Excelência me recebe, e àqueles que me acompanham, no momento em que inicio minha visita ao México, este grande país a que o Brasil se sente ligado por antigos, múltiplos e fortes laços.

Esta calorosa acolhida bem reflete a amizade e o afeto espontâneo que sempre marcaram as relações entre os governos e os povos mexicano e brasileiro.

Há pouco menos de dois anos tive a oportunidade de visitar Vossa Excelência, em ocasião em que o México vivia momentos atribulados. Eu vinha trazer a Vossa Excelência, e ao valeroso povo mexicano, minha simpatia pessoal e a profunda solidariedade da nação brasileira diante do infortúnio que se abatera sobre esta bela e exuberante cidade.

Hoje minha visita ao México se reveste de grande alegria, pois ela se insere em um quadro em que o relacionamento entre os nossos dois países se revela particularmente rico, denso e diversificado.

Nos dias que se seguirão, teremos a oportunidade de examinar juntos a atualidade desse quadro promissor das relações entre o México e o Brasil.

Nossos colaboradores têm igualmente diante de si um terreno fértil, em que a grande diver-

sidade dos temas de interesse bilateral, regional e internacional oferece matéria para as conversações que serão levadas a efeito durante minha visita.

No plano internacional, a criativa diplomacia mexicana tem contribuído, com sua presença universal e com sua voz experiente, para sublinhar as posições e teses latino-americanas em assuntos e questões da atualidade mundial, em que a convergência de visões e de enfoques brasileiros e mexicanos é crescente.

Inspirados pelo legado de uma história comum de independência e de afirmação nacional, nossos povos têm enfrentado com denodo os obstáculos que a economia internacional nos impõe.

O Brasil e o México têm procurado, em todas as ocasiões, sensibilizar as nações desenvolvidas para uma atitude mais construtiva e para o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial mais justa e equitativa.

Temos, no plano bilateral, um considerável potencial de cooperação, que buscamos explorar em benefício mútuo, estou seguro de que, dentro do espírito de sólida amizade e solidariedade latino-americana que preside nossas relações, saberemos dar vigor ainda maior à nossa fecunda colaboração, em termos mais condizentes com nossas reais possibilidades.

Estou seguro de que os encontros que manteremos serão inspirados pela vontade mútua de construir um relacionamento cada vez mais sólido.

Início esta viagem com a emoção de quem visita um velho amigo, trazendo os olhos ávidos de vê-lo, os braços estendidos para um longo abraço, o coração acelerado pela ânsia do encontro e as mãos apertadas longamente, transmitindo o desejo de estar juntos.

Tudo isso tem uma força motivadora.

Grande força, extraordinária força, a da amizade.

É esta amizade do povo brasileiro que eu trago e que transmito ao heróico povo mexicano, ao qual chamamos de irmão e amigo, unindo cada vez mais Brasil e México.

palavras do presidente sarney durante jantar oferecido pelo presidente miguel de la madrid.

Discurso Pronunciado pelo Presidente José Sarney, durante o jantar oferecido pelo Presidente do México, Miguel de La Madrid, no Palácio de Tlatelolco - Cidade do México- 17.08.87

Senhor Presidente,

Desejo expressar, em meu nome e no de todos os que me acompanham, os melhores agradecimentos pela fidalguia e hospitalidade com que somos recebidos pelo Governo mexicano. As palavras calorosas que Vossa Excelência acaba de pronunciar atestam a solidez dos laços de toda ordem felizmente existentes entre o Brasil e o México e auguram futuro de crescente aproximação entre nossos povos irmãos.

Sou grato a Vossa Excelência por seu generoso convite para visitar o México. Sempre fui grande admirador de seu país, de sua gente e de sua cultura. Portador de uma história de heroísmo e de afirmação nacional, o México se integra no patrimônio latino-americano com a riqueza de sua tradição e o dinamismo de sua visão de futuro. Minha estada em vosso belo país dá-me a oportunidade de um contato pessoal e direto com a sabedoria e com a inteligência mexicana. Constitui também ocasião para que façamos um exame mais

profundo do racionamento entre o Brasil e o México e, ben - 'sim, para efetuarmos uma avaliação conjunta cu,s temas e questões regionais e internacionais que interessam a nossos países.

São muitos os pontos em comum que nos aproximam.

Embora distintas em suas origens e específicas em seus contornos sócio-culturais, as histórias nacionais mexicana e brasileira percorreram caminho comum em sua evolução. Foi um processo árduo e penoso este que nos conduziu da transplantação europeia à heterogeneidade de hoje. Busca de síntese num contexto de ruturas, a História da América Latina é uma crônica de sucessos e fracassos, que tem como fio condutor a permanente vontade de nossos povos de afirmar uma identidade própria, de gerar a singularidade dentro da diversidade. Se alguma característica nos vincou nessa trajetória de luta contínua, esta é sem dúvida a da criatividade com que vimos, Brasil e México, buscando soluções inovadoras para a superação dos mais diferentes problemas com que se defrontam nossas sociedades nacionais.

Essas vivências históricas, responsáveis pelo caráter, pelo sentido profundo de nacionalidade e de soberania de nossos povos, forjaram os pilares em que se fundamentam os princípios, intransigentemente defendidos por nossos dois países, da boa convivência internacional e do respeito mútuo. Essas experiências compartilhadas são, igualmente, a força que sempre nos impulsionou no sentido de maior participação no cenário internacional, buscando projetar a boa tradição latino-americana nos diversos foros multilaterais, de forma a contribuir para o encaminhamento das grandes questões da atualidade internacional.

Senhor Presidente,

Brasil e México são dois grandes países. Fizemos progressos notáveis no caminho do desenvolvimento económico e social. Participamos com intensidade crescente dos grandes fluxos internacionais de comércio e de

investimentos. Geramos e absorvemos tecnologias complexas nos mais diversos campos de atividade. Estamos, em suma, integrados nos setores mais dinâmicos da vida internacional.

São, porém, preocupantes os desníveis e desigualdades que subsistem ainda em nossas sociedades. Resta-nos, sem dúvida, caminho a percorrer para que possamos atingir os padrões de bem estar, produção e consumo condizentes com as legítimas aspirações de nossos povos.

Partilhamos um universo de oportunidades e problemas comuns. Uns e outros, oportunidades e problemas, podem e devem ser encarados sob uma perspectiva conjunta.

Se alguma certeza abrigo neste domínio de relatividade que é o da política internacional, é a de que nós, países latino-americanos, temos, mais do que nunca, de buscar a união. União, não no sentido apenas retórico ou conceitual. Mas uma união baseada na exploração sistemática de afinidades, na busca permanente de complementariedade, no exercício cotidiano da cooperação.

É chegado o momento de a América Latina se apresentar diante de si mesma e diante do mundo como uma região unida. Já está definitivamente encerrado o período das dependências em que, frustrados diante de nossas limitações, buscávamos soluções na imitação ou na importação de modelos. A nossa verdadeira independência somente será alcançada se formos capazes de, preservando e valorizando nossa identidade comum, arregimentar, em benefício de todos, os recursos materiais e humanos de cada um.

E isto pode ser feito, estou convencido, sem qualquer tipo de confrontação ou preconceito ideológico; sem qualquer dos vícios que historicamente impediram uma efetiva aproximação regional.

Atravessamos momento histórico particularmente fértil. Se são muitas as dificuldades, se são graves e complexos os problemas, são

também muitos e positivos os fatores que nos conduzem aos caminhos da cooperação. Refiro-me, em particular, ao notável reforço da ideia democrática em nossa região. Creio que deixamos para trás a instabilidade institucional que caracterizou a região nas últimas décadas. Nossos países amadureceram. Aprendemos a conviver com a diversidade e o pluralismo. Demo-nos conta finalmente de que as soluções para os nossos problemas políticos, econômicos e sociais não serão encontradas no confronto ou na imposição, mas sim no debate amplo, livre e desimpedido. Nossas sociedades evoluíram tivemos experiências traumáticas e não estamos dispostos a repetir os erros do passado.

A ideia democrática empolga hoje a imaginação de nossas sociedades; e é nela que encontraremos a inspiração para resolver nossos problemas a nível internacional, através da harmonização das diferenças, e não da imposição de sistemas ou ideologias.

Os últimos acontecimentos na América Central são demonstração eloquente da nossa capacidade de assim proceder. Possivelmente pela primeira vez na história de nossa região fomos capazes de encaminhar por vertentes absolutamente latino-americanas um problema que afeta, inclusive, interesses de terceiras-potências. Logramos, pela via da negociação, evitar que a América Latina fosse novamente palco de confrontação ideológica e instrumento de um conflito que nos é estranho. Buscamos as soluções de onde elas devem efetivamente vir. Não de fora; mas sim dos próprios países da região. Rompemos uma cadeia de equívocos, que tantas divisões gerou em nosso Continente, para enfim criar bases sólidas para um entendimento justo e duradouro, alicerçado na realidade regional e não em concepções ideológicas ou estratégicas, que nos são alheias e nocivas.

Senhor Presidente,

A paz e a estabilidade na América Central criarão as condições para que nossa região como um todo possa se re-dedicar integralmente à grande tarefa do desenvolvimento

económico e social de nossos povos. Abrem-se perspectivas extremamente promissoras de cooperação para enfrentarmos os verdadeiros problemas que infelizmente ainda condicionam um quadro de atraso e carência em nossa sofrida América Latina.

Cumpre-nos re-pensar os termos da inserção da América Latina na economia internacional, em todas as suas dimensões: comercial, financeira e tecnológica. Apesar dos inegáveis avanços do processo da industrialização em nossos países e do ritmo significativo de crescimento de nossas economias nas últimas décadas, só interrompido pelos recentes anos de crise, a América Latina não conseguiu modificar significativamente sua forma de participação na economia internacional. A crise e as tendências recentes na economia internacional evidenciaram a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento.

As relações económicas internacionais estão obviamente desequilibradas e distorcidas, com efeitos diversos sobre todos os grupos de países. Mas é o mundo em desenvolvimento que tem arcado com a maior cota de sacrifício. Os preços dos produtos primários caíram flagrantemente e se mantêm abaixo dos níveis da crise de 1930. O protecionismo contra os produtos exportados pelos países em desenvolvimento impede seu acesso a mercados onde mostram ser competitivos. Nós, países endividados latino-americanos, passamos à situação paradoxal de exportadores líquidos de capital, fato que, além de um contra-senso económico e moral, constitui grave erro político.

Entraves de toda ordem são-nos ainda impostos em nosso esforço de capacitação científico-tecnológica. Reaparece a antiga dicotomia entre países produtores de matérias-primas e países industrializados, agora sob a forma de uma divisão entre produtores e consumidores do conhecimento científico-tecnológico.

Cabe-nos cuidar para que seja revertida a tendência ao retrocesso de nossa região, responsável pelas tensões políticas e sociais que afligem nossos países. Não podemos aceitar

passivamente que a América Latina pague o preço da recuperação económica financeira do mundo desenvolvido. A presente crise somente será resolvida mediante uma repartição justa e equitativa de responsabilidades. O sistema económico-financeiro internacional deve ser aprimorado, para que possa efetivamente servir a todos os países, sem posições privilegiadas ou assimétricas, praticadas no poder político.

Para tanto, estou seguro, a via que se impõe é a via da cooperação e da integração.

A integração latino-americana é hoje uma das prioridades maiores da política externa do Brasil.

Trabalhando em conjunto, alcançaremos o objetivo maior de destinar aos nossos povos os resultados do aproveitamento dos nossos recursos naturais, da utilização da nossa inventiva e da nossa energia. Juntos podemos mais do que separados.

O realismo para aceitar as nossas diversidades, a flexibilidade para adaptar as políticas e objetivos às possibilidades reais de cada circunstância, o gradualismo para assegurar que não retrocedamos sobre caminhos já percorridos, são os três elementos que consideramos fundamentais para o êxito do processo de integração.

Diante dos complexos desafios de nosso tempo, chegada a hora de as nações latino-americanas aperfeiçoarem suas formas de convivência, bem como de empenharem-se em buscar ainda maior coesão que lhes garanta presença mais homogênea no sistema internacional e peso político mais expressivo nos foros multilaterais.

Apesar das dificuldades económicas e de um cenário internacional tão complexo e mutável como o atual, meu Governo se tem empenhado na identificação de interesses convergentes e no aprofundamento do diálogo regional, persuadido de que nossas aspirações são as mesmas e de que nossos desafios são comuns.

Temos agora diante de nós uma oportunidade histórica. Graças a uma feliz iniciativa mexicana, que o Brasil apoiou decididamente, realizaremos em novembro uma reunião do Grupo do Rio a nível presidencial. Antecipo o prazer de regressar então a esta hospitaleira terra mexicana para, em companhia do Presidente Miguel de La Madrid, examinar com nossos colegas Presidentes dos demais países do Grupo as principais questões que nos preocupam. Formamos um grupo que se caracteriza tanto pela informalidade de seus procedimentos quanto pela unidade de propósitos. Aproxima-nos, acima de tudo, a consciência da singularidade do momento histórico regional e da necessidade de forjar respostas comuns a problemas comuns. Virei ao encontro de meus colegas latino-americanos com o espírito aberto e construtivo que invariavelmente caracteriza a diplomacia brasileira. Estou seguro de que poderemos conduzir o nosso diálogo a bom termo e abrir novas avenidas de conciliação e cooperação entre nossos países.

Felicit-o, pois, Senhor Presidente Miguel de La Madrid, por esta iniciativa que bem demonstra o vigor e a imaginação da diplomacia mexicana, tão bem conduzida sob a inspirada liderança de Vossa Excelência.

Senhor Presidente,

No pano bilateral, novas possibilidades de cooperação entre o México e o Brasil se oferecem constantemente nos mais diversos setores. O já abrangente arcabouço jurídico que fornece as bases para o relacionamento entre os nossos dois países, longe de esgotar o processo de fortalecimento dos nossos laços, serve apenas como ponto de partida para a exploração intensa do potencial existente.

A semelhança de perspectivas em âmbito internacional, o livre intercâmbio de opiniões sobre os diversos aspectos da realidade mundial e os assíduos contatos mantidos entre as autoridades de nossos dois países, seja à margem de foros multilaterais, seja nos diversos encontros do Grupo de Apoio e de Contadora, seja na troca de visitas, atestam o nível denso e o caráter multifacetado de nossas

relações. Refletem, igualmente, o grau de maturidade atingido pelo diálogo político que, nos anos recentes, vimos desenvolvendo e ampliando.

Tenho, pois, grande confiança no futuro de nossas relações. Caminhamos, a passos decididos, para um destino comum. Como Presidentes de nossos países, cabe-nos traduzir em realidades concretas todo esse potencial que aproxima o Brasil e o México. O desafio é imenso, mas é imensa também a nossa determinação conjunta de enfrentá-lo.

Nosso contato pessoal, acredito, em muito contribuirá para fortalecer a vontade de cooperação que anima nossos países.

Vossa Excelência tem revelado grande determinação para vencer obstáculos. Suas qualidades humanas, seus dons de Estadista, seu descortino político tornaram-no merecedor do apoio dedicado do povo mexicano. Fizeram-no também credor do respeito e da admiração de toda a América.

Faço votos para o continuado êxito do Governo de Vossa Excelência.

Ao renovar-lhe meus agradecimentos pela generosidade e fraternal carinho com que me recebe, a mim, a minha mulher e a toda a comitiva brasileira, convido a todos que me acompanhem no brinde que proponho pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de La Madrid, bem como pela prosperidade de todo o povo mexicano.

discurso do presidente sarney em solenidade em que recebeu as chaves simbólicas da cidade.

Senhor Chefe do Departamento do Distrito Federal,

Sinto-me extremamente honrado ao receber de Vossa Excelência as chaves simbólicas da Cidade do México e ser declarado Hóspede Oficial desta bela metrópole. Muito agradeço esta distinção. Este gesto fidalgo ficará entre as mais duradouras recordações desta minha visita a vosso belo país, que vem sendo pautada pelo calor humano e pela generosa hospitalidade mexicana.

Em 1985, vim pessoalmente a esta cidade para transmitir ao Presidente de La Madrid e aos mexicanos a profunda solidariedade, minha e do povo brasileiro, diante da calamidade que enlutou tragicamente esta nação. Hoje, passados quase dois anos, vejo com alegria que as feridas se encontram cicatrizadas, graças à tenacidade e à fibra dos mexicanos. Às adversidades da natureza, o povo desta grande cidade soube responder com seu espírito empreendedor e com seu caráter alegre e caloroso, que tanta simpatia desperta em nós, brasileiros.

A generosidade e amizade características dos mexicanos constituem apenas duas das facetas mais amplamente conhecidas deste povo. Nesta visita, contudo, tenho a oportunidade de testemunhar não somente a cordialidade e bondade inatas aos mexicanos, mas também, sobretudo, o espírito criativo que soube implantar neste hemisfério esta imponente capital, de dimensões gigantescas, mas de proporções humanas acolhedoras.

A beleza desta cidade tem proporcionado prazer especial a mim e a meus acompanhantes. A Cidade do México resume, em cada recanto, em cada monumento, em cada palácio, seu denso passado, e revela, ao mesmo tempo, a sua brilhante modernidade. A multiplicidade cultural que marcou a formação da nação mexicana, desde o refinamento das civilizações pré-colombianas, que se sucederam neste território e cuja memória vem sendo tão preservada, até as heranças de distintos períodos, que se incorporaram harmoniosamente a esta grande massa urbana, deu-lhe esta feição cosmopolita e, ao mesmo tempo, nitidamente mexicana.

É, pois, com grande satisfação que recebo as chaves da maior cidade do mundo, orgulho da nossa América Latina. Esteja Vossa Excelência seguro de que minha estada nesta opulenta, culta e hospitaleira cidade muito enriquecerá meu espírito.

Senhor Chefe do Departamento do Distrito Federal,

Ao agradecer, mais uma vez, a distinção que Vossa Excelência hoje gentilmente me concede, gostaria de solicitar-lhe, em meu nome e de minha comitiva, que transmita ao povo da cidade do México nosso reconhecimento, nossa simpatia e nosso profundo apreço.

discurso do presidente sarney na sala de conferências do colégio do México.

Pronunciamento do Presidente José Sarney na sala de Conferências do Colégio do México. Cidade do México - 18.08.87

Templo maior da inteligência latino-americana, com quase meio século de existência, este colégio continua sendo único e exemplar como centro de pesquisa e como assembleia de grandes professores em humanidades e ciências sociais.

Fundado sob a dupla égide da história e do humanismo, graças ao fecundo trabalho de Cossío Villegas e Alfonso Reyes, soube sobreviver a todas as transformações por que passou a estrutura universitária em nosso continente.

Seu estatuto e vocação - a primazia da pesquisa conduzida por uma plêiade de 'scholars' - o preservam dos perigos da massificação. Por aqui passaram lúcidos dirigentes, eles mesmos grandes intelectuais, como é o caso, hoje, do internacionalista Don Mário Ojeda.

O Brasil intelectual vê a obra do Colégio do México com profundo respeito e admiração. Os senhores retiveram o segredo da excelência em meio à pressão do número e ao ruído das ideologias.

Não é dizer pouco.

Mencionei a figura ímpar de Alfonso Reyes. Ainda guardamos no Brasil a grata recordação daquele que foi, entre nós, um incomparável embaixador, não só do governo, mas também do espírito mexicano.

Quando concluiu sua missão, poucos anos antes de seu regresso definitivo ao México, os melhores escritores modernos do Brasil, a começar por Manuel Bandeira, o grande poeta que ensinava literatura hispano-americana na universidade, sentiram a lacuna por ele deixada.

Alguns de seus textos, neste gênero cheio de humor e poesia que os brasileiros chamam crônica, me fazem crer, que Reyes amou o Brasil, tanto quanto os brasileiros o amaram e admiraram.

No Rio, como sabem os senhores, ele escreveu algumas de suas páginas máximas, e com isso não me refiro apenas a seus **Romances do Rio de Janeiro** (1933), mas também a um ensaio crucial, 'O Mexicano e o Universal', e a alguns de seus poemas-chave.

Poemas como 'Sol de Monterrey', por exemplo; ou os versos, tão sentidos, em memória da morte de seu pai, naquele 'Febrero de Cain y de Metralla'.

Alfonso Reyes foi o magnífico pioneiro do contato cultural entre o México e a América do Sul. Estava persuadido, e o disse em 'O destino da América', que 'as nações americanas não são, entre si, tão estrangeiras como as nações de outros continentes'.

Alfonso Reyes tornou o México e o Brasil mais próximos um do outro.

Sua missão está ainda vigente e deve ser continuada por nossos artistas, por nossos intelectuais e por nossos políticos.

Como escritor e como político, sinto-me duplamente investido da missão de promover o estreitamento de nossos laços culturais.

Sou escritor por vocação e político por destino.

O intelectual busca sempre uma visão profética, seus desejos são plenos de ideais absolutos. O político tem de ater-se às limitações de sua capacidade de ação. É difícil ajustar, por-

tanto, estas vertentes que se conflitam, mas ao fim se completam, porque é a angústia do intelectual que abastece de determinação a ação política.

A crença na literatura tem-me ajudado, na condução da política, a jamais perder de vista os largos horizontes que cruzam os embates permanentes do cotidiano.

Para o escritor, todos os mundos são abertos. O intelectual não pode se conformar com as tristes realidades do dia-a-dia: Ele está empenhado em transformá-las, porque, por hábito e disciplina, vê mais longe.

O fato de estar na política tem-me permitido, por outro lado, confrontar os ideais e sonhos do intelectual com os imperativos e possibilidades concretas do presente

O papel transformador do político tem como limites a própria realidade. A política é a arte do possível.

Felizmente, na questão da aproximação cultural entre o México e o Brasil, o sonho do intelectual está podendo ser realizado pelo político.

Somos pátrias irmãs, com ricas e complexas culturas, a um só tempo próximas e distantes entre si.

Quando lemos as **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda, e **El Labirinto de la Soledad**, de Octavio Paz, nos damos conta de que existe um caráter do brasileiro, como existe um caráter do mexicano, que em alguma medida contrastam e até certo ponto se assemelham. Aqui, o culto da morte e do trágico, expressão profunda de uma rica história e de uma cultura milenar.

Lá, a tristeza exorcizada na explosão carnavalesca. Aqui como lá, o culto das máscaras, da festa; a cordialidade do homem.

Aqui, como lá, a miscigenação das raças, o sincretismo religioso, a produção de uma cultura que é uma fusão das culturas. Se nossas

tradições às vezes nos aproximam e às vezes nos fazem distintos e complementares, quando percorremos nossos territórios temos a nítida sensação de que estamos num mesmo país, tal é a semelhança de nossa paisagem social.

Enfrentamos o agudo problema do contraste entre pobreza e riqueza. Estamos confrontados com a urbanização acelerada e desordenada, com a questão da marginalidade nas grandes cidades. Temos pela frente os desafios, os bons frutos e os enormes ônus da industrialização.

Tudo isso nos faz indagar sobre o modelo de desenvolvimento que desejamos implantar e qual o caminho da nossa 'Busca da Felicidade'.

Nossas sociedades carregam o pesado fardo de uma dívida externa que tem a ver com as formas de inserção de nossas economias no sistema internacional.

Nossos povos, portanto, se parecem, pois são semelhantes seus problemas materiais e suas expectativas de superação do subdesenvolvimento.

As ciências sociais da América Latina têm fornecido uma contribuição teórica fundamental para o entendimento dessa nossa realidade. Tem havido, aliás, uma influência recíproca e benéfica entre as obras produzidas em nossos países.

A América Latina, na sua pluralidade, é, portanto, uma só. Sua identidade se funda em valores histórico-culturais e na realidade de sua inserção econômica e política no mundo.

O Brasil é parte plena dessa América Latina. Caberia aqui recordar a tese de Gilberto Freyre, o grande sociólogo que há pouco perdemos: o brasileiro tem seu lugar entre **os outros hispanos**.

A irmandade latino-americana não tem apenas que ver com nossa raiz ibérica comum, não reflete apenas o fato histórico, hoje

distante, da conquista. Antes traduz o nosso próprio presente; expressa uma peculiaridade essencial de nossa cultura, vigente e viva. Culturalmente falando, a expansão ibérica, ao contrário de outras colonizações europeias, recusou o etnocentrismo. E isso porque, segundo Gilberto Freyre, é próprio do gênio hispânico de civilização 'ser transnacional sem repudiar o nacional; suprapessoal, simbólico, universal sem rechaçar o pessoal'; é ademais saber 'buscar o essencial, sendo constantemente existencial'.

Daí a natureza fortemente permeável de nossa cultura latino-americana: aspectos que não se devem tomar por meramente negativos, pois representam uma face legítima e efetiva de nossa civilização. Um traço que, sendo fiel à experiência histórica de nossas raízes, se converteu numa clara vantagem do mundo atual, condenado como está à supercomunicação, à interdependência e ao contato constante entre culturas distintas.

Já dizia Bolívar, em sua carta da Jamaica, que os latino-americanos são 'um pequeno gênero humano'. E assim é, afortunadamente.

Nações como México e Brasil não são apenas sociedades mestiças, são também culturas mescladas, onde o nacionalismo mais autêntico é o mais aberto ao intenso intercâmbio com outros povos, outros tempos, outros costumes. Nosso próprio horror à dependência é desejo de abertura e pluralidade. A questão do outro nos fascina. Na realidade, é parte de nosso sentido de identidade.

Neste final de século, de nossas modernizações, o outro que buscamos é a modernidade. Minha experiência política coincide muito com essa busca.

Hoje, governar é essencialmente modernizar.

A busca do equilíbrio cultural é, nestas circunstâncias, uma meta ainda mais premente. Trata-se de abrir caminhos sem trair as origens, de conquistar futuros sem apagar a significação do passado, de multiplicar liberdades sem fazer **tabula rasa** das boas tradições, de crer no progresso sem cair na superstição do novo.

Aprendemos a duras penas o custo social do desenvolvimento às cegas. E, entretanto, não nos podemos dar ao luxo de não crescer. Só o progresso económico nos permitirá resgatar nossas massas de sua pobreza; só o desenvolvimento nos facultará aumentar a justiça sem prescindir da liberdade.

A problemática da cultura na democracia é a tensão entre acesso e qualidade. Para alguns, não se trata de tensão, mas antes de uma verdadeira contradição: entre o acesso das massas à cultura e a consecução da qualidade, haveria pura e simplesmente que escolher. Não me incluo entre os que compartilham o pessimismo desse elitismo.

Acredito que se possa compatibilizar a multiplicação de oportunidades educacionais com a perseverança no aperfeiçoamento de níveis intelectuais e culturais. Se o desenvolvimento educacional está, e com razão, desacreditado, o direito à educação continua sendo uma das marcas de nossa cultura democrática. O problema, portanto, não é uma disjuntiva - acesso ou qualidade - mas sim uma síntese: assegurar o acesso à qualidade.

Na era das massas, as grandes instituições de cultura são os faróis da excelência no oceano do número. Por isso, têm de ser ao mesmo tempo abertas em seu espírito e rigorosas no seu método, como o é o Colégio do México.

Como qualquer outra civilização, a cultura da técnica requer uma sabedoria. Mas a sabedoria, em nossa sociedade ultra-cambiante, é ela mesma estável e intangível.

Por carecermos de sabedoria à antiga, fixa e uniforme, incorremos muitas vezes no equívoco de confundir sabedoria com puro conhecimento e conhecimento com a simples informação. Para evitar este equívoco, é que necessitamos manter o saber - uma grande parte do saber - livre de toda utilidade imediata. E, nisso, aquele génio plástico, aquele dom para a mescla, que impulsiona a cultura latino-americana, não é má companhia

Encruzilhada de culturas, a América Latina não se situa em má posição para converter o intercâmbio de saberes em fonte de moderna sabedoria. Nossos mestres, nossos intelectuais, não esquecerão esse fato, estou certo, nessa hora em que se aviva ainda mais o sentimento comum latino-americano.

A preservação dos valores culturais latino-americanos é fundamental para o reforço de nossa identidade. Ela não deve ser confundida, porém, com a estagnação cultural. Somos portadores de culturas dinâmicas. O maior estreitamento dos laços culturais entre nossos países, aliás, pode ter como um de seus resultados o enriquecimento cultural recíproco e, consequentemente, o reforço da expressão latino-americana em termos globais.

Por fim, apraz-me assinalar quanto, dentro de nossa comunidade latino-americana, o Brasil e o México, em particular, compartilham valores, ideais e preferências. Sem sair do nosso tempo, não há brasileiro culto que não admire o génio dos grandes muralistas mexicanos, ou a literatura de Revueltas, de Juan Rulfo, de Octavio Paz ou de Carlos Fuentes, ou a arte de Cuevas, como não há mexicano sensível que não conheça a arquitetura de Lúcio Costa e Niemeyer, a música de Villa-Lobos, a ficção de Guimarães Rosa ou de Jorge Amado, a poesia de Carlos Drummond de Andrade, que ontem morreu, deixando um abismo no Brasil. Ele era um Deus. A poesia é a arte de Deus. E quando um Deus morre, um Deus como Drummond, que era um Deus pagão, que era um Deus humano, o mundo treme, porque morreu um grande poeta. Estou seguro de que nessa aproximação, hoje como ontem, o Colégio do México desempenha papel fundamental.

presidente sarney fala aos empresários mexicanos.

Pronunciamento do Presidente José Sarney por ocasião de Encontro com Empresários Mexicanos, na Sociedade Mexicana de Crédito (SOMEX). Cidade do México - 18.08.87

É com satisfação que, em companhia do Presidente de La Madrid, em cuja amizade vejo o símbolo da amizade mexicano-brasileira, venho ao encontro dos senhores empresários mexicanos e recebo esta medalha que é uma

expressão da importância das relações econômicas entre nossos países e da determinação do empresariado em fortalecê-las.

Tenho dito sempre em meu país que onde não existe liberdade econômica não existe liberdade política. Em todo lugar onde a liberdade econômica acabou ou diminuiu, diminuiu ou acabou a liberdade. A iniciativa privada é o carro-chefe do desenvolvimento econômico.

Os empresários mexicanos, assim como os brasileiros, contribuíram para a construção, através de um processo de extraordinária tenacidade, esperança e luta, de estruturas industriais, agrícolas e comerciais que tornam hoje possível afirmar que a pobreza e o atraso podem ser vencidos.

Vencidos pelos nossos esforços, pelo suor dos que labutam nos campos e nas fábricas; pela inteligência empresarial que descobre as oportunidades de investimentos e que tem a audácia de mobilizar recursos, talentos e homens para realizar o sonho da produção.

Sonho, pois as dificuldades a enfrentar para tornar concretos investimentos que inovam os métodos tradicionais desanimam os tímidos e aparecem como sonho para os que não conseguem enxergar o futuro.

O futuro torna ainda mais necessária a cooperação entre empresários de nossos dois países. Temos prova de que isto é possível. Empresários mexicanos e brasileiros já revelaram grande visão nos albores do processo integracionista, ao procurarem abrir seus mercados reciprocamente e ampliar o campo de atividade comercial, que permite a redução de custos, a concorrência saudável, a modernização pela emulação. A necessidade de cooperação aumenta em momentos como o que vivem as nossas economias, diante de um quadro internacional de extrema gravidade, do ponto de vista econômico, e que em sua dinâmica política, pode, ainda mais, agravar as dificuldades econômicas.

Estas dificuldades, que se podem sintetizar no desdobramento do protecionismo nos princi-

pais mercados, na reversão dos fluxos de capital que fluem agora da periferia para o centro e no aprofundamento do hiato tecnológico, somente podem ser enfrentadas com êxito, na medida em que nossos governos cooperarem entre si, e nossos empresários colaborarem em termos de comércio, de investimentos e de investigação tecnológica.

Os exemplos da Latinequip, assim como da associação de empresas mexicanas e brasileiras para licitações em terceiros países e dos fluxos de comércio existentes, demonstram que há reais possibilidades de cooperação. E elas serão tanto mais amplas e bem sucedidas quanto mais nos exercitarmos em descobri-las e procurarmos implementá-las de forma gradual, flexível e realista.

O Brasil, posso assegurar aos senhores, fará todo o esforço para ampliar seu comércio com o México, através do aperfeiçoamento dos acordos comerciais que já nos unem, para estimular a associação entre empresas mexicanas e brasileiras para empreendimentos comuns; para estabelecer programas concretos de pesquisa tecnológica entre nossos dois países.

Em função da amizade existente entre Brasil e México e por tudo o que vi e ouvi nesta viagem, estou seguro de que estas também são as intenções de Vossa Excelência, do povo e dos empresários mexicanos. Certamente teremos sucesso nesta empreitada, que consolidará a cooperação e a integração de nossos povos.

presidente sarney exalta hospitalidade do povo mexicano.

Pronunciamento do Presidente José Sarney durante jantar na residência oficial do Governador do Estado de Jalisco. Guadalajara, México - 19.8.87

Senhor Governador,

A simples menção da palavra 'Guadalajara' evoca em todos os brasileiros momentos de grande emoção e simpatia, pois esta cidade está indissoluvelmente ligada à nossa grande paixão nacional. Foi aqui, em solo mexicano,

que o Brasil desportista iniciou, em 1970, a série de triunfos que culminou com a conquista do mais alto título mundial do futebol.

Esse vínculo brasileiro com esta cidade não é, contudo, o mais importante. Foi a cálida acolhida dos cidadãos de Guadalajara que, com sua hospitalidade e profunda simpatia, irmanou mexicanos ao grande número de brasileiros que aqui se encontrava criando juntos um memorável clima de confraternização, que transcendeu o caráter passageiro do evento esportivo e revelou as profundas afinidades de temperamento e de cultura que sempre nos uniram.

Ao receber hoje, nesta bela Cidade de Guadalajara, as mesmas demonstrações de carinho e a mesma hospitalidade de que sempre gozaram meus compatriotas que tiveram a ventura de visitá-la, desejo, Senhor Governador, renovar a Vossa Excelência os agradecimentos do povo brasileiro e manifestar-lhe a minha grande honra e satisfação, bem como a de todos os que me acompanham, por encontrar-me neste pedaço do solo mexicano tão caro ao Brasil.

O fato de encerrar minha visita ao México nesta pujante cidade tem para nós um significado muito especial.

Vim a Guadalajara para prestar a gratidão e a homenagem do povo brasileiro a esta cidade e ao Estado de Jalisco, pedaço tão representativo do México.

O México é uma festa constante para os olhos e para o espírito dos brasileiros. Identificamo-nos com esta nação que apresenta tantas similitudes com a nossa, e que soube dar à América Latina a contribuição de um legado único, pela originalidade de sua cultura e pela riqueza e densidade de seu pensamento, que abarca todos os domínios do saber humano.

Senhor Governador,

Amanhã estarei regressando a meu país, levando a grata recordação de todas as homenagens e hospitalidades que recebi, e que se

repetem nesta noite de feliz convívio com Vossa Excelência e com todos os mexicanos que nos acompanham.

Convido a todos a que brindem comigo pela felicidade pessoal do Governador de Jalisco e da Senhora, e pela prosperidade de todos os que vivem neste pujante Estado e nesta querida Cidade de Guadalajara.

presidente sarney fala ao congresso mexicano

Pronunciamento do Presidente José Sarney perante o Congresso da União, no Palácio Legislativo - Cidade do México - 18.08.87

É com emoção que falo neste histórico parlamento da nação mexicana. Passei grande parte de minha vida na Câmara dos Deputados e no Senado. Tendo dedicado vinte e sete anos de minha vida ao Congresso de meu país, o parlamento foi a escola política onde amadureci a reflexão e o entendimento da complexidade do Brasil contemporâneo. Onde debati, meditei, ouvi e opinei sobre os problemas do homem, de nossa América, de nosso mundo.

Estar no Congresso, para mim é estar em casa, lugar que muitas vezes me falta na inevitável solidão do poder. Por isso mesmo, não me sinto estranho no Congresso do povo irmão do México.

Sem Congresso não há democracia, não há liberdade, não há a busca constante do homem para melhorar instituições políticas. Nas ditaduras, a voz que se ouve é o silêncio aterrador das vontades do povo, contrastado pelo grito das masmorras, onde se perdem os lamentos dos torturados.

A glória do parlamentar, se bem sei, é efêmera, vive da autoria de uma lei, de um discurso, de um parecer, de um aparte que, com o tempo, ficam na tumba dos anais, onde são apenas ressuscitados pela longínqua e inesperada visita dos pesquisadores da história.

Mas não há tarefa mais nobre, mais doadora de si mesma, de sua própria vida, do que a vida do político. O grande mártir da independência do Brasil, Tiradentes, a definiu como a daquele que em vez de trabalhar para si, 'trabalha para todos'.

O parlamento mexicano tem longa tradição de sintonia com a causa do povo, de devoção à identidade mexicana, de centro permanente de debate sobre os destinos do país.

Hoje é comum ouvir-se que os parlamentares sofrem grave crise de desgaste; que há uma tendência mundial para executivos fortes. Minha opinião se contrapõe sempre na afirmativa de que nenhum executivo é forte se não tem a seu lado um parlamento forte.

A surpresa do destino me ordenou presidir à transição institucional brasileira, na qual a revalorização do papel do Congresso constitui elemento fundamental.

Sem autêntica representação parlamentar não há cidadania soberana.

O Congresso é também a sede natural da relação entre a região e a nação.

Este é um ponto que me é particularmente sensível, talvez porque venho de uma região pobre do Brasil, onde tudo nos toma dolorosamente conscientes dos desequilíbrios regionais e da crucial importância da representação parlamentar das áreas menos desenvolvidas. No parlamento é possível lutar em pé de igualdade contra as desigualdades que existem em todo o país. Desigualdades especiais, de renda, de grupos.

Minha longa permanência no Senado Federal deixou em minha personalidade política uma profunda marca, relacionada com a luta pela superação da penúria, o esforço por preservar valores culturais, que se confundem com as próprias raízes da nacionalidade. A representação igualitária dos estados é sempre o esteio da unidade nacional, que se forma sempre da junção de ser o regional o mais universal.

O Congresso é hoje, no Brasil, mais que um poder legislativo normal: foi eleito para redigir a nova Carta Magna brasileira. Este é um momento marcante, carregado de histórias na vida de uma nação.

O México também conheceu momentos como esse. Na realidade, podemos dizer que este país nos fornece um dos melhores exemplos do aprofundamento da experiência angustiante e ao mesmo tempo grandiosa da reconstrução do estado. O sentido agônico e tantas vezes trágico da história mexicana, a experiência da revolução, sedimentou e valorizou neste país a percepção do estado como ordem jurídica duradoura. Mostrou a importância de definir claramente as linhas gerais do poder e da soberania. A verdade é que o México, exceção em nosso atribulado subcontinente, conquistou seis decênios de estabilidade, perseguindo uma política de preocupação social, sem jamais abdicar dos valores da liberdade.

Nem as piores crises, provocadas pelos cataclismos naturais ou pela economia, têm abalado a estabilidade das instituições mexicanas, expressão da maturidade política do povo deste país.

Nós também, no Brasil, vivemos o desafio de construir instituições originais e estáveis.

/. convocação da Assembleia Nacional Constituinte é um compromisso que meu Governo assumiu com o povo brasileiro. É marco de uma aspiração nacional por ordenar um estado de direito fundado num debate amplo, livre e aberto com todas as classes sociais e em todos os pontos do Brasil. Pois uma constituição só pode ser duradoura e respeitada quando emerge do consenso da própria sociedade.

Os ideais cívicos da democracia e da justiça social já possuem âncoras seguras na consciência brasileira. Por isso nenhum projeto autoritário terá vigência na complexa, vigorosa e dinâmica sociedade industrial em que o Brasil se converteu.

Caminhamos, de maneira segura e inarredável, para a consolidação de nossas instituições democráticas.

Em seus lúcidos **Estudos de Direito Constitucional**, o Presidente Miguel de La Madrid mostrou que o México optou por um presiden-

cialismo em que a divisão dos poderes não significa separação rígida, mas, ao contrário, colaboração dentro da autonomia.

Este Presidencialismo Constitucional foi também o caminho preferido pela tradição republicana no Brasil. Neste ponto, como em tantos outros, o legado de Juárez e Madero coincide com a lição de nosso grande jurista Rui Barbosa.

É dentro deste marco institucional que o Congresso Brasileiro, como este Congresso, enfrenta hoje os desafios do desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Com esta minha visita estamos facilitando o encontro de duas grandes nações. O México e o Brasil aportam traços fortes e complementares a uma mesma entidade cultural latino-americana. Buscando soluções para problemas análogos e para uma crise que os afeta igualmente, estão confrontados com a necessidade de acentuar sua identidade comum.

Os Congressos de nossos dois países são participantes plenos de um esforço de aproximação política cada vez maior entre nossos países. Não é por acaso, aliás, que parlamentares de ambos os países consideram atualmente a conveniência de formar um grupo mexicano-brasileiro, dando, assim, uma nova dimensão às relações fraternas entre nossos Congressos.

O México e o Brasil são países com uma visão semelhante do mundo, refratários à política de blocos e partidários da distensão das relações leste-oeste.

São países que hoje já contam com economias que estão entre as doze maiores do mundo. São países que chegam ao século XXI como duas grandes e respeitadas democracias raciais; que logram dar o salto decisivo da modernização e estão voltadas para o aperfeiçoamento institucional. Nosso diálogo político conquista hoje novos e mais altos níveis, no contexto de uma aproximação política latino-americana necessária e urgente.

O histórico ideal de integração latino-americana, que pretendemos realizar, transcende a esfera do económico. Chegou a hora de afirmar a identidade latino-americana e de resgatar a voz política própria de nossa região.

A reunião de cúpula dos oito presidentes dos países integrantes do Grupo de Contadora e de Apoio, convocada para novembro, poderá ser um importante passo nesse sentido. Trata-se de um encontro que pretendemos aberto; um encontro de homens de estado, onde serão explicitadas nossas coincidências, que são rruitas, pois pensamos de maneira semelhante nossos desafios políticos e nossas dificuldades económicas. Ele deve corresponder a um esforço exclusivamente latino-americano, que não busca reproduzir modelos estranhos à região.

Será uma reflexão consciente de que a América Latina é um conjunto de perspectivas políticas e uma pluralidade cultural, que enriquece sua mais profunda e autêntica unidade.

O Brasil acredita que a América Latina tem a capacidade de resolver seus problemas por seus próprios caminhos.

A experiência de Contadora é um exemplo dessa capacidade regional. Contadora é um foro político exclusivamente latino-americano para a solução de problemas latino-americanos.

No caso da América Central, estamos persuadidos de que uma solução duradoura para os conflitos só pode vir dos próprios centro-americanos. Por isso creio que surge uma luz de esperança após a reunião da Guatemala, na qual os países diretamente envolvidos conseguiram esboçar as linhas gerais de um acordo, com base em critérios próprios.

A crescente integração política, económica e cultural entre os países latino-americanos é o melhor caminho para buscar soluções para nossas crises.

Temos as mesmas aspirações de vencer o subdesenvolvimento e a miséria e enfrentamos as mesmas dificuldades.

Ao contrário de outras regiões do Terceiro Mundo, a América Latina já esteve melhor, em termos relativos, do que está hoje. Quase todos os países latino-americanos de maior expressão tinham, em 1950, rendas per capita muito mais altas do que os novos países industrializados da Ásia: alguns dos países latino-americanos apresentavam, então, rendas per capita muito próximas das dos países europeus e do Japão.

No espaço de uma geração, tais posições mudaram radicalmente. A renda média nos países latino-americanos passou a representar apenas uma parcela declinante dos padrões dos países industrializados.

A década presente tem representado, assim, um retrocesso relativo para as economias da maioria dos países latino-americanos, em contraste com outros continentes. A renda per capita desceu a níveis mais baixos do que em 1980, em quase todas as nações latino-americanas.

Esta realidade nos choca. Sem desconhecer nossos erros e insuficiências, estamos convencidos de que esse retrocesso é, em grande parte, produto de uma inserção distorcida da América Latina na economia internacional, em suas dimensões comercial, financeira e tecnológica.

Nesse quadro, a dívida externa é como que um nó a unir vários laços. Cabe desatá-lo, para que as economias latino-americanas voltem novamente seus esforços para as metas fundamentais do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

Por isso temos insistido em um tratamento político da questão da dívida externa e no reconhecimento da co-responsabilidade de credores e devedores.

Já não é possível esperar-se que dívidas de tão grande magnitude, influenciadas por decisões de política econômica dos países credores, sejam tratadas num patamar exclusivamente bancário e financeiro.

A demora em responder-se positivamente às propostas dos países endividados tem trazido como consequência que a dívida externa continue pesando sobre nossos países e sobre a economia e as correntes comerciais e dificultando ou entorpecendo o crescimento da economia mundial, inclusive dos países credores.

Cabe aos líderes políticos latino-americanos cuidar para que se interrompa o retrocesso da nossa região e se reverta esta espiral que nos empobrece a cada dia.

A resposta latino-americana à longa e penosa crise econômica internacional terá de ser sempre soberana, democrática e pacífica

Soberana, porque decide e executa, sem interferências, suas próprias políticas econômicas. Democrática, porque insiste em participar de decisões que afetam a economia mundial como um todo. Pacífica, porque rejeita a violência e a arbitrariedade das soluções impostas.

Ao mesmo tempo, não consideramos sequer a hipótese de alheamento do sistema econômico internacional, em prol de uma utopia autárquica qualquer. O que desejamos é um aprimoramento do sistema para que possa ele servir a todos os países sem posições privilegiadas.

A integração política, econômica e cultural latino-americana é parte desta resposta soberana, democrática e pacífica.

O êxito do Brasil e de cada um de nossos países está intimamente ligado ao sucesso de uma América Latina próspera e justa, de um continente unido numa comunidade que preserve a riqueza de nossas identidades, sem jamais perder de vista a meta inspiradora da integração definitiva. A América Latina não pode, estou convencido, continuar à margem da grande tendência contemporânea para as economias de conjunto.

Dentro de nossa comunidade latino-americana, Brasil e México em particular compartilham

valores, ideais e preferências. Em matéria de cultura, como de comércio e de política nossos países podem dar-se fraternalmente a mão.

Mantenhamo-nos, pois, de maneira firme e serena, na fé democrática, fiéis ao sentido pleno e criador da liberdade. Assim, na companhia de nossos irmãos latino-americanos, construiremos no futuro as sociedades dignas dos ideais humanísticos que caracterizam a identidade de nossa região.

Os Congressos das duas nações são uma instituição essencial e central neste processo. Eles são a expressão do povo. A soberania da vontade nacional.

Pátria e liberdade não são conceitos envelhecidos. Nossa grande pátria é a América Latina.

E o México é um santuário onde estão guardadas a cultura, a tradição, a saga do sofrimento e da glória de todos aqueles que vivem, como nossos povos, a esperança da liberdade.

Vamos juntos, amigos e irmãos, Brasil e México.

declaração conjunta e programa de ação brasil-méxico.

A convite do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Licenciado Miguel de la Madrid, o Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, acompanhado de sua esposa e de uma importante comitiva, realizou uma visita de Estado ao México, de 16 a 20 de agosto de 1987.

Durante sua estada no México, o Presidente José Sarney foi declarado hóspede ilustre da Cidade do México em sessão solene do Cabildo da cidade, proferiu mensagem de grande relevância política perante a Comissão Permanente do Congresso da União e realizou uma visita à cidade de Guadalajara.

Imersas no ambiente de grande cordialidade e simpatia recíproca que caracteriza as relações entre os povos brasileiro e mexicano, as conversações mantidas pelos Presidentes José Sarney e Miguel de la Madrid focalizaram-se na análise da evolução dos intercâmbios bilaterais, com o propósito de intensificá-los ainda mais; bem como na consideração de temas de caráter nacional e internacional, aos quais seus Governos atribuem a maior importância e a respeito dos quais puderam reafirmar substanciais convergências de pontos-de-vista.

Os dois Presidentes reafirmaram a alta prioridade que seus Governos atribuem ao aprofundamento da aproximação entre os dois países em todos os campos, a fim de responder às aspirações dos dois povos, fundadas sobre suas marcadas afinidades culturais e históricas.

Numa fecunda reflexão conjunta sobre o estado atual do intercâmbio e da cooperação bilateral, passaram em revista os instrumentos e meios de que os dois Governos dispõem para alcançar aquele objetivo, e decidiram impulsionar uma nova etapa do relacionamento bilateral, na qual, tomando por base as excelentes relações políticas entre o Brasil e o México, executem-se programas mais amplos e profundos de intercâmbio cultural, educativo, econômico-comercial e financeiro, mediante ações concretas e efetivas que permitam um melhor aproveitamento do ordenamento jurídico que regula os intercâmbios bilaterais, e que estimulem a integração de ambos os países.

Os Presidentes assinalaram que o objetivo do relacionamento comercial entre seus países é alcançar níveis crescentes de cooperação e de interação econômica, de forma gradual, flexível e realista. Para lograr tal objetivo, é necessário que se assegure a expansão equilibrada e dinâmica de seu comércio bilateral, de modo a se assegurarem vantagens recíprocas.

Reconheceram também o relevante papel que cabe aos órgãos legislativos dos dois países desempenhar, no que concerne a um maior entendimento entre os povos brasileiro e mexicano, e se congratularam pelos frutíferos intercâmbios de pontos-de-vista entre os dirigentes parlamentares brasileiros que acompanharam o Presidente José Sarney na sua visita e seus homólogos mexicanos.

Em suas conversações, dedicaram particular atenção à análise do panorama político e econômico da América Latina; o que lhes permitiu somar importantes convergências de pontos-de-vista sobre os modos mais apropriados para resolver os problemas mais agudos da região, sobre o imperativo de promover-se o processo de integração latino-americana e sobre o papel que cabe aos seus respectivos Governos desempenhar na promoção da unidade e da solidariedade regionais.

Dentro desse espírito, os dois Mandatários salientaram a profunda vocação latino-americana do Brasil e do México, e reiteraram sua convicção de que a integração política e econômica das nações latino-americanas é um fator fundamental para o progresso da região, o qual seus respectivos Governos estão firmemente decididos a promover.

Nesse contexto, afirmaram que a decisão dos oito Governos latino-americanos, integrantes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, de celebrar periodicamente reuniões de seus Chefes de Estado - a primeira das quais terá lugar no México, em novembro de 1987 - responde fielmente à prioritária aspiração de unidade latino-americana firmemente fundada no desenvolvimento histórico de seus povos, e é prova do alto grau de maturidade alcançado na concertação política entre essas oito nações, num espírito de entendimento que haverá de contribuir para a evolução a modelos mais avançados de colaboração entre os países da América Latina e do Caribe.

Ambos Mandatários atribuem a mais alta prioridade em sua ação exterior aos esforços de integração latino-americana que se desenvol-

vem no âmbito da Associação Latino-Americana de integração, do Sistema Económico Latino-Americano, da Organização Latino-Americana de Energia, do Grupo Andino, no Mercado Comum Centro-Americano e da Comunidade do Caribe. O Brasil e o México participarão e cooperarão ativamente com esses esforços de maneira realista, e flexível, a fim de que as diversas etapas do processo de negociação sejam postas em prática. Expressaram seu firme apoio à Rodada Regional de Negociações da ALADI, que constitui uma oportunidade única para o aperfeiçoamento dos mecanismos regionais de integração.

Os Presidentes José Sarney e Miguel de la Madrid compartilharam amplas reflexões sobre a situação na América Central, à luz dos conflitos que afligem aquela região e da ativa participação de seus Governos no processo de negociação impulsionado pelos Grupos de Contadora e de Apoio. Reiteraram a grande satisfação com que o Brasil e o México acolhem o Acordo sobre o 'Procedimento para Estabelecer a Paz Firme e Duradoura na América Central' - firmado pelos cinco Presidentes centro-americanos, na Guatemala, em 7 de agosto passado - como expressão de uma vontade política empenhada na busca da paz e do bem-estar econômico e social dos povos daquela região.

Destacaram uma vez mais a importância de que se revê te a rápida consecução de uma solução negociada ao conflito centro-americano para a estabilidade de toda a região, e exortaram os países com vínculos e interesses naquela região a que respaldem, de forma efetiva, os objetivos buscados na iniciativa dos Mandatários centro-americanos. Por sua parte, manifestaram a determinação de seus Governos em colaborar nas tarefas que corresponda aos Grupos de Contadora e de Apoio realizar na execução do Procedimento de Paz, conforme solicitado pelos próprios centro-americanos.

Assinalaram que as manifestações de solidariedade e apoio da comunidade internacional aos progressos e à consolidação dos processos políticos democráticos na América Latina

devem ser acompanhados por ações consequentes, por parte dos países industrializados, diante dos problemas económicos derivados da crise internacional, problemas esses que incidem com especial severidade sobre os países da região e sobre as expectativas de bem-estar de seus povos.

Nesse sentido, os Presidentes José Sarney e Miguel de la Madrid estimaram que a negociação da dívida externa deve atender aos princípios de co-responsabilidade entre devedores e credores; reconhecer a necessidade de instrumentar políticas que assegurem taxas adequadas de crescimento económico e estimular correntes de capital dos países superavitários para os países deficitários. Outrossim, deve-se garantir o acesso de exportações dos países devedores ao mercado internacional que permita gerar os saldos indispensáveis ao pagamento do serviço de suas dívidas. Nesse sentido, faz-se mister explorar outros mecanismos que incluam a captação de parte substancial do desconto que já existe no mercado secundário. Este conjunto de medidas assegurará um esquema de negociação com possibilidades de êxito duradouro.

Consideraram indispensável uma Nova Ordem do Sistema Económico Internacional que venha a substituir a atual situação, caracterizada pela inadequação das normas estabelecidas no sistema económico do pós-guerra, o qual se traduziu na geração de uma grande instabilidade nos mercados de bens e no âmbito financeiro e monetário. Essa reforma progressiva da economia mundial deve oferecer aos países em desenvolvimento oportunidades adequadas de acesso de suas exportações aos mercados internacionais, de forma a estimular suas economias, para que possam participar em condições competitivas nesses mercados. A reforma deve ser lograda através de uma ação persistente em todos os foros e circunstâncias. Acordaram a realização de consultas mútuas periódicas, e a coordenação de posições nos diversos foros internacionais, a fim de contribuir para aqueles propósitos. Em particular, no que concerne à Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais, convieram no estabelecimento de um

mecanismo de consulta permanente sobre os diversos temas que nela venham a ser tratados, a fim de assegurar uma maior coincidência na participação de seus países naquele processo.

Os dois Presidentes sublinharam a necessidade de que se consolidem e intensifiquem cada vez mais os esforços regionais e globais que a comunidade internacional vem desenvolvendo para enfrentar de maneira sistemática, integral e eficaz o grave flagelo social que representam o tráfico ilícito e o uso indevido de drogas, incluindo as diferentes dimensões que configuram o fenómeno, em particular o consumo como seu fator determinante. Reconheceram a importância da coordenação interamericana de políticas nacionais de combate à droga que desenvolve a Organização dos Estados Americanos e reiteraram seu firme apoio à consecução dos objetivos e ações acordados na Conferência Internacional sobre o Uso Indevido e o Tráfico Ilícito de Drogas, recentemente realizada em Viena, sob a égide das Nações Unidas.

Os Presidentes José Sarney e Miguel de la Madrid ratificaram a plena adesão de seus países aos princípios e objetivos das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, e acordaram fortalecer ainda mais a concertação entre seus Governos naqueles foros para contribuir à eficaz realização das relevantes funções que lhes estão encomendadas.

Referiram-se com preocupação à persistência de fatores negativos no cenário internacional, fatores esses que representam sérios obstáculos à estabilidade, ao progresso e à cooperação entre todos os Estados. Os dois Presidentes fizeram uma análise sobre os diversos focos de tensão em outras regiões, sobre as consequências políticas e económicas da corrida armamentista e sobre a série de perturbações causadas, em todo o mundo, pela confrontação ideológica e pelo recurso a políticas de força. Afirmaram enfaticamente sua convicção de que a criação de um ambiente de justiça, de paz e de autêntico espírito de cooperação entre todas as nações requer o ine-

qutvoco apoio da comunidade internacional à Organização das Nações Unidas e às funções por esta desempenhadas, bem como a fiel observância, na conduta internacional de todos os países, das normas consagradas na Carta da Organização.

O Presidente José Samey e o Presidente Miguel de la Madrid se mostraram sumamente satisfeitos pelo conteúdo de suas conversações e pelos resultados que, para ampliar os horizontes da cooperação bilateral e para avançar no ideal da integração latino-americana, emanaram desta Visita de Estado.

Aprovaram, com grande satisfação, o Programa de Ação Brasil-México, que resume os principais acordos a que chegaram suas respectivas comitivas, como resultado dos trabalhos desenvolvidos durante a presente visita.

PROGRAMA DE AÇÃO

diálogo político

Com o propósito de implementar decididamente ações que sejam necessárias para o pleno desenvolvimento das relações brasileiro-mexicanas, decidiu-se aproveitar integralmente o Mecanismo de Consulta em Matérias de Interesse Mútuo, estabelecido pelos dois Governos, em 1983.

Com esse espírito, procurar-se-á que as consultas entre os Chanceleres dos dois países no âmbito desse mecanismo se celebrem simultaneamente com as reuniões das subcomissões de cooperação económica e comercial, de cooperação científica e técnica e de intercâmbio cultural e educativo, de modo que se assegure o acompanhamento dos compromissos que se adotem em ditas reuniões, e que se agilizem as decisões políticas que contribuam a sua concretização.

Decidiu-se incorporar na agenda das reuniões periódicas de Chanceleres, em bases permanentes, a consideração dos temas mais relevantes da atividade dos organismos multilaterais e regionais, a fim de promover a concer-

tação crescente de ações diante dos grandes problemas que afligem a comunidade internacional e promover ações que impulsionem a integração latino-americana.

cooperação económica e financeira

A expansão do comércio ao amparo do critério do equilíbrio dinâmico terá como principal instrumento a negociação de compromissos entre ambos países, no sentido de que sempre que o superavit comercial em favor de um dos países superar 10% do comércio total durante dois anos consecutivos, o país superavitário se comprometerá a ampliar as margens de preferência em favor do país deficitário, ou a incluir novos produtos de interesse para este último nos Acordos.

O Brasil e o México estimam necessário realizar um esforço persistente, gradual e realista, na negociação de acordos preferenciais no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que ampliem reciprocamente os mercados para seus respectivos setores produtivos, em um processo de complementação económica que conduza à modernização tecnológica, à redução de custos de produção, a uma posição mais competitiva de suas exportações no mercado internacional e a um aprimoramento das condições de emprego e de bem-estar de seus povos.

Ambos Governos concordaram em envidar todos os esforços necessários a garantir uma expansão equilibrada e dinâmica de seu comércio bilateral. Em tal sentido, celebrarão, na primeira quinzena de novembro, as negociações para a ampliação do Acordo de Alcance Parcial nº 9, para negociar um Acordo de Complementação Económica na área de bens de capital e para avaliar o papel do transporte marítimo na expansão do comércio bilateral. A ampliação do Acordo nº 9 deverá fazer-se mediante a inclusão de um número significativo de produtos, da eliminação de barreiras não-tarifárias de forma negociada, de acordo com os critérios estabelecidos na IV Reunião da Subcomissão Económica e Comercial.

A negociação de um Acordo de Bens de Capital deverá realizar-se ao amparo de critérios que estabeleçam níveis de conteúdo nacional capazes de assegurar a edição crescente de valor agregado internamente pelas indústrias nacionais neste setor. Igualmente, estabelecer-se-ão margens de preferência adequadas à adaptação das empresas às novas condições de concorrências nos mercados, obedecidas as legislações nacionais relativas ao desenvolvimento de setores específicos.

No que tange ao papel do transporte marítimo, ter-se-á como objetivo encontrar fórmulas que permitam que os custos do transporte marítimo se transformem em um fator de estímulo ao comércio bilateral, e nunca num obstáculo que implique desvio de comércio em favor de terceiros.

Os Governos do Brasil e do México estabelecerão, nas negociações do mês de novembro, os mecanismos necessários para a celebração de Acordos de Comércio Compensado, nos quais se oferecerá margem ampla sobre as tarifas vigentes e se tratará de eliminar, onde for possível, as restrições não-tarifárias para os produtos neles incluídos.

As possibilidades de complementação industrial entre o Brasil e o México nas áreas de bens de capital, petroquímica, enxofre e siderurgia, são somente um exemplo do potencial de recursos a aproveitar na região, o que fortalece as possibilidades de integração regional e permite, também, apoiar os processos de modernização e reconversão industrial em ambos países.

As duas Partes examinaram os mecanismos financeiros de apoio ao comércio exterior e, em particular, as linhas de crédito entre a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) e o Banco Nacional de Comércio Exterior (BANCOMEXT), tendo concordado na busca de medidas para agilizar e automatizar seu uso.

cooperação técnica, científica e tecnológica

Reconheceu-se a importância que tem a cooperação técnica, científica e tecnológica no relacionamento bilateral, pelo papel que pode desempenhar em prol do desenvolvimento econômico-social dos dois países.

Julgou-se necessário dar início a uma nova etapa nessa cooperação, para o que se propõe criar novos mecanismos de operação e dar prioridade às áreas que, a curto prazo, rendam benefícios tangíveis. As áreas selecionadas para a apresentação dos programas são: agricultura, com especial ênfase no manejo de engenharia hidráulica para irrigação, biotecnologia e engenharia industrial. Estes programas devem ter, como objetivo final, lograr projetos conjuntos de desenvolvimento de produtos e tecnologias.

Para atingir o que precede, acordou-se em celebrar, durante o mês de setembro, uma reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, para definir os programas específicos em cada área e decidir quais projetos se iniciarão imediatamente.

intercâmbio cultural e educativo

Com base no Programa Cultural e Educativo para o período 1985/1988, efetuou-se uma ampla avaliação do intercâmbio de atividades, o qual reforça a presença de um país no outro.

Resolveram outorgar seu decidido apoio a todas as atividades de natureza cultural e educativa que venham a ser organizadas nos dois países para a ampliação e o aprofundamento do conhecimento recíproco.

México, DF, em 20 de agosto de 1987.

pelo Governo da República Federativa do Brasil

José Samey

pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos
Miguel de La Madrid

o enriquecimento de urânio e o programa autónomo de tecnologia nuclear brasileira

Pronunciamento do Presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, em 4 de setembro de 1987, por ocasião da cerimônia de apresentação das realizações do Programa de Tecnologia Nuclear e seus reflexos.

Falo à Nação para fazer um comunicado de grande relevância. Cientistas brasileiros da Comissão Nacional de Energia Nuclear conseguiram dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio pelo processo de ultracentrifugação. Este é um fato da maior transcendência na história científica do Brasil.

Vence o País, assim, etapa decisiva no caminho da autonomia no campo da ciência e da tecnologia. O enriquecimento de urânio constitui técnica das mais avançadas ao alcance do conhecimento humano. Seu domínio é essencial para o aproveitamento da energia em benefício do homem, mediante incontáveis aplicações na medicina, na agricultura, na indústria.

Os resultados ora colhidos são frutos da dedicação e da altíssima capacitação profissional dos cientistas brasileiros, reunidos em torno do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da Universidade de São Paulo, com o apoio direto e indireto de diversos segmentos técnicos e científicos do Brasil. Esta conquista tornou-se possível pelo trabalho conjunto de cientistas, de peritos em diversos ramos do conhecimento.

É justo que se diga que o Brasil contou neste setor unicamente com seus próprios recursos materiais e humanos, sem qualquer auxílio externo. Ao contrário, chegamos a enfrentar restrições e dificuldades. É, pois, muito grande a satisfação que todos experimentamos hoje.

Dominamos a tecnologia de ultracentrífugas e de todos os equipamentos periféricos de uma cascata experimental de enriquecimento de urânio. A operação contínua, por milhares de horas. A posse do processo de industrialização garante ao Brasil o completo domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio pelo método de ultracentrifugação. Essa vitória tecnológica será consolidada com a conclusão, em breve, de uma usina-piloto no centro experimental de Aramar, no município de Iperó, no Estado de São Paulo, e com o início da operação do 1^o módulo da usina de demonstração industrial no próximo ano.

Reafirmamos a expressão do decidido propósito do Brasil de dispor de acesso amplo e desimpedido a toda a extensão do conhecimento científico e de suas aplicações práticas.

É também este o momento de reiterar, com ênfase e solenidade, as finalidades exclusivamente pacíficas do programa nuclear brasileiro. Ao promover o emprego do átomo, em todas as suas formas de utilização pacífica, em proveito do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico nacionais, o programa nuclear do Brasil está a serviço do bem-estar da sociedade brasileira.

O compromisso do Brasil de utilizar a energia nuclear com fins exclusivamente pacíficos é, de resto, inquestionável. Membro fundador da Agência Internacional de Energia Atômica, o Brasil participa ativamente de seus trabalhos.

Assinamos e ratificamos o Tratado de Tlatelolco, que proscree as armas nucleares da América Latina, e de cuja letra e espírito a política nuclear do Brasil jamais se afastou. Por iniciativa nossa, decididamente apoiada pelos países da região, a Assembléia-Geral da ONU aprovou em 1986 resolução que declara o Atlântico Sul zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares. Nas Nações Unidas e em outros foros o Brasil tem persistentemente defendido medidas em favor do desarmamento nuclear geral e completo.

País que faz da boa convivência e da cooperação internacional princípios basilares de sua postura externa, o Brasil pratica uma política de paz. Não temos pretensões de hegemonia, e os instrumentos privilegiados de nosso convívio com as nações estrangeiras são os da diplomacia e da cooperação.

Assim, a política de paz incorpora tradição diplomática secular e está sustentada em compromissos jurídicos internacionais que temos seguido exemplarmente. E, mais do que tudo, é hoje um reflexo profundo do que a nação quer. Nos debates da Constituinte, aliás, desenha-se, com clareza e sentido unânime, a vocação do povo brasileiro para a paz. E ali renova-se a vontade de dar sentido claramente ético à política externa do Brasil democrático.

Nossos propósitos, do Governo e da sociedade, são e serão pacíficos.

Neste momento, em que nos reunimos para anunciar solenemente este fato histórico, desejo ressaltar o reconhecimento da Nação aos homens e às instituições que o tornaram possível.

Assinalo, em particular, o trabalho da Comissão Nacional de Energia Nuclear - a CNEN, órgão de coordenação das atividades nucleares no Brasil, vinculada à Presidência da República, submetida ao poder político, síntese de todos os poderes e da vontade da nação.

Criada em 1956, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, a CNEN desenvolve

seus trabalhos através do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, em São Paulo, e dos Institutos de Engenharia Nuclear e de Radioproteção e Dosimetria, no Rio de Janeiro.

São os abnegados administradores, cientistas e pesquisadores da CNEN os principais responsáveis pelos progressos alcançados no desenvolvimento de materiais nucleares, na pesquisa de reatores, nas aplicações de técnicas nucleares e na formação de recursos humanos. Nestes mais de 30 anos de existência, a CNEN vem obtendo resultados, tais como a produção de radioisótopos para uso na medicina, o domínio das tecnologias de produção do flúor, do teflon, do berílio, e o benefício ao comércio de produtos perecíveis, com o início de exportação de alimentos irradiados. Desenvolveram-se também ligas especiais de monel, inconel, compostos e ligas de zircônio, além de detectores de radiação e eletrônica associada.

Os resultados até hoje alcançados não teriam sido possíveis, por outra parte, sem a participação ativa da comunidade acadêmica brasileira e da indústria privada nacional. De nossas universidades e centros de capacitação saíram os homens, cujo talento e determinação viabilizaram o programa nuclear brasileiro. A indústria nacional, por sua vez, desempenhou papel criativo e insubstituível no desenvolvimento de materiais e equipamentos indispensáveis ao programa.

É oportuno igualmente que reverenciemos neste momento os homens cujo descortino e pioneirismo impulsionaram no passado o programa nuclear brasileiro. Entre estes, avulta a figura do Almirante Álvaro Alberto, responsável, na década de 50, pela compra das primeiras máquinas ultracentrifugadoras para enriquecimento de urânio. A iniciativa do Almirante Álvaro Alberto não progrediu, por uma série de razões ligadas ao clima em que o debate sobre a utilização da energia nuclear era entendido internacionalmente e no próprio Brasil. Suas máquinas foram desativadas, mas suas ideias permaneceram vivas. Realizamos hoje o que a visão pioneira de Álvaro

Alberto antevia há 30 anos. Ele e todos os que o acompanharam em seu esforço merecem o reconhecimento da sociedade brasileira

Interpretando justamente os mais legítimos anseios da sociedade, o meu Governo está comprometido com o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Temos apoiado a pesquisa, através do aumento dos recursos destinados aos institutos científicos e ao aperfeiçoamento profissional dos pesquisadores, assim como através do acréscimo ao programa de bolsas de estudo. Não como uma busca que se baste em si mesma, mas como parte essencial de um projeto que tem como objetivo a criação de um país moderno, definido pelos melhores padrões de justiça social.

Hoje, a ciência e a tecnologia são elementos essenciais a qualquer proposta de desenvolvimento. A aceleração do ritmo de crescimento, a garantia da competitividade internacional de nossos produtos, a definição de soluções próprias para o progresso, a capacidade de absorção das conquistas mais modernas da humanidade, a ampliação das formas de intercâmbio do Brasil com o mundo, são faces da modernização do País que se sustentarão em pilares sólidos se tivermos condições bem estabelecidas para crescer em ciência e tecnologia. E um país moderno, como eu vejo, é um país sem desigualdades profundas, sem pobreza, sem miséria, demarcado pelo verdadeiro sentido de comunidade.

É, por isto, que tenho procurado dar, de forma prática, todo o apoio governamental aos trabalhos brasileiros na área da criação científica e tecnológica. Alguns resultados expressivos têm sido obtidos, mas o caminho a percorrer é muito longo. Se compararmos a situação brasileira com a de nações desenvolvidas, teremos a consciência clara de que o caminho é árduo e terá que ser aberto com esforço próprio nacional. Mas com tenacidade entramos, a partir de agora, no rol bastante limitado dos países que dominam tecnologias de ponta

Esse esforço deve servir para estimular a comunidade científica brasileira a um intercâmbio cada vez mais denso e mais abrangente com os centros avançados da produção científica. Deve conduzir a cooperação criativa com os países que, como nós, no mundo em desenvolvimento, sabem também que o progresso e o desenvolvimento não se alcançam sem o apoio da ciência e da tecnologia

O anúncio que faço hoje, além do seu significado específico da conquista na área nuclear, é, assim, um símbolo da capacidade do cientista brasileiro, de sua determinação, de sua competência símbolo da inabalável vocação do Brasil para a modernidade.

A energia nuclear haverá também de produzir reflexos positivos para a política externa brasileira. Haverá de ser uma porta para a cooperação internacional, como, aliás, já vem sendo, em relação a alguns países amigos. As novas conquistas devem justamente reforçar o sentido da cooperação. E aqui assinalo muito especialmente férteis avenidas de cooperação abertas entre o Brasil e a Argentina, país que, desde 1983, domina também o enriquecimento de urânio. Os avanços tecnológicos do Brasil e da Argentina e o excelente nível das relações entre os dois países deram ensejo ao estabelecimento de mecanismos de cooperação no campo da energia nuclear, cujo alcance e profundidade são talvez inéditos internacionalmente. Tenho a certeza de que esta cooperação renderá frutos reais, em benefício de nossos dois países e da integração latino-americana como um todo.

O Brasil aceitou o desafio de dominar tecnologias. Este ano tivemos oportunidade de anunciar os progressos nacionais no campo de supercondutores. Na área da informática, da biotecnologia, da ciência espacial e outros setores sensíveis, estamos empenhados com os nossos cientistas em abrir as portas do futuro.

O Brasil não pode renunciar ao seu grande destino.

Tive oportunidade de afirmar - e hoje reafirmo - que as nações do futuro serão separadas por campos absolutamente definidos: de países que dominam tecnologias e de países condenados à escravização tecnológica

O Brasil possui grandes reservas de urânio e de outros minerais radioativos. A energia nuclear será, no futuro, como já é no presente, um dos mercados mais importantes no mundo industrial. Devemos nos preparar para dele participar criando tecnologias, produzindo reatores, vendendo combustível, enfim, em pé de igualdade, buscando espaços e criando riqueza internamente para melhoria do padrão de vida do nosso povo.

Esta solenidade mostra a transparência do Governo, seu desejo de informar a Nação, como um dos ângulos da reafirmação dos nossos propósitos, sem reservas nem segredos.

Para mostrar a capacidade, abnegação e competência dos homens que trabalharam neste projeto, basta dizer o custo baixíssimo do programa mostrando eficiência e produtividade das pesquisas.

Em oito anos, foi dispendido em cruzados o equivalente, em dólares, a 37 milhões 392 mil dólares.

Nestes dias em que comemoramos a Semana da Pátria, o progresso que fomos capazes de realizar, ao conquistar autônoma e soberanamente o processo de enriquecimento de urânio, reassegura a todos nós a convicção e a certeza no progresso do nosso país, que tem um grande destino, destino de paz, de cooperação, de convivência fraterna, de participação no mundo do futuro.

Reverenciamos, portanto, com a nossa gratidão os nossos cientistas e renovamos a fé no nosso Brasil.

paraguai estabelece depósito franco no porto de rio grande

Discursos pronunciados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai Carlos Augusto Saldívar, no Palácio do Itamaraty, em 21 de julho de 1987, na cerimônia de assinatura do convênio para o estabelecimento de um depósito franco paraguaio no Porto do Rio Grande.

discurso do ministro roberto de abreu sodré.

Excelentíssimo Senhor

Ministro Carlos Augusto Saldívar,

Com grata satisfação, recebo Vossa Excelência em Brasília para mais uma visita de trabalho. Sua presença nesta Casa é sempre muito bem-vinda, pois ela nos oferece a oportunidade de renovar o espírito de cordialidade e entendimento que prevalece tradicionalmente nas relações entre o Brasil e o Paraguai.

O Ministro Saldívar e eu acabamos de assinar convênio referente ao estabelecimento de um depósito franco, com a Nação paraguaia, no porto de Rio Grande. Trata-se de um instrumento que constitui expressivo testemunho da vontade dos dois países em fortalecer e expandir sua cooperação em benefício do desenvolvimento económico e social de ambos os povos.

O acordo envolve a concessão, por parte do Governo brasileiro, de depósito franco, no Porto de Rio Grande, para recebimento, armazenagem e distribuição de cereais a granel de procedência e origem paraguaias, transportados por via férrea, bem como para recebimento, armazenagem e expedição de cereais a granel destinados, pela mesma via, ao Paraguai, para seu consumo.

Vale lembrar que idênticas facilidades haviam sido concedidas à nação irmã, algumas décadas atrás, para o estabelecimento de depósitos francos em Santos e Paranaguá. A concessão relativa ao Porto de Rio Grande soma-se, portanto, a uma experiência que já se vinha desenvolvendo de maneira prática e eficaz, revestindo-se de significado especial no contexto mais amplo das nossas relações de amizade e cooperação.

Cabe realçar, a tal propósito, a importância desses convênios para a economia paraguaia à medida que servem para facilitar o acesso do país vizinho ao litoral atlântico brasileiro, concorrendo, assim, para amenizar os efeitos negativos da sua mediterraneidade.

É para mim um verdadeiro privilégio poder formalizar esquema semelhante de cooperação com o Paraguai, no qual o Estado do Rio Grande do Sul participa com todo o dinamismo e a potencialidade de sua economia, e, em particular, de seu sistema de transporte.

Senhor Ministro,

Esta é a terceira vez que o recebo na qualidade de Ministro das Relações Exteriores de meu país. A meus antecessores imediatos no Itamaraty coube também acolher Vossa Excelência em algumas oportunidades e, da mesma forma, visitá-lo em Assunção.

Esses encontros frequentes entre os Chanceleres do Brasil e do Paraguai bem demonstram a alta prioridade que nossos países conferem ao seu relacionamento e nos permitem dar continuidade a um diálogo que se tem revelado extremamente proveitoso.

Sempre pudemos expor abertamente nossos interesses, dificuldades e aspirações. Esse intercâmbio de ideias e experiências, em clima de respeito mútuo, possibilita a cada lado um conhecimento mais profundo e permanentemente atualizado da realidade de cada país.

Somos nações vizinhas e amigas, ligadas por vasta gama de interesses recíprocos. Como no acordo que tive aqui a honra de assinar com Vossa Excelência, temos dado provas inequívocas de nossa vontade de cooperação e entendimento. Já construímos um patrimônio considerável de realizações conjuntas, entre as quais ressalta, por sua envergadura, o empreendimento de Itaipu, marco histórico da maior aproximação entre nossos povos.

As relações brasileiro-paraguaias representam, na verdade, um modelo de convivência entre Estados soberanos, convencidos das vantagens de sua cooperação sempre mais estreita e dos reflexos positivos que ela tem para o progresso e a estabilidade da região a que pertencem.

Em múltiplas iniciativas nos campos econômico, financeiro, consular, educacional, entre outros, há evidências concretas do quanto a amizade e o bom entendimento entre nossos países, muito além do plano retórico, são capazes de realizar.

São fatos como esses que moldam nossa confiança mútua e nos estimulam a avançar com novas iniciativas.

Ao reiterar minha satisfação de reencontrá-lo entre nós, desejo que Vossa Excelência continue sendo intérprete junto ao povo e ao Governo paraguaios do firme empenho brasileiro em intensificar e aperfeiçoar constantemente o relacionamento entre o Brasil e o Paraguai, relacionamento que desejamos sempre leal, harmonioso e frutífero.

discurso do ministro carlos augusto saldivar.

Excelentísimo
Señor Ministro de Relaciones Exteriores
de la República Federativa dei Brasil
D. Roberto de Abreu Sodré

Excelências,

Señores:

La República dei Paraguay ha nacido a la vida independiente como país mediterráneo y lúchó, desde 1811, para superar esa situación que ha significado menores oportunidades y trabas, anteriormente, y perdidas económicas en el intercambio competitivo, en la actualidad.

Nuestra política por salvar la mediterraneidad fue constante, pêro ha tenido realce durante el Gobierno dei Presidente Constitucional de la República, General de Ejército Alfredo Stroessner; y sobresalen, en este esquema, las relaciones fraternas y cordiales con la República Federativa dei Brasil y la cooperación que el pueblo amigo dei Brasil nos ha brindado para salvar nuestra mediterraneidad.

La cooperación ininterrumpida, que començara con el Puente de la Amistad, la hidroeléctrica de Acaray, la carretera ai Atlântico y el Puerto Franco en Paranaguá, ha dado paso a la gran obra de integración como es la hidroeléctrica más grande dei mundo, ITAIPU, para servir a nuestros dos pueblos y también a toda ia región en un futuro, como auténtico eslabón de integración.

El proyecto dei Ferrocarril de la Producción, que está en plena marcha, significará, no solo un paso más para unir nuestros médios de comunicaciones, facilitar nuestro intercambio y llegar hasta el mar, sin trabas ni obstáculos.

Hemos firmado, Señor Ministro, el Convénio para el establecimiento de un depósito franco en el Puerto de Rio Grande, importante Acuerdo que refleja fielmente el anhelo de

integración y cooperación de nuestros dos pueblos y la ejecución política de nuestros gobernantes el Presidente Alfredo Stroessner y el Presidente José Sarney, quienes interpretan cabalmente los mandatos que democráticamente han recibido de sus gobernados.

La utilización dei Puerto de Rio Grande permitirá a nuestro comercio contar con más facilidades, en la dura porfia competitiva a que nos vemos obligados los países en procèso de desarrollo y es, también, una salida más ai mar, ai cual accedemos con un pueblo hermano que comprende nuestro esfuerzo y coopera con nosotros para que los ideales de integración sean cada vez más firmes y se conviertan en constante realidade.

brasil e paraguai assinam convénio

Convénio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o estabelecimento de um depósito franco no Porto do Rio Grande.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai,

Inspirados na fraterna amizade e crescente cooperação que animam as relações entre os dois países,

Côncios da situação mediterrânea do Paraguai e com a determinação, ratificada no mais alto nível, da República Federativa do Brasil de desenvolver os melhores esforços tendentes a facilitar à nação irmã o acesso aos portos marítimos brasileiros,

Tendo presente o espírito e a letra do Tratado da Bacia do Prata e dos demais documentos que regem o sistema de desenvolvimento harmónico e a integração física na região,

Considerando o disposto no Artigo XIV do Tratado de Amizade e Cooperação, de 4 de dezembro de 1975,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federativa do Brasil compromete-se a conceder, no Porto de Rio Grande, para recebimento, armazenagem e distribuição de cereais a granel de procedência e origem paraguaias, transportados exclusivamente por via férrea, bem como para recebimento, armazenagem e expedição de cereais a granel destinados, pela mesma via, ao Paraguai, para seu consumo, um depósito franco, dentro do qual, para os efeitos aduaneiros, serão tais mercadorias consideradas em regime de suspensão de tributos, estando sujeitas apenas ao pagamento de taxas correspondentes à prestação de serviços.

ARTIGO II

O Governo da República do Paraguai instalará o depósito franco, comprometendo-se a dotá-lo da capacidade indispensável à armazenagem e movimentação dos cereais ali recebidos. Na organização do depósito franco, serão atendidas as conveniências do Brasil e do Paraguai, limitadas pelas exigências da legislação brasileira.

ARTIGO III

A fiscalização do depósito franco ficará a cargo das autoridades alfandegárias brasileiras.

ARTIGO IV

O Governo da República do Paraguai poderá manter no depósito franco um ou mais delegados seus, os quais representarão os proprietários dos cereais ali recebidos em suas relações com as autoridades brasileiras, envolvidas nos aspectos operacionais de transporte, armazenamento, manipulação, venda ou embarque dos cereais de exportação paraguaias ou para o eventual recebimento de cereais importados e sua expedição para o Paraguai.

ARTIGO V

O Governo da República Federativa do Brasil regulamentará a utilização do depósito franco no Porto de Rio Grande, de modo a serem resguardadas as necessárias cautelas fiscais e atendidas as disposições legais vigentes sobre trânsito de mercadorias por território brasileiro.

ARTIGO VI

Cada Parte Contratante notificará a outra do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais necessárias à aprovação do presente Convênio, o qual entrará em vigor na data do recebimento da segunda dessas notificações.

ARTIGO VII

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes a qualquer tempo, cessando seus efeitos após 1 (um) ano a contar da data da nota de denúncia.

Feito em Brasília, aos 21 dias do mês de julho de 1987, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República do Paraguai

Carlos Augusto Saldívar

abreu sodré na unctad

Discurso pronunciado, em 29 de julho de 1987, pelo
Ministro de Estado das Relações Exteriores.
Roberto de Abreu Sodré. na sessão plenária da VII
UNCTAD. em Genebra.

Senhor Presidente,

Felicitos Vossa Excelência e o Presidente Chidzero por suas respectivas eleições. Estou seguro de que sob a liderança do Presidente Chidzero e com sua ajuda, a VII UNCTAD atingirá resultados significativos proporcionais aos graves problemas com que nos defrontamos.

É com grande satisfação e esperança que a Delegação brasileira comparece à VII Conferência Geral da UNCTAD. Satisfação, porque constatamos o acervo de realizações dessa Organização para cuja existência o Brasil trabalhou com entusiasmo desde o lançamento de seus alicerces em princípios dos anos 60. E esperança, porquanto a UNCTAD mantém-se como foro central onde os países do Norte e do Sul vêm buscar, através do diálogo e da negociação, soluções para os mais sérios obstáculos que permeiam as relações económicas internacionais de nossos dias.

A criação da UNCTAD coincidiu com o processo de descolonização, havendo exercido, assim, um papel catalisador nas discussões internacionais sobre cooperação económica entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os trabalhos e debates da UNCTAD se concretizaram em um certo número de princípios e objetivos, entre os quais sobressai o de que o comércio consiste numa poderosa e imprescindível ferramenta para o progresso económico e social dos países em desenvolvimento.

Em mais de duas décadas de existência da UNCTAD, ingentes esforços foram despendidos para incrementar a participação do mundo em desenvolvimento no comércio internacional. Os resultados desses esforços constituem, hoje, um valioso património de realizações da Organização. Citaria, a título de exemplo, o sistema generalizado de preferências, cujos princípios foram lançados na II UNCTAD e o programa integrado de produtos de base, acordado na IV Conferência Geral. Ambos abriram novas avenidas. Se não chegaram a atingir competentemente seus objetivos originais, criaram sem dúvida novas oportunidades para os nossos países.

Como todo empreendimento humano, a trajetória da UNCTAD compreende por certo também frustrações. Talvez porque foram ambiciosos seus objetivos, muitos deles além de nossas possibilidades momentâneas.

Tais frustrações, contudo, longe estão de levar-nos a descrença da Organização. Ao contrário, pensamos que a UNCTAD pode se fortalecer e que já acumulou uma valiosa experiência que deve ser aproveitada por todos para forjarmos novos rumos da cooperação económica internacional.

Senhor Presidente,

Estamos reunidos em um momento crucial. O mundo em desenvolvimento está mergulhado em profunda crise e os esforços individuais que fazemos para superar nossos problemas e retomar a senda do crescimento económico

se defrontam com uma realidade internacional adversa, cujas engrenagens acentuam as diferenças, ao invés de reduzi-las, e criam obstáculos ao invés de ajudar a superá-los.

Os desequilíbrios e distorções que caracterizam as relações económicas internacionais de nossos dias não atingem só ao mundo em desenvolvimento, embora a este golpeiam com maior força. Persistem os elementos de instabilidade que lhe deram nascimento. Tais desequilíbrios são de toda ordem: fiscais, monetários, financeiros, comerciais e solapam a capacidade de crescimento das economias nacionais e do comércio mundial como um todo.

A década dos anos 80 representou, pela primeira vez desde a segunda guerra mundial, um retrocesso na trajetória de desenvolvimento para quase todos os países do Sul. Os preços de produtos básicos caíram e se mantêm aquém dos níveis verificados na crise de 1930. O protecionismo contra os produtos exportados pelos países em desenvolvimento continua impedindo seu acesso a mercados onde demonstram ser competitivos. Fomos - grande parte dos países em desenvolvimento - convertidos em exportadores líquidos de capital, um contra-senso não só económico, mas também moral.

Em vão, temos propugnado por um tratamento político da questão da dívida externa que leve em conta as necessidades de desenvolvimento económico e social dos devedores e a corresponsabilidade de credores e devedores. A ausência de uma resposta positiva a essa proposta traz como consequência que a questão da dívida continue pesando sobre nossos países e sobre a economia internacional, deprimindo o ritmo de atividade económica e as correntes comerciais, dificultando a recuperação da economia mundial.

Ao mesmo tempo, busca-se restringir o alcance da revolução tecnológica concentrando seus frutos em alguns poucos países e reproduzindo, de forma mais profunda, e em escala ampliada, uma nova divisão internacional do trabalho. Ressurge, assim, a dicotomia entre

produtores de matérias-primas e países industrializados agora substituída pela divisão entre produtores e detentores da informação e da tecnologia e consumidores dependentes dos primeiros.

Desanimador é igualmente o quadro que se tem verificado nos últimos anos no comércio internacional de produtos de base, caracterizado por cotações a nível profundamente deprimido, com prejuízos incalculáveis para a receita de exportação dos países em desenvolvimento.

Vemos com preocupação certas tendências que ameaçam lançar o descrédito sobre a cooperação internacional na esfera de produtos de base, para deixar inteiramente exposto a manobras especulativas e a violentas oscilações um comércio de que depende de forma essencial o processo de desenvolvimento de nossos países. Tal postura revela-se paradoxal não somente face à gravidade do momento, como também pela discrepância que ostenta em relação a políticas protecionistas e subsidiadoras de países industrializados.

É essencial evitar que prevaleçam enfoques falsamente realistas do problema e cujo objetivo não seria outro senão o de esquivar-se de responsabilidades que são conjuntas e solidárias - de países exportadores e importadores - na busca de um comércio mais estável e equitativo. O programa integrado de produtos de base, no qual desempenha papel de destaque o fundo comum, é demonstração palpável do que pode ser realizado nesse terreno. Sua efetiva operacionalização, no mais breve prazo, deve impor-se como um dos objetivos primordiais dos países representados nesta Conferência.

Senhor Presidente,

A tentativa de moldar o novo pelos padrões do passado impede a retomada do crescimento e do desenvolvimento em bases globais e a constituição de um sistema internacional mais justo e equitativo, real suporte do direito inalienável de todos os povos ao desenvolvimento.

A interdependência não nos levou a um sistema internacional mais harmónico e igualitário, pois não foram superadas as formas anteriores de dependência. A multipolaridade não produziu uma repartição mais equitativa da riqueza porque subsistem as políticas destinadas a preservar as formas hegemónicas de relacionamento.

O nascimento do Grupo dos 77 e a criação da UNCTAD foram inspirados exatamente por esse compromisso com o novo e com a transformação das relações económicas internacionais. Podemos dizer com segurança que as teses dos 77 não envelheceram, nem perdeu nosso Grupo sua validade histórica. Pelo contrário, tais teses seguem apontando para o futuro.

Insistimos em que grande parte dos problemas enfrentados pelos países industrializados, como desemprego e baixo nível de crescimento, decorre da falta de mercados para seus produtos. Os países em desenvolvimento poderiam constituir-se nos mercados desejados. Não o são, porém, meramente porque não lhes são dadas condições para tanto. Não se trata, como simplisticamente se tem colocado, de uma abertura às importações. Se dispuséssemos de recursos suficientes, isto certamente ocorreria porquanto as importações são necessárias ao nosso crescimento económico. O fato central é o de que a criação de mercados para os produtos dos países desenvolvidos deve passar pela melhoria da situação económica dos países em desenvolvimento. Ou seja, a prosperidade dos países em desenvolvimento é do interesse das economias centrais.

A proposta do Grupo dos 77 para a criação de um novo sistema de comércio internacional não é assim um projeto radical, como poderia parecer. Reflete justamente o desejo de substituir o atual sistema, que não corresponde às necessidades de desenvolvimento, por um outro que permita a ampliação de mercados e o crescimento das economias menos desenvolvidas. Cremos que a UNCTAD, com sua experiência e sua visão interligada dos elementos que influenciam a prática comercial, poderia executar um papel muito importante na preparação de um esboço de tal sistema.

O Brasil considera, igualmente, importantes as propostas submetidas pelo Grupo dos 77 no sentido de fortalecer o Sistema Generalizado de Preferência (SGP), sobretudo à luz de recentes modificações nele introduzidas unilateralmente. O desvirtuamento de seus princípios, com vistas a transformar o SGP em instrumento de pressão económica, deve ser rejeitado energeticamente pela comunidade internacional, sob pena de provocar o fracasso de um dos poucos êxitos alcançados pela cooperação internacional na esfera comercial.

Senhor Presidente,

A Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais está em pleno andamento. Vemo-la como um empreendimento conjunto de todas as partes contratantes do GATT e que deve levar a resultados que as beneficiem todas, sobretudo os países em desenvolvimento que se encontram em situação menos favorecida no comércio mundial. Nesse sentido, uma firme e integral observância dos compromissos de Standstill e Rollback por todos os participantes e, especialmente, pelos países desenvolvidos surge como de fundamental relevância para o êxito da Rodada Uruguai. Se tais compromissos forem estritamente observados, o Brasil trabalhará para um desfecho frutífero das negociações iniciadas em Punta del Este.

Os países de menor desenvolvimento relativo devem continuar a receber atenção especial da comunidade internacional. Sua situação de extrema gravidade assim o justifica. Devemos propugnar para que o novo programa substancial de ação para os países de menor desenvolvimento relativo seja integralmente implementado. O Brasil se solidariza com esses países e confia que, até o final da presente década, a maior parte das medidas preconizadas naquele programa será operacionalizada. Esperamos que, nesta Conferência, resultados positivos sejam alcançados nesse sentido. De nossa parte, apesar de nossos limitados recursos, temos procurado estender aos países-irmãos de menor desenvolvimento relativo nosso apoio e cooperação.

Senhor Presidente,

Se questionarmos os trabalhos desta Organização, estaremos questionando a própria cooperação Norte-Sul. Se pretendermos modificar seus objetivos originais, estaremos mudando o conteúdo da cooperação internacional. Se contemplarmos um papel menor para a UNCTAD, estaremos pondo em risco a cooperação prestada aos países em desenvolvimento. Em um tempo de profunda crise económica internacional como o de agora, é difícil conceber que se queira debilitar a cooperação económica.

O Brasil não veio a esta Conferência para distribuir críticas e acusações. O Brasil veio para discutir e negociar seriamente os meios e modos de que se pode valer a comunidade internacional para aumentar a cooperação Norte-Sul. Para tanto, laboramos intensamente para apresentar contribuições às propostas que o Grupo dos 77 trouxe à VII UNCTAD. A unidade do Grupo dos 77, que saiu fortalecida com o acordo alcançado em torno dessas

propostas, permanece sendo a garantia do sucesso da UNCTAD,

São propostas válidas, que exprimem as enormes dificuldades por que passa o mundo em desenvolvimento. São propostas construtivas, que visam soluções de interesse geral. Em qualquer hipótese esta Conferência não poderá deixar de adotar decisões com base em tais propostas.

Senhor Presidente,

A VII Conferência oferece a todos os membros da UNCTAD - países desenvolvidos e em desenvolvimento - a oportunidade de acordarem um conjunto de políticas e medidas para enfrentar os problemas de comércio e desenvolvimento. Tal acordo é fundamental para relançarmos em bases renovadas, um esforço para a transformação das relações económicas internacionais em favor do desenvolvimento e da paz. Não podemos desperdiçá-la. Se falharmos, não estará falhando a UNCTAD. Estaremos falhando nós mesmos.

a sudene e a participação internacional no desenvolvimento do nordeste

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Roberto de Abreu Sodré no Palácio do Itamaraty, em 12 de agosto de 1987, no Seminário organizado pela SUDENE, 'A Participação Internacional no Desenvolvimento do Nordeste'.

Tenho hoje o grande prazer de inaugurar este Seminário, organizado pela **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste** sobre um dos aspectos importantes dos esforços do Governo brasileiro para o desenvolvimento daquela região: a utilização de cooperação técnica internacional, de recursos complementares aos recursos nacionais, com vistas a acelerar o desenvolvimento económico e social do Nordeste.

Para o Seminário que ora inicia, a SUDENE, a quem felicito pela iniciativa, reuniu uma ampla e representativa gama de entidades que tem, de uma forma ou de outra, há mais ou menos tempo, de forma setorial ou mais interdisciplinar, somado esforços aos esforços brasileiros destinados a diminuir o grande intervalo que existe entre o grau de desenvolvimento da região e o grau de desenvolvimento que já pode ser visto em outras áreas do país.

Suas exposições e intervenções seguir-se-ão aos testemunhos da própria SUDENE - sobre suas prioridades, seu planejamento e suas atividades no desempenho de suas importantes funções.

Parte importante do Seminário dirá respeito à intermediação desta Casa no processo da cooperação técnica para o desenvolvimento da região. Como muitos dos Senhores sabem, se o Itamaraty vem há tempos atuando nesse sentido, no momento presente está se equipando para fazer ainda mais. Por decisão do

Senhor Presidente da República, o Itamaraty estará inaugurando, em breve tempo, uma Agência Brasileira de Cooperação.

Esta Agência, que já se encontra em intensa atividade embrionária em nosso Departamento de Cooperação Técnica, destina-se a desempenhar um papel de organizador, planejador e catalizador de atividades de cooperação internacional. A necessidade de um órgão central coordenador da multiplicidade de programas, enfoques e atividades típicas da cooperação técnica internacional já vinha sendo sentida há alguns anos por todos que trabalham nesta área, e tenho prazer e orgulho de que esteja cabendo a esta Casa dar cumprimento àquela decisão do Senhor Presidente da República de atender aqueles anseios.

O ganho em organicidade e a melhoria na integração de esforços a serem propiciados pela Agência beneficiarão diferentes regiões do país, e como não poderia deixar de ser, a prioridade do Governo brasileiro para o desenvolvimento económico e social das áreas menos favorecidas será um de seus parâmetros.

Os Senhores participantes ouvirão - e sinceramente espero que deles participarão ativamente - seis grandes Painéis, em que serão discutidos:

- Vários aspectos dos trabalhos da SUDENE, desde o planejamento e a priorização de projetos até a política de incentivos;

- As contribuições do BID, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Banco Mundial, bem como da OEA;

- A cooperação sendo prestada pelas Agências de Cooperação mantidas por diversos países desenvolvidos.

É desnecessário ressaltar aqui uma vertente fundamental da atualidade histórica brasileira, um compromisso de nossa complexa realidade, que hoje dificulta todos os esforços e iniciativas do Governo e da população brasileira para construir um futuro melhor a nossa dívida externa.

Eventos alheios à nossa vontade e capacidade de atuação atingiram em profundidade o sistema financeiro internacional, com efeitos particularmente perversos sobre as taxas de juros, ou seja, sobre os encargos financeiros que recaem sobre a economia brasileira. Nesta situação é particularmente importante, mais do que nunca, que não se reduzam os fluxos de recursos financeiros, humanos e técnicos que compõem a cooperação técnica vinda do exterior. Ou melhor, é particularmente importante que tais recursos sejam ampliados. Igualmente importante, naturalmente, é que a

utilização de tais recursos seja otimizada. Os Senhores terão oportunidades de abordar, em seus trabalhos, ambos os lados desta questão.

Entendo que a SUDENE, em um de seus estudos - entitulado **RESUMO DE PROPOSTAS PARA OBTENÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTERNACIONAL E ESTRANGEIRA** - apresenta 36 propostas que certamente serão um ponto inicial para as discussões sobre o assunto.

Os 6 painéis em que está organizada a participação dos Senhores facultarão a todos amplas oportunidades para o intercâmbio de ideias, experiências, críticas e avaliações. Espero que esta oportunidade sirva para darmos mais um passo, atingirmos mais uma etapa, que desejamos mais intensa e criadora, para a obtenção daquilo que é o desejo comum de todos os brasileiros, e preocupação constante desta Chancelaria: o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira, tarefa esta que pressupõe e exige a superação de nossas mais agudas disparidades regionais.

Só me resta desejar aos Senhores criatividade e sucesso nos trabalhos dos próximos três dias.

em Brasília, o seminário sobre "o Brasil e a política nuclear internacional"

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das
Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré,
no Palácio do Itamaraty, em 13 de agosto de 1987, por
ocasião da abertura do Seminário 'O
Brasil e a Política Nuclear
Internacional*.

É com grande satisfação que dou as boas vindas aos Senhores a este Seminário. Pensamos, no Itamaraty, que seria oportuno no atual momento da vida nacional um encontro como este, onde pudéssemos reunir-nos, nós diplomatas, com representantes de distintos segmentos da sociedade brasileira - parlamentares, jornalistas, empresários, professores universitários - para uma discussão franca e aberta sobre um dos temas de inegável interesse para o país - a questão nuclear.

É nossa proposta discutir esse tema - já que estamos na Casa de Rio Branco - do ponto de vista da política internacional. Ou seja, examinar, debater com os Senhores a inserção do Brasil no cenário da política nuclear mundial. Indagar-nos aonde se situa nosso país nesse cenário. Que limitações nele encontra e que oportunidades dele pode esperar.

Essas são indagações cujas respostas poderão esclarecer muitos aspectos - positivos e negativos - da experiência brasileira no campo da energia atômica. Estamos nesta Casa convencidos de que uma reflexão sobre a política nuclear internacional e o papel nela desempenhado pelo Brasil pode ser uma contribuição valiosa para o próprio debate interno da sociedade brasileira sobre a utilização da energia atômica.

Por certo, também estaremos no Ministério das Relações Exteriores enriquecendo nossos

conhecimentos, nossa percepção sobre o assunto com as observações e ideias aqui ventiladas pelos Senhores. Queremos ouvi-los e muito. Pois estamos conscientes de que esta é a única maneira de podermos desempenhar com eficiência uma tarefa que já é parte da história de nossa Instituição. De fato, permito-me observar que o Itamaraty já há bastante tempo tem a ver com os temas nucleares. Diplomatas brasileiros estavam ao lado do Almirante Álvaro Alberto, nos idos dos anos 40, quando esse grande brasileiro atuava na Comissão de Energia Atômica criada naquela época na ONU. Coube também a um Embaixador brasileiro exercer a presidência da primeira Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica. Funcionários desta Casa, nos anos 60, tiveram participação decisiva na iniciativa que culminaria no Tratado de Tlatelolco. Mais recentemente defendemos com êxito na ONU resolução para a criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. E, sob instruções expressas do Presidente Sarney, conduzimos no momento uma política de aproximação no setor nuclear com a Nação argentina, inovadora sobre vários aspectos.

Meus Senhores,

Não me cabe abordar os temas específicos objetos deste Seminário o que será feito pelos meus colaboradores e pelo Presidente da CNEN, Doutor Rex Nazaré Alves e funcionários daquela Comissão. Permito-me, contudo,

tecer algumas considerações de caráter geral como uma contribuição para os debates previstos neste encontro.

Há algumas semanas atrás, durante visita que fiz na companhia do Presidente Sarney e do Presidente Alfonsín à Usina de Enriquecimento de Urânio de Pilcanijeu, na Argentina, ouvi uma frase de um técnico daquela Usina que me impressionou. Citando seu mestre, o Professor Sábato, aquele técnico disse que não existe propriamente uma tecnologia nuclear. O que entendemos por este título é na verdade um somatório de conhecimentos especializados em diferentes áreas da física, química, engenharia, computação, matemática, entre outras, que permitem ao homem o domínio do átomo. Impressionou-me a frase porque também na diplomacia quando tratamos da questão nuclear, somos levados a discutir e negociar não apenas um tema, mas uma série de les igualmente complexos e interrelacionados.

Em verdade, a questão nuclear tem-nos levado a discutir e negociar com outros países assuntos que podem ser ora energéticos, ora econômicos, ora comerciais, ora tecnológicos, ora político-estratégicos. Do ponto de vista energético, a núcleo-eletricidade é hoje em dia uma realidade. 366 reatores de potência estão atualmente em funcionamento em 27 países. 30% da energia produzida na Europa é de origem nuclear e 16.3% do consumo energético no mundo.

Do ponto de vista econômico-comercial, o mercado compreendido pelas centrais núcleo-elétricas e fornecimento de materiais e projetos se situa em torno a 70 bilhões de dólares.

Do ponto de vista tecnológico, sabemos quanto difícil é o acesso à tecnologia nuclear e quantos entraves existem para a obtenção dessa tecnologia no campo da cooperação internacional.

Do ponto de vista político-estratégico, já em 1939, Albert Einstein escrevia em 2 de agosto daquele ano, uma carta ao Presidente Franklin Roosevelt na qual o cientista alertava o político de que as pesquisas com o urânio re-

velavam uma importante fonte de energia, que não poderia ser ignorada pelo Governo norte-americano.

Numa negociação internacional sobre assuntos nucleares, não raro, e diria mesmo frequentemente, todos esses aspectos do tema podem estar presentes. Daí a complexidade da temática nuclear, também no campo da diplomacia.

Ouso dizer que o Itamaraty tem estado à altura do desafio representado pelas negociações realizadas seja individualmente com outros países, seja nos foros multilaterais sobre os assuntos relativos à energia atômica. Partimos da premissa de que uma política externa correta nesse setor deve refletir o interesse nacional **em cada uma e em todas as áreas** que compõem a temática nuclear, seja a energética, a econômico-comercial, a tecnológica ou a político-estratégica. Não podemos - e não temos feito - barganhar com nossas posições num setor em favor de possíveis vantagens em outros. Muitas vezes, nas negociações internacionais com os países detentores de tecnologia são-nos cobradas posições que poderão ter certa lógica em um dos aspectos da temática nuclear, mas que não são válidas para as demais. Ou seja, vantagens no campo energético ou econômico-comercial, por exemplo, não poderão ser obtidas em detrimento da autonomia tecnológica do País no futuro.

Creio que a experiência concreta do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) é bem ilustrativa dessa situação. O Brasil recusou-se a assinar aquele Tratado porque não acreditou em suas premissas, ou seja, a de que concessões em nossa autonomia como nação poderiam ser correspondidas por progressos científicos através da cooperação internacional. Decorridos já 25 anos após a assinatura daquele Tratado, nenhum dos países não-nucleares que a ele acederam conseguiu um progresso significativo nesse setor, apesar das concessões feitas no âmbito do Tratado.

O fato central é que para o Brasil a energia nuclear não é abstração. Temos importantes jazidas de urânio, uma demanda interna de energia considerável e que só tende a crescer, um parque industrial capaz de competir no mercado internacional de equipamentos pesados. Somos ao mesmo tempo um mercado consumidor de porte, seja de equipamentos, seja de tecnologia. Assim, o que se passa no cenário internacional da energia nuclear nos diz diretamente respeito. Queiramos ou não.

Por todas essas razões, temos defendido posições bem definidas e claras no campo da política internacional nuclear. Nos foros multilaterais propugnamos pelo acesso dos países em desenvolvimento à tecnologia atômica e denunciemos os entraves criados pelos países nuclearmente desenvolvidos. Lutamos contra regras econômico-comerciais que perpetuam, para os países em desenvolvimento, também no campo nuclear, a condição de mero consumidor de equipamentos sofisticados e de tecnologia e de mero fornecedor de matérias-primas.

No setor político-estratégico, somos veementes na defesa de um desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional, ao invés de um simples controle de armamentos. Somos também contrários a teorias, como a da dissuasão, que subordinam a segurança internacional aos condicionantes estratégicos das superpotências e legitimam a posse de armas nucleares.

Não nos deixamos ao mesmo tempo confundir, pois não acreditamos que a proliferação do conhecimento da tecnologia atômica signifique **ipso facto** a proliferação de armas nucleares.

Esses são em linhas gerais os comentários que gostaria de fazer. Espero que possam contribuir para os debates a serem realizados neste encontro, ao qual atribuímos um papel relevante para a boa execução pelo Ministério das Relações Exteriores de uma política externa no setor nuclear que esteja em perfeita sintonia com o pensamento prevalecente em nossa sociedade.

o brasil e a situação no atlântico sul

Relatório assinado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e dirigido ao Secretário-Geral das Nações Unidas, no qual se expressam os pontos de vista do Governo brasileiro acerca da situação do Atlântico Sul e a implementação da Declaração sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, em conformidade com o parágrafo 6, da Resolução 41/11 da XLI Sessão da Assembleia-Geral da ONU.

Senhor Secretário Geral,

Tenho a honra de acusar recebimento de sua Nota SSOA/87/2, de 10 de fevereiro de 1987, pela qual Vossa Excelência convida o Governo brasileiro a expressar seus pontos de vista acerca da situação no Atlântico Sul e da implementação da Declaração sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, em conformidade com o parágrafo 6 da Resolução 41/11 da XLI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986.

O Governo brasileiro atribui a mais alta importância à decisão tomada pelos Estados-Membros das Nações Unidas, na XLI Sessão da Assembleia-Geral, de declarar o Atlântico Sul como Zona de Paz e de Cooperação. O inequívoco endosso da Resolução 41/11, adotada quase por unanimidade, representa o reconhecimento por parte da comunidade internacional da identidade específica do Atlântico Sul, bem como do desejo sincero dos Estados africanos e sul-americanos da área, responsáveis pela apresentação da iniciativa à Assembleia-Geral, de atuar conjuntamente a fim de promover a paz e a cooperação em benefício de toda a humanidade e, em particular, dos povos da região. Representa igualmente o claro reconhecimento da determinação desses países e povos de preservarem sua indepen-

dência, sua soberania e sua integridade territorial, de desenvolverem suas relações internacionais em condições de paz e liberdade, e de permanecerem livres da ameaça ou uso da força, da presença militar estrangeira, de armas nucleares e outras armas de destruição em massa e de sua determinação em manter a região livre de todas as fontes de tensão e de rivalidades e conflitos que lhes são alheios.

Desde seu estabelecimento, em 1986, a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul tem representado um forte incentivo aos países da região no sentido de promover, intensificar e ampliar os elos de entendimento político e cooperação existentes entre eles, com vistas a seu desenvolvimento econômico e social, à proteção do meio ambiente, à conservação dos recursos e à preservação da paz e da segurança de toda a região.

Cabe aos Estados africanos e latino-americanos da região do Atlântico Sul a responsabilidade primordial de trabalhar conjuntamente para promover a consecução dos objetivos da Zona, conforme definidos pela Resolução 41/11. Mas a implementação integral desses objetivos exigirá também que todos os Estados de todas as demais regiões respeitem o status da área como uma região de paz e cooperação e atuem de maneira coerente com os princípios e objetivos da Declaração de outubro de 1986. A esse respeito, é de esperar-

se que as grandes potências e outros Estados militarmente expressivos expressem sua disposição de considerar a adoção de medidas específicas que possam ser tomadas para assegurar a redução e eventual eliminação da sua presença militar na área, a não-introdução de armas nucleares e outras armas de destruição em massa e a não-extensão à região de suas rivalidades e conflitos.

A manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul é objeto de permanente preocupação para o Governo brasileiro. A situação da região continua a ser caracterizada pela persistência de significativas fontes de tensão, que afetam a paz e a segurança dos povos e países do Atlântico Sul.

Como indicado na Resolução 41/11, a eliminação do apartheid, a consecução da autodeterminação e independência do povo da Namíbia e a cessação de todos os atos de agressão e subversão contra os Estados da África Austral são essenciais à paz e à segurança do Atlântico Sul em seu conjunto. Infelizmente, não temos testemunhado, ao longo do último ano, nenhum progresso no sentido da eliminação desses graves problemas.

Na África do Sul, o Governo de minoria persiste em sua recusa obstinada em atender aos reclamos do povo sul-africano e da comunidade internacional, mantendo em vigor o regime odioso de discriminação racial. Ao mesmo tempo, continua desafiando a resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança, insistindo na ocupação ilegal do território da Namíbia e negando ao povo namíbio o direito de assumir o status de nação independente.

O Governo brasileiro espera que, no futuro não muito distante, seja possível acolher na comunidade de Estados do Atlântico Sul o legítimo governo de uma Namíbia livre e independente, bem como uma África do Sul livre do regime do apartheid.

Tendo adotado, em 1985, legislação que consolida proibições existentes à cooperação com o Governo sul-africano, inclusive a venda ou transferência para a África do Sul ou para a

Namíbia de armas, munições e outros equipamentos de emprego militar, o Governo brasileiro está profundamente preocupado com as recentes informações sobre a continuada violação do embargo de armas à África do Sul.

O Brasil, que tem mantido fortes laços de amizade e cooperação com Angola desde a sua independência, há doze anos, preocupa-se também profundamente com as reiteradas violações da soberania angolana e com as ameaças à sua independência política e integridade territorial promovidas e apoiadas pelo Governo da África do Sul. Esperamos que as consultas em andamento conduzam à criação de condições, incluindo em particular a implementação da Resolução 435 (1978), que permitam a Angola desenvolver seu grande potencial como nação numa atmosfera de paz e de segurança.

Em 29 de outubro de 1986 os países da área tomaram conhecimento de uma declaração unilateral do Governo britânico sobre a instituição de certas medidas de conservação pesqueira na região que cerca as ilhas Malvinas. Profundamente preocupados, e imbuídos de espírito de solidariedade regional, à luz, inter alia, da Resolução 41/11, os Ministros das Relações Exteriores da Argentina, Uruguai e Brasil analisaram esse elemento adicional de tensão na disputa sobre as Malvinas, por ocasião de encontro ocorrido em Punta dei Este, em 2 de novembro de 1986. Uma preocupação semelhante foi expressada em resolução adotada por consenso na Sessão do Conselho Permanente da OEA realizada na Guatemala no final do mesmo mês. O Governo brasileiro tem reiteradamente manifestado sua esperança de que a disputa a respeito da soberania e outras questões relacionadas com as Malvinas sejam resolvidas de maneira pacífica pela Argentina e Reino Unido, tão logo possível, de maneira a eliminar uma fonte perigosa de tensão e conflito potencial na região do Atlântico Sul.

O Governo brasileiro acha-se comprometido com o objetivo de resguardar o Atlântico Sul de medidas de militarização e da corrida ar-

mamentista, em particular da corrida armamentista nuclear. A questão da proliferação geográfica de armas nucleares no Atlântico Sul constitui matéria de profunda preocupação para o Brasil. Tendo assinado e ratificado o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco), o Governo brasileiro tem expressado seu compromisso de abster-se de toda e qualquer medida que contrarie os objetivos de Tlatelolco e espera a implementação integral, o mais breve possível, da zona de aplicação do Tratado, nos termos de seu artigo 4.2, o que contribuiria para reforçar o status da ZPCAS. Dessa forma, acolhemos com satisfação a resolução aprovada, em abril passado, em Montevideu, durante a Conferência Geral da Organização de Estados-Partes do Tratado de Tlatelolco (OPANAL), na qual foi manifestada a satisfação com a adoção, pela última Assembleia-Geral das Nações Unidas, da Resolução 41/11, e foi solicitada a preparação de um estudo sobre a relação entre a zona livre de armas nucleares da América Latina e a ZPCAS.

Em seu encontro de abril de 1987, ocorrido em Genebra, o Comité Ad-hoc sobre o Programa Abrangente do Desarmamento da Conferência do Desarmamento aceitou por consenso uma proposta de inclusão no Programa de expressão de apoio aos objetivos da Resolução 41/11 da Assembleia-Geral, em que se afirma que 'a Declaração da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul constitui um passo concreto em direção aos objetivos estabelecidos pela comunidade internacional, objetivos a serem atingidos por meio do estabelecimento de zonas de paz em diferentes regiões do gbbo, para o benefício de toda a humanidade, de maneira a contribuir, de forma significativa, ao fortalecimento da paz e da segurança internacional, bem como à promoção dos princípios e propósitos das Nações Unidas. Nesse contexto, reconhece-se que os Estados da região têm interesse e responsabilidade especial na promoção da cooperação regional para o desenvolvimento económico e para a paz' (CD/CPD/WP 87, de 21 de abril de 1987).

Em sua sessão de 1987, a Comissão do Desarmamento das Nações Unidas aprovou, no âmbito do Grupo de Consulta relativo ao item 'Armamento e Desarmamento Navais', a inclusão, em texto destinado a servir de base para deliberações futuras sobre o assunto, de recomendação que sublinha os 'benefícios decorrentes dos aspectos marítimos das propostas existentes sobre zonas de paz em certas regiões', com menção especial à declaração pela Assembleia-Geral da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul.

A partir da adoção da Resolução 41/11, o Presidente José Sarney e eu próprio procuramos, no contexto de visitas de alto nível e de outros contatos com países africanos e sul-americanos da região do Atlântico Sul, promover a implementação dos objetivos de paz e de cooperação contidos na Declaração de 27 de outubro de 1986. Durante as conversações e nos textos de pronunciamentos e comunicados conjuntos, os Governos do Brasil e de outros Estados da região tem reafirmado sua determinação de trabalhar de forma concertada para que os princípios e metas contidos na Declaração sejam traduzidos em medidas efetivas de cooperação. A sucessão de encontros de nível presidencial e ministerial com os Governos de Argentina e Uruguai, as visitas ao Brasil dos Presidentes de Cabo Verde e do Zaire e do Presidente da SWAPO, as visitas do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Angola, à República dos Camarões e à Nigéria, e as visitas dos Ministros das Relações Exteriores do Benin e de Cote d'Ivoire ao Brasil deram ocasião a profícuas e amistosas conversações com vistas ao fortalecimento dos vínculos de cooperação e entendimento entre o Brasil e seus vizinhos sul-atlânticos.

Os projetos abrangentes de cooperação e integração que estão sendo implementados pela Argentina, Uruguai e Brasil em praticamente todos os setores de atividade económica e em outras áreas constituem demonstração inequívoca da maneira pela qual os ideais da Declaração de 27 de outubro de 1986 podem ser implementados em benefícios dos países e povos da região. Cabe mencionar a

declaração conjunta assinada pelos Presidentes do Brasil e da Argentina em Viedma, em 17 de julho de 1987, em que reafirmaram o inarredável compromisso de ambas as Nações de utilizar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos e ressaltaram o progresso alcançado no campo da cooperação nuclear bilateral.

No espírito da Declaração da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, o Governo brasileiro tem procurado promover a intensificação da cooperação regional para o desenvolvimento económico e social, tanto no âmbito de organizações globais, regionais e sub-regionais, quanto no contexto de esforços bilaterais. Nesse sentido, cabe salientar que, para a implementação dos aspectos de cooperação económica e técnica da Resolução 41/11 da Assembléia-Geral, os diversos órgãos das Nações Unidas e de Agências especializadas devem estar aptos a prestar a assistência necessária a iniciativas conjuntas de cooperação em benefício dos países e povos do Atlântico Sul.

Iniciativas regionais estão sendo promovidas como meio de intensificar a cooperação no quadro da Resolução 41/11.

Na primeira reunião do Programa para o Atlântico Centro-Oriental (IOCEA), convocada no âmbito da Comissão Oceanográfica Internacional (COI) (Cabo Verde, janeiro de 1987), a delegação do Brasil ofereceu aos demais participantes da região do Atlântico Sul um elenco de cursos e seminários em hidrografia, oceanografia, batimetria e outras áreas ligadas às ciências marinhas. No mesmo espírito de cooperação regional, o Governo brasileiro pretende promover, em novembro próximo, o I Curso Internacional sobre Desertificação, e solicitou o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com vistas a permitir a participação de todos os países sul-atlânticos afetados por aquele fenómeno.

No tocante à cooperação científica, técnica e tecnológica, cabe mencionar alguns passos efetivos e algumas futuras ações possíveis.

Com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Governo brasileiro concluiu o Projeto BRA/86/001, que permite o financiamento de ações de cooperação técnica; com o Bureau Regional para a África do mesmo Programa. Por sua vez, foi negociado e concluído Projeto (RAF/86/041) destinado a promover a CTPD entre os países africanos e o Brasil. Ambos os projetos, baseados no Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e os Escritórios Regionais do PNUD para a África e para a América Latina e Caribe, concluído em maio de 1986, darão ensejo a ações no espírito da Resolução 41/11. Com esse mesmo objetivo, missão de participantes do Sistema Interministerial de Cooperação Técnica do Brasil visitou Angola em abril do corrente ano e deverá visitar outros países da região no futuro próximo.

Com o Secretariado da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), estão em curso conversações para a assinatura de um Memorando de Entendimento pelo qual se estabelece um programa de cooperação nas áreas de agricultura e agroindústria, energia e formação de recursos humanos. Ainda no âmbito da SADCC, o Brasil iniciou estreita cooperação no setor de energia com a Unidade Técnica Administrativa (UTA), que tem sede em Luanda.

O Governo brasileiro também está considerando com a OIT e a UNIDO a assinatura de acordos para a implementação de ações de CTPD entre o Governo brasileiro e países em desenvolvimento de ambas as margens do Atlântico Sul.

Expandiram-se os programas bilaterais de cooperação técnica com os países da região, sobretudo nas áreas de agricultura, agroindústria, energia, siderurgia, fontes renováveis de energia, comunicações, transportes, saúde, biotecnologia, saneamento e administração pública. Na área de treinamento de recursos humanos, o Governo brasileiro pretende continuar a cooperação com os países sul-atlânticos no contexto de seus programas de formação de pessoal de nível médio e de estudantes-convênio em nível de graduação e pós-graduação.

O Brasil participou, em junho, do I Congresso de Cientistas Africanos (Brazzaville), devendo fazer-se representar também na II Conferência de Ministros Encarregados da Aplicação da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da África (CASTAFRICA-II), programadas para Arusha (Tanzânia), em julho, com vistas a intensificar a cooperação científica e tecnológica com países africanos do Atlântico Sul. Com o Uruguai e a Argentina, por sua vez, a moldura institucional já existente permite uma intensa cooperação cujos benefícios, em setores como os da pesca e do meio ambiente, poderiam ser estendidos a países sul-atlânticos da África.

Em encontro realizado em novembro de 1986 em Punta del Este (mencionado no parágrafo 9), os Chanceleres da Argentina, do Uruguai e do Brasil assinalaram a importância de fortalecer a cooperação tripartite existente para a preservação de recursos pesqueiros. Com vistas a implementar a Resolução 41/11, o Governo brasileiro entende que se deve considerar a possibilidade de extensão dessa cooperação a outros países do Atlântico Sul.

O Governo brasileiro está disposto a participar em esforços conjuntos com vistas à promoção da efetiva implementação dos diferentes as-

pectos da Declaração da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. Nesse sentido, os países da região poderiam considerar a conveniência de convocar, no momento apropriado, uma reunião na qual seja discutida uma agenda abrangente de cooperação para a paz e o desenvolvimento como forma de efetivar os objetivos da Zona.

O Governo brasileiro aguarda com interesse a consideração do item 'Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul' pela Assembleia-Geral em seu XLII período de sessões. O exame do relatório a ser submetido pelo Secretário-Geral, levando em consideração as opiniões manifestadas por Estados-membros, nos termos do parágrafo 6 da Resolução 41/11, constituirá oportunidade apropriada para discutir a evolução, ao longo do último ano, da situação na região do Atlântico Sul na medida em que afeta a Zona de Paz e de Cooperação, além de permitir a avaliação do progresso obtido pelos Estados da região na tarefa de implementar os dispositivos da Declaração de 27 de outubro de 1986.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Secretário-Geral, os protestos da minha mais alta consideração.

comissão mundial para o meio ambiente e o desenvolvimento visita o brasil

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em 31 de agosto de 1987. durante almoço oferecido à Delegação da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, por ocasião de sua visita ao Brasil.

É grande minha satisfação ao receber, no Palácio Itamaraty, a Delegação da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Ela vem ao Brasil para o lançamento, em língua portuguesa, de seu relatório intitulado "Nosso Futuro Comum".

Ao dar-lhe as cordiais boas-vindas em nome do Governo brasileiro, desejo expressar aqui nosso reconhecimento pela conclusão desse trabalho que não só se caracteriza por sua abrangência e profundidade, como também reflete a conscientização cada vez maior da comunidade internacional para questões de especial importância no mundo contemporâneo.

A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento foi criada em 1983, por decisão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Hoje, passados quatro anos, é forçoso reconhecer que a Comissão, sob a prestigiosa direção da Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland e do Vice-Presidente Mansour Khalid, cumpriu com notável diligência o desafio que tinha pela frente. Autônomo e perseverante, o trabalho da Comissão consolidou-se no ousado documento que agora recebe sua versão em português.

Indubitavelmente, o 'Relatório Brundtland' introduz em sua análise importantes elementos de reflexão, que devem merecer exame cuidadoso de todos aqueles a quem é dirigido o documento. De minha parte, asseguro que o Governo brasileiro vê como positivos vários aspectos do relatório, sobretudo pela incorporação de conceitos que muito se aproximam das posições tradicionalmente defendidas pelos países em desenvolvimento em matéria ambiental, em particular quando vincula a manutenção de um meio ambiente saudável à necessidade premente de superação da pobreza. Devemos ter sempre em mente que a dimensão social não pode deixar de receber atenção prioritária na formulação da política ambiental em nossos países.

Ressalvado o dever de não causar danos ao meio ambiente de outros países, o Governo brasileiro considera que é tarefa precípua do Estado, no exercício de sua soberania, a formulação de sua política ambiental e a administração de seus recursos naturais. Tal postura, entretanto, não implica desconsiderar o papel da cooperação e dos mecanismos internacionais de intercâmbio de informações em matéria ambiental, que reputamos da maior relevância. A utilização dos recursos naturais do território brasileiro obedece às prioridades nacionais, que passam de modo inofensivo pela satisfação das necessidades básicas de nosso povo.

O relatório da Comissão Mundial reconhece na pobreza uma das principais causas da devastação ambiental, e prescreve a necessidade de que sejam imediatamente revistos os princípios que fundamentam as relações econômicas globais. O Brasil compartilha esse ponto de vista. Não há dúvida de que a presente iniquidade do relacionamento econômico internacional - marcado pela crescente deterioração dos termos de troca, pelo protecionismo dos países desenvolvidos e pelo insustentável endividamento que transforma países em desenvolvimento em exportadores de capital - gera esmagadoras pressões sobre o patrimônio natural desses países, com graves conseqüências para o meio ambiente.

Seria, portanto, ingênuo, e mesmo perigoso, acreditar que a mera imposição de condicionantes ambientais à concessão de financiamentos ou doações, pelos organismos financeiros multilaterais e bilaterais, pudesse servir como freio à devastação do meio ambiente. Tais restrições de crédito podem, ao contrário, gerar entraves que redundariam no agravamento do círculo vicioso pobreza/devastação ambiental/pobreza. A nosso ver, a válida preocupação desses organismos com o meio ambiente se deveria traduzir em contribuições financeiras a projetos que visem ao equacionamento de problemas ambientais.

A ameaça de destruição nuclear é outra dimensão da problemática ambiental contemplada no relatório. Existe aqui, mais uma vez, convergência de pontos de vista entre o Governo brasileiro e as conclusões da Comissão Mundial. Por sua magnitude, a questão do desarmamento nuclear deve merecer atenção diferenciada, uma vez que qualquer tentativa de criar mecanismos de proteção ao meio ambiente perderá seu sentido, a longo prazo, se não for encontrada uma solução definitiva para a ameaça que representa a existência dos arsenais nucleares.

É meu desejo, pois, que os ilustres membros da Comissão levem do Brasil a certeza de

que apreciamos e valorizamos o sentido construtivo que inspirou a elaboração do documento, posto agora à disposição em língua portuguesa. Confiamos em que o relatório contribuirá para orientar as discussões internacionais sobre o problema ambiental de maneira eficaz, realista e plenamente ajustada às preocupações e aos interesses dos países em desenvolvimento.

Senhoras e Senhores,

Dotado de extensa base física, com características altamente diversificadas, o Brasil tem perfeita consciência da importância da utilização racional de seus recursos naturais, do imperativo de conciliar as necessidades do desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, do dever de promover hoje a melhoria das condições de vida de seu povo sem ameaçar a sobrevivência das gerações futuras.

Essa consciência traduziu-se, inclusive, no atual Governo pela criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Sob o comando do Ministro Deni Schwartz, esse órgão vem procurando equacionar e resolver os principais problemas ambientais que o país enfrenta, dentro da filosofia de dar prioridade ao social, que orienta o Governo do Presidente Sarney.

É pois com grande interesse e satisfação que recebemos contribuições - como a que vem de ser dada pela Comissão Mundial - para o melhor entendimento dos problemas globais do meio ambiente. As análises e sugestões do relatório certamente em muito ajudarão os diferentes países a formular suas políticas nacionais de meio ambiente.

Agradeço a presença aqui da delegação da Comissão Mundial - de cujos trabalhos participou um eminente ambientalista brasileiro, o Dr. Paulo Nogueira Netto - e auguro-lhe êxito na tarefa de divulgar esse importante documento.

diretor-geral da unido visita Brasília

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 1 de setembro de 1987, por ocasião de almoço em homenagem ao Senhor Diretor-Geral da UNIDO, Embaixador Domingo Siazon Júnior.

Excelentíssimo Senhor
Diretor-geral da Unido,
Embaixador Domingos Siazon Júnior

Excelentíssimo Senhor
Embaixador das Filipinas,
Doutor Lauro L. Baja Júnior

É com grande prazer que damos as boas vindas ao Embaixador Domingos Siazon, Diretor-Geral da UNIDO, que, nessa qualidade, pela primeira vez, nos visita.

Vossa Excelência, que por longo tempo tantos serviços prestou a seu país, as Filipinas, em Viena, perante as organizações ali sediadas, sempre manteve com os representantes brasileiros as melhores relações profissionais e humanas. Relações essas que estimo continuem e se fortaleçam ainda mais nessa nova etapa de sua carreira.

Nossas boas vindas se estendem, naturalmente, aos assessores do Embaixador Siazon, aqui presentes, grupo que conta com a colaboração de um ex-funcionário do Governo brasileiro, o Doutor Fernando Souto. Sua presença na cúpula diretora da UNIDO muito nos honra e representa uma garantia de que a organização poderá trilhar caminhos mais produtivos ainda para os países em desenvolvimento, levando-se em conta as qualidades e a capacidade do Doutor Souto.

Senhor Diretor-Geral,

A presença de Vossa Excelência em Brasília assinala a passagem para uma nova etapa no relacionamento entre o Brasil e a UNIDO. Esta organização, para cujo nascimento em 1967 o Brasil muito contribuiu, por ver nela um foro intergovernamental com a missão específica de conduzir as discussões Norte-Sul sobre a industrialização dos países em desenvolvimento, experimentou nessas duas décadas inúmeras dificuldades para firmar-se como uma organização do Sistema das Nações Unidas, capaz de atender as necessidades dos nossos países, na área industrial.

Com a sua conversão em Agência Especializada das Nações Unidas, porém, esperamos que a UNIDO tenha melhores condições para cumprir com os objetivos, orientações e mandatos fixados em seus estatutos. O potencial de cooperação existente deve ser amplamente explorado, tanto no sentido da contribuição que a UNIDO possa prestar ao desenvolvimento industrial do Brasil, quanto no da utilização da capacidade brasileira, em colaboração com a UNIDO, em terceiros países. Atribuímos especial importância à contribuição tecnológica que a UNIDO possa prestar nos domínios da transferência, adaptação e criação de tecnologias, em especial nas chamadas novas tecnologias. Nesse contexto, vimos com satisfação a aprovação do documento 'Programa de Desenvolvimento Tecnológico', cujas conclusões, confiamos, orientará os trabalhos da UNIDO, em novembro próximo.

Consoante nossa posição histórica de apoio à UNIDO, continuamos a lhe atribuir importância primordial no encaminhamento dos debates sobre políticas industriais, para o que reafirmamos a preponderância da Declaração e do Plano de Ação de Lima, fonte inspiradora das discussões e negociações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na esfera da cooperação industrial. Nesse sentido, já adianto a Vossa Excelência, é que procuraremos atuar na II Conferência-Geral da UNIDO, em novembro próximo.

Igualmente muito proveitosa, vislumbramos a atuação da UNIDO nas áreas da cooperação econômica e técnica entre países em desenvolvimento. O largo acervo de experiências acumulado por essa organização deve ser posto para funcionar em favor da Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento e da Cooperação Técnica. O Memorando, que hoje assinamos, já é um passo importante nessa direção. Mas podemos ir mais adiante. A cooperação Sul-Sul, que sofre de inerente escassez de recursos, depende, em grande medida, do apoio que puder receber dos órgãos do Sistema das Nações Unidas.

Senhor Diretor-Geral,

Vossa Excelência vem a meu país com propósitos de fortalecer a cooperação entre a UNIDO e o Brasil. Sei que, na sua agenda, incluem-se vários contatos com as mais diversas entidades dos setores público e privado. O Brasil é um país aberto à cooperação. Estou certo de que os encontros que Vossa Excelência já manteve e ainda manterá darão uma medida das nossas potencialidades, que desejamos explorar em benefício do desenvolvimento do nosso povo e do fortalecimento de nossas relações com os demais países em desenvolvimento. Faço votos para que sua visita ao nosso país venha a contribuir para o nosso esforço de desenvolvimento e para a inserção da UNIDO em um novo padrão de relacionamento com os países em desenvolvimento.

Com esse espírito, convido todos os presentes a me acompanharem **neste brinde que propo-**

nho à saúde e felicidade pessoais de Vossa Excelência, ao contínuo êxito de sua missão à frente da UNIDO, e pelo crescente entrosamento entre o Brasil e a Organização.

memorandum de entendimento

Memorandum de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

O Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominado 'O GOVERNO')

e

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (doravante denominada 'UNIDO')

Reconhecendo a necessidade de acelerar o desenvolvimento industrial dos países em desenvolvimento;

Tendo em mente os amplos objetivos mencionados no preâmbulo da constituição da UNIDO e especificados na Declaração e Programa de Ação sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional; nas Declarações e Planos de Ação de Lima e Nova Delhi sobre o Desenvolvimento Industrial e a Cooperação; no Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento; no Programa de Ação de Caracas sobre a Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento, e nas resoluções adotadas pela IV Conferência Geral da antiga UNIDO estabelecida em Viena como uma organização autônoma no âmbito das Nações Unidas;

Reconhecendo a necessidade e importância de aumentar-se a cooperação com os países em desenvolvimento no que respeita à implementação dos programas mencionados acima, e

Reconhecendo a importância de assegurar-se a implementação efetiva do Plano de Ação de Buenos Aires, o **qual** ressalta a necessidade

de promover-se e ampliar-se a cooperação técnica e económica entre os países em desenvolvimento,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As duas Partes cooperarão com vistas à execução de programas conjuntos, de modo a intensificar e fortalecer a cooperação entre o Governo e a UNIDO, bem como a contribuição brasileira à cooperação técnica e económica entre os países em desenvolvimento no campo do desenvolvimento industrial.

ARTIGO II

Esses programas deverão incluir, entre outros, os seguintes campos de atividade:

- a) desenvolvimento e transferência de tecnologia;
- b) desenvolvimento de recursos humanos para a indústria;
- c) promoção de investimentos industriais;
- d) ciência e tecnologia para a indústria;
- e) indústria e atividades industriais conexas, como infra-estrutura industrial, estabelecimento e gerenciamento de fábricas, estudos de viabilidade;
- f) estudos industriais;
- g) energia relacionada à indústria

ARTIGO III

Nos vários campos de atividade, a cooperação será implementada por intermédio de uma ou mais das seguintes modalidades:

- a) transferência ou intercâmbio de informações;
- b) preparação de propostas e/ou estudos para a consideração por uma ou ambas as partes;

c) serviços de peritos;

d) seminários e simpósios, missões de estudo, cursos de treinamento;

e) medidas de cooperação internacional emanadas do Sistema de Consultas;

f) quaisquer outros meios mutuamente considerados os mais recomendáveis e benéficos para os países em desenvolvimento.

ARTIGO IV

Qualquer decisão relativa a financiamentos será tratada numa base projeto-a-projeto e em conformidade com as regras e procedimentos financeiros aplicáveis de cada parte.

ARTIGO V

Com particular referência à promoção da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento nos setores industrial e de energia a ele relacionados, e em conformidade com as modalidades de cooperação referidas no Artigo III,

O Governo e a UNIDO:

- a) identificarão aqueles projetos nos países em desenvolvimento que poderão se prestar a uma cooperação entre os mencionados países, o Governo e a UNIDO;
- b) discutirão, em consulta com os países em desenvolvimento, a maneira em que aqueles projetos poderão ser implementados de modo o mais eficiente possível em benefício dos mencionados países, e
- c) administrarão a implementação dos projetos selecionados conjuntamente e assegurarão que eles sejam implementados de forma efetiva e eficiente.

O Governo:

- a) providenciará a tecnologia e os recursos humanos especializados pertinentes, necessários à implementação efetiva dos projetos selecionados conjuntamente;

b) identificará os peritos necessários para a condução das atividades acordadas, entre o Governo e a UNIDO, pelo presente Memorandum de Entendimento;

c) providenciará salário e outros benefícios sociais aos peritos brasileiros mencionados no item b) deste sub-parágrafo, e

d) considerará o financiamento de despesas com componentes em moeda local, quanto às modalidades de cooperação mencionadas na alínea d) do Artigo III se realizarem no Brasil.

A UNIDO:

a) considerará, dentro dos limites da capacidade financeira, e sujeita a suas regras e procedimentos pertinentes, o pagamento dos custos de transporte, nacional ou internacional, e diárias, aos peritos brasileiros enviados aos países em desenvolvimento, no âmbito do presente Memorandum de Entendimento, e

b) envidará esforços no sentido de assegurar que os países em desenvolvimento em questão coloquem à disposição as facilidades necessárias consideradas essenciais ao desempenho exitoso e efetivo dos peritos brasileiros ou das missões enviadas a esses países no âmbito do presente Memorandum de Entendimento. Tais facilidades se constituiriam, inter alia, no estabelecimento de contatos apropriados, apoio logístico, transporte.

ARTIGO VI

O Governo e a UNIDO estabelecerão uma Comissão Mista que supervisionará a implementação do presente Memorandum de Entendimento.

A Comissão Mista será composta por representantes do Governo e da UNIDO. Será presidida por dois co-presidentes, cada um dos quais a ser designado pelo Governo e pela UNIDO, respectivamente.

A Comissão Mista reunir-se-á uma vez a cada ano em local mutuamente acordado, de prefe-

rência em Brasília ou Viena, para passar em revista o andamento dos programas ou projetos existentes, trocar informações sobre os planos de cada parte relativos ao presente Memorandum de Entendimento, e acordar sobre o plano de trabalho do biênio seguinte.

ARTIGO VII

Cada Parte ao presente Memorandum de Entendimento designará um secretário-executivo, no âmbito de sua própria organização, que desempenhará as seguintes funções:

a) servir como ponto focal de contato para todas as comunicações de base para a implementação do presente Memorandum de Entendimento;

b) supervisionar o andamento dos programas e projetos de cooperação, durante o período de tempo entre as reuniões da Comissão Mista, e

c) organizar as reuniões da Comissão Mista.

ARTIGO VIII

Para a implementação dos programas e projetos objeto do presente Memorandum de Entendimento, a UNIDO poderá concluir arranjos de trabalho com as instituições públicas ou privadas brasileiras pertinentes. Tais arranjos deverão sujeitar-se às regras contidas no presente Memorandum de Entendimento, e os programas e projetos implementados por intermédio desses arranjos deverão, igualmente, sujeitar-se à supervisão da Comissão Mista mencionada no Artigo VI acima.

ARTIGO IX

O presente Memorandum de Entendimento terá validade de três anos a partir de sua entrada em vigor, nos termos do Artigo X, abaixo. Será renovado por períodos subsequentes de três anos, a menos que, seja o Governo, seja a UNIDO, por meio de comunicação por escrito, no mínimo até seis meses antes da expiração de cada período de validade, comuniquem sua intenção de dá-lo por terminado.

No entanto, o término não afetará as atividades iniciadas antes da expiração da validade do Memorandum de Entendimento.

ARTIGO X

O presente Memorandum de Entendimento entrará em vigor após sua assinatura pelo Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e pelo Diretor-Geral da UNIDO.

Feito em Brasília, ao dia 1 de setembro de 1987, em duas cópias originais,

Pelo Governo da República Federativa do Brasil,

Roberto de Abreu Sodré

Pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

Domingos Siazon Júnior

décima-terceira reunião do sela, em caracas

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em 17 de setembro de 1987, perante a XIII reunião do SELA, em Caracas.

Sinto renovar-se neste encontro o profundo e autêntico espírito de cooperação que anima os povos da América Latina e do Caribe. Outra não poderia ser minha impressão ao comparecer, em Caracas, à Reunião Ordinária do Sela, foro que traduz em seus objetivos a vocação integracionista de nosso continente.

Aqui venho reiterar, em nome do Brasil, a importância que atribuímos às atividades do Sela como principal mecanismo institucionalizado de que dispõe a região para fins de consulta e coordenação de posições sobre temas relativos ao desenvolvimento econômico e social. Em seus doze anos de existência, o Sistema Económico Latino-Americano se afirmou como instrumento útil e dinâmico de colaboração regional. Tem contribuído não apenas para revitalizar as relações latino-americanas e caribenhas, mas também projetar internacionalmente as legítimas reivindicações de nossos países em matéria de comércio, cooperação econômica, finanças, ciência e tecnologia.

A oportunidade desta reunião anual do Conselho Latino-Americano, instância política máxima do Sela, manifesta-se com clara nitidez diante das dificuldades e incertezas que continuamos a viver no cenário económico internacional. O momento e o lugar não poderiam ser mais adequados para uma nova reflexão sobre esses fatores que condicionam a inserção de nosso continente na economia mundial e sobre os rumos e alternativas que nos cabe seguir futuramente.

A América Latina e o Caribe, sofrendo até hoje os efeitos da grave crise recessiva e inflacionária que atingiu suas economias a partir do início da presente década, buscam a todo custo retomar e assegurar seu crescimento. Meu antecessor, Ministro Olavo Setúbal, afirmou há dois anos neste mesmo foro, e nesta mesma cidade, que deveríamos sair da crise em que estávamos então mergulhados não isoladamente, mas sim pela comunhão de nossos esforços.

Continuamos, hoje, a acreditar que a resposta a nossos problemas individuais como países só será adequada desde que baseada na solidariedade regional.

A cooperação em nosso continente vem adquirindo ímpeto e apresenta resultados práticos. É significativo que essa cooperação se tenha fortalecido justamente quando a América Latina retoma plenamente sua tradição democrática e vê, assim, ressurgirem condições propícias ao surgimento de sociedades mais justas. Condições que, indubitavelmente, favorecem também as iniciativas de integração económica entre nossos países, fruto de uma vontade política nascida da solidariedade mais forte e do entendimento mais estreito que nos unem atualmente.

Mais do que nunca a integração é a resposta madura e eficaz que a América Latina e o Caribe necessitam dar - e já estão dando - a seus desafios. Cerceado em seu direito a uma participação mais justa e equitativa na economia internacional, seja pelo protecionismo

comercial dos países desenvolvidos, seja pela deterioração dos termos do intercâmbio, o continente encontra na integração uma oportunidade de ampliação de mercados capaz de garantir o desejável ritmo de crescimento económico e, portanto, as necessárias condições de bem-estar social.

Infelizmente, não há como negar que as perspectivas de desenvolvimento na região continuam, em grande parte, frustradas pelos obstáculos gerados pela questão do endividamento externo de nossos países. Problema para o qual temos em vão reclamado a atenção de nossos credores, buscando convencê-los da necessidade de um tratamento equânime que leve em conta todos os aspectos envolvidos. É lamentável comprovar que esse chamamento permaneça sem resposta. Continuam mostrando-se insensíveis os governos dos países credores e as instituições financeiras de crédito, apesar de todos os esforços internos que nossos países têm realizado, com sacrifícios adicionais para nossos já sofridos povos.

Meus senhores,

A luta da América Latina e do Caribe por sua afirmação no contexto da economia internacional - e, sobretudo, por consolidar seu crescimento - tem hoje desdobramentos importantes: a atual revolução científica e tecnológica a que assistimos no mundo obriga a nossa região a não afastar-se desse processo irreversível, que, se não for acompanhado por nós, ampliará a já tão larga distância que nos separa dos centros mais adiantados do planeta. Ao lado das distorções e injustiças que caracterizam as relações económicas internacionais, corremos o risco de ver implantada uma nova divisão internacional do trabalho, capaz de relegar os países em desenvolvimento à mera condição de consumidores de tecnologia de ponta, sem poder dominá-la por seus próprios meios.

Conforta-nos saber, no entanto, que a América Latina e o Caribe se mostram plenamente conscientes desse problema. E, sobretudo, através de mecanismos práticos e inovadores de cooperação institucionalizados na região,

entre os quais ressalto a Rede de Informações Tecnológicas Latino-Americanas (RITLA), empenham-se afrá e solidariamente para alcançar sua independência tecnológica.

Senhores,

Vim a esta reunião do Sela convencido, como sempre estive, da necessidade imperiosa de uma ação conjunta de nossos países em favor da transformação da ordem económica internacional. Se muitas são ainda nossas preocupações, elas não nos fazem perder o estímulo e a confiança para levarmos essa empresa comum a bom termo.

Com os esforços que temos realizado, ampliam-se notadamente as perspectivas de colaboração e entrosamento dos interesses e aspirações que nos aproximam. Colaboração e entrosamento que se verificam em iniciativas tanto de carácter político quanto económico.

Desnecessário é reiterar a importância do diálogo entre nossos países e o crescente entrosamento que tem ocorrido através da troca de informações sobre as políticas de cada país da região. Exatamente por isso as propostas realizadas pelo Chanceler Allan Wagner foram examinadas pelo Governo brasileiro com um espírito construtivo e solidário.

O Brasil apoia a iniciativa peruana e espera que os resultados dela obtidos possam fortalecer e enriquecer a presença de nossa região no contexto internacional. Em especial apoiamos o elemento crucial da proposta que é a realização em alto nível político, e com adequada preparação, de um diálogo anual, aberto e informal, por ocasião das Reuniões Ordinárias do Conselho Latino-Americano, sobre a situação internacional e o papel da América Latina no mundo.

Concebido como um mecanismo para a ação, o Sela, numa demonstração inequívoca de sua capacidade de promover a solidariedade e cooperação regionais, vem tomando novas iniciativas em áreas de fundamental importância para nossos países, tais como trans-

SSd?éxSa^lçãⁿo C^mercial 6 de aP^oio "

SSd?éxSa^lçãⁿo C^mercial 6 de aP^oio "

cionar. o Sela os meios necessários para que

cionar. o Sela os meios necessários para que

abreu sodré inaugura assembléia-geral da onu

Discurso pronunciado pelo Ministro das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, em 21 de setembro de 1987,
na sessão da abertura do debate geral da XLII
Assembléia-Geral da ONU.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Com renovado sentimento de fé nas Nações Unidas e a nítida consciência de seu papel vital para o fortalecimento da paz e da cooperação entre os povos, ocupo pela terceira vez esta tribuna.

Aqui estão representadas praticamente todas as nações do mundo, protagonistas da comunidade universal e igualitária que esta Assembleia ensaja anualmente. Aqui, todas as nações - grandes e pequenas - trazem sua voz livre e soberana à discussão dos mais importantes temas da agenda internacional.

O Brasil tem o privilégio de abrir este debate, o que me permite ser o primeiro a saudar Vossa Excelência, Senhor Peter Florin, por sua eleição à Presidência desta Assembleia-Geral e formular-lhe os votos de pleno êxito em sua função. Deixo igualmente registrado meu reconhecimento ao Embaixador Humayun Chowdhury pela forma competente com que conduziu os trabalhos da Quadragésima-Primeira Assembleia-Geral.

Senhor Presidente,

Sou o executor da política externa de um Brasil renascido em sua prática democrática, reavivado em seu compromisso com os interesses e aspirações de seu povo e aberto ao diálogo franco no plano internacional.

Falo em nome de um país absolutamente fiel às suas tradições diplomáticas. Praticamos

uma política externa fundada no respeito aos princípios da Carta das Nações Unidas e na promoção de seus propósitos.

Represento, também, um país que constrói seu futuro com determinação, sem intimidar-se diante dos obstáculos que lhe impõe a realidade do mundo contemporâneo. Realidade, infelizmente, afastada da vontade e dos anseios da maioria dos povos da Terra e, nem sempre, sintonizada com os elevados propósitos desta Organização.

A chamada "crise do multilateralismo" compromete o esforço de regulamentação jurídica da vida internacional e abala os alicerces da cooperação entre os Estados.

O mundo, Senhores, não admite mais estruturas assentadas na supremacia de poucos e na submissão de muitos. Cada vez mais tomam-se desacreditadas as tentativas de organização da sociedade internacional através de esquemas oligárquicos. Não há mais lugar para fórmulas rígidas e excludentes, nem para os dualismos maniqueístas, nem para as teorias - às vezes inspiradas em figuras geométricas - de arbitrária repartição do poder mundial. O mundo só conhecerá dias melhores com a efetiva democratização da ordem internacional e, para tanto, a função da ONU é de essencial valia.

Nenhuma nação ou grupo de nações tem o direito ou o poder de impor suas próprias concepções e soluções no quadro crescentemente complexo das relações internacionais. Ne-

nhum país pode pretender isolar-se ou desconhecer os anseios globais da comunidade das nações.

Vejo, com satisfação, que as duas superpotências, através do diálogo direto entre seus dirigentes, o Presidente Ronald Reagan e o Secretário-Geral Mikhail Gorbatchev, parecem buscar o entendimento mais fértil e a confiança mútua, o que, esperamos, poderá resultar em benefício para todos os países.

Na mesma linha de avaliação otimista, há também que registrar, aqui, a importância do recente encontro entre os dirigentes da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã, o Chanceler Helmut Kohl e o Presidente Erich Honecker, fato histórico suscetível de desdobramentos positivos em direção a uma convivência madura e construtiva.

Na diplomacia multilateral percebem-se alguns sinais de alento e vitalidade. Um deles foi a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, decisão de inegável alcance para a consecução dos princípios e propósitos desta Organização. Há, ainda, esperanças na solução pacífica do conflito que, há mais de uma década, flagela a América Central.

A ONU representa a conscientização da humanidade de que só através do diálogo e da persuasão as diferenças entre os Estados poderão ser levadas a bom termo. Ao adotar por unanimidade a resolução 598 sobre o conflito entre o Irã e o Iraque, o Conselho de Segurança demonstrou sua capacidade de atuar de forma construtiva para a solução de controvérsias que ameaçam a paz. Essa ação em favor do restabelecimento da paz, nos termos da Carta, nos permite acreditar que, em outros casos, será possível recorrer à autoridade do Conselho de Segurança, no mesmo espírito de conciliação de posições. Estou convencido de que o potencial diplomático do Conselho deve ser plenamente aproveitado.

Com essa convicção, o Brasil decidiu apresentar sua candidatura a uma das vagas que cabem à América Latina no Conselho de Segu-

rança. O Brasil acredita poder contribuir construtivamente, no próximo biênio, para a reativação do papel do Conselho e para a solução de problemas que afetam ou possam afetar a paz e a segurança internacional. Tendo sido honrados já pelo endosso unânime do grupo Latino-Americano à nossa candidatura, esperamos merecer também a confiança desta Assembleia-Geral.

Os últimos indícios de desanuviamento da situação política internacional contrastam com o indefinido prolongamento da crise econômica. A magnitude dos desafios enfrentados pelas nações em desenvolvimento e a completa falta de progresso no sentido da transformação da ordem econômica internacional são faces de uma mesma realidade profundamente desanimadora.

Não há sensibilidade maior para o drama e as preocupações das nações do Terceiro Mundo, cujo direito a um destino de realização e progresso se vê constantemente ameaçado. Venho, Senhor Presidente, de um país em desenvolvimento que não abdica desse direito e que está convencido não só da justiça e legitimidade de suas reivindicações, mas também da viabilidade de seus objetivos no campo econômico e social.

É também motivo de preocupação para a comunidade internacional a persistência de crises políticas que se aprofundam diante do recurso à força em desrespeito à Carta das Nações Unidas. Já no ano passado, observei desta tribuna que onde presente a força, hoje os impasses são mais frequentes do que as vitórias ou as derrotas. O uso da força ou a ameaça do recurso à força, além de ilegal, tem-se provado também não-funcional.

É o que acontece na região do Golfo, onde se mantém ativa e incontrolável a engrenagem da violência. É o que acontece na África Meridional, onde persistem o clima de tensão provocado pelo regime do apartheid, o atraso injustificável no processo de independência da Namíbia e os atos de hostilidade e agressão da África do Sul contra seus vizinhos. Somente a intolerância, a falta de visão e a insensa-

tez da poítica racista do regime sul-africano podem explicar o prolongamento dessa situação que ofende a dignidade humana e fere os princípios da convivência internacional.

Toma-se, por outro lado, cada vez mais urgente dar novo impulso aos esforços voltados para lograr uma paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio. O Brasil acredita haver chegado o momento de uma Conferência Internacional de Paz para a solução da crise na região, sob os auspícios das Nações Unidas, e com a participação de todas as partes interessadas. Nesse contexto quero expressar nossa consternação com o sofrimento imposto ao povo do Líbano, país cuja integridade tem que ser respeitada.

Esperamos que entendimentos entre as partes envolvidas, com a participação das Nações Unidas, possam conduzir, em breve, à retirada das tropas estrangeiras do Afeganistão e à cessação de todas as formas de interferência externa, permitindo ao povo afegão exercer soberanamente seu direito à autodeterminação.

Vemos também com preocupação o impasse que persiste na questão das Ilhas Malvinas. O Brasil, que reconhece direitos soberanos da Argentina, espera que as partes envolvidas venham a atender ao apelo reiteradamente formulado por esta Assembléia-Geral no sentido de procurarem alcançar, pela via do diálogo, uma solução negociada para todos os aspectos da controvérsia.

Senhor Presidente,

Alegra-me testemunhar que os propósitos anunciados desta mesma tribuna pelo Presidente de meu país, José Samey, em 1985, em relação ao Atlântico Sul foram cumpridos com êxito através da iniciativa que culminou com a aprovação, pela última Assembléia-Geral, da resolução 41/11, de 27 de outubro de 1986. A instituição da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul representou o reconhecimento

pela comunidade internacional da determinação dos países sul-americanos e africanos da região de manter sua independência, sua soberania, sua integridade territorial e de promover a cooperação para o desenvolvimento económico e social em condições de paz e de liberdade.

Será indispensável contar no processo de implementação daquela decisão com a cooperação de boa fé dos demais Estados. Os países militarmente mais importantes são chamados, em particular, a respeitar escrupulosamente o estatuto pacífico da região, reduzindo e oportunamente eliminando sua presença militar, abstendo-se de introduzir armas nucleares e evitando estender à área do Atlântico Sul rivalidades e conflitos que lhe são alheios. E não posso deixar de evocar o fato de que ali persistem sérios focos de tensão que prejudicam a plena realização dos objetivos e princípios da decisão adotada por esta Assembleia.

Da tribuna deste foro de paz, registro também a satisfação com que o Brasil vê a possibilidade de conclusão, a curto prazo, do primeiro acordo de desarmamento nuclear da História. Se chegarem a bom termo, como todos desejamos, os entendimentos entre os Estados Unidos e a União Soviética sobre armas nucleares de alcance intermediário, teremos uma medida real de desarmamento, em contraste com acordos anteriores de mera e paliativa administração da corrida armamentista.

É evidente a responsabilidade primordial dos países mais armados no processo de desarmamento. Mas também é indiscutível o direito que tem os demais Estados de participar do processo decisório em torno dos problemas que, se bem gerados por alguns, a todos afetam indiscriminadamente. Consideramos, pois, indispensável que as negociações entre as superpotências sejam vinculadas aos esforços desenvolvidos nos foros multilaterais de desarmamento, em especial na Conferência de Desarmamento, dotada de mandato específico.

Senhor Presidente,

Como ressaltei em meu pronunciamento à Sétima Conferência da UNCTAD, o mundo em desenvolvimento está mergulhado em profunda crise e os esforços que fazemos para retomar o crescimento econômico se defrontam com uma realidade internacional adversa, cujas engrenagens acentuam as diferenças, ao invés de reduzi-las. Afirmei, também, naquela oportunidade que a tentativa de moldar o novo pelos padrões do passado impede a retomada do crescimento e do desenvolvimento em bases globais e a constituição de um sistema internacional mais justo e equitativo.

O entendimento mantido em torno do problema da dívida externa, registrado na Resolução 202 da Quadragésima-Primeira Assembleia Geral, significa avanço promissor que deve ser agora aprofundado. Repito a posição firme e clara de meu país: respeitamos nossos compromissos financeiros internacionais; almejamos saldar a dívida externa dentro de condições dignas e razoáveis. Ninguém pode alegar que ao Brasil tenha faltado esforço próprio para vencer suas dificuldades. O Brasil não pode, porém, comprometer seu desenvolvimento.

No esforço de ocupar espaços no cenário econômico internacional, os países em desenvolvimento se defrontam com as mais severas restrições por parte de seus parceiros industrializados, no campo das finanças, do comércio de bens e serviços e, em especial, da absorção de tecnologias de ponta. Esta é uma tendência que solapa a luta heróica das nações em desenvolvimento para assegurar um futuro digno e próspero para seus povos. É uma tendência que compromete a expectativa dessas nações a uma participação mais justa e equitativa na economia internacional - mais do que expectativa, seu irrefutável direito.

O Brasil, meus Senhores, não tem alternativa senão crescer. Precisamos atender às necessidades cruciais de uma população imensa que, em muitas de suas camadas, ainda não conhece senão a miséria e o sofrimento. O desenvolvimento para nós não é opção, é um imperativo.

O esforço empreendido pelos países em desenvolvimento para a criação de uma nova ordem econômica internacional somente produzirá efeitos se for acompanhado de uma ação eficaz contra as distorções que se verificam na política de transferência do conhecimento científico e tecnológico. Desta forma, percebe-se uma vigorosa investida por parte de alguns países desenvolvidos em procurar criar uma nova divisão internacional do trabalho, mais iníqua e prejudicial aos nossos interesses por frustrar nosso legítimo direito aos avanços científicos e ao domínio das tecnologias de ponta. Como afirmou o Presidente José Sarney, ao anunciar no dia 4 deste mês o domínio brasileiro da tecnologia do enriquecimento de urânio, o Brasil não pode prescindir do acesso amplo e desimpedido a toda a extensão do conhecimento científico e de suas aplicações práticas.

Reitero, a esse propósito, o compromisso de meu país com a utilização exclusivamente pacífica da energia nuclear. Compromisso não só inquestionável, mas também reforçado pelos efeitos positivos que os avanços tecnológicos brasileiros nesse campo, ao lado daqueles conquistados pelos países irmãos, estão gerando em benefício de maior cooperação e confiança mútua na América Latina. As iniciativas de colaboração que vêm sendo implementadas entre Brasil e Argentina, em particular, irão assegurar o domínio do ciclo nuclear sem o desenvolvimento de armas atômicas em nosso continente. Esse propósito comum ficou realçado em troca de correspondência entre os Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín por ocasião do anúncio público do domínio brasileiro da tecnologia do enriquecimento de urânio.

É altamente promissor, Senhor Presidente, o fato de a América Latina estar demonstrando sua capacidade de dar respostas práticas e criativas aos problemas que nos afligem. Trago, a esse respeito, o exemplo da ação dinâmica que vem realizando o Grupo de Contadora - com o suporte político do Grupo de Apoio, do qual o Brasil é membro - em seu propósito de buscar uma solução genuinamente latino-americana para o conflito da América Central.

Louvo, em nome de meu Governo, os importantes entendimentos alcançados a 7 de agosto último na Guatemala. Os Chefes de Estado dos cinco países centro-americanos deram, naquela oportunidade, clara e histórica demonstração de vontade política de resolver o conflito. O Brasil considera que o acordo então assinado oferece uma oportunidade inigualável de assegurar-se a paz na região. Para tanto, prestou sua contribuição ativa e interessada nos entendimentos que resultaram na decisão adotada a 22 de agosto, em Caracas, de instalação da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento.

A juízo do Brasil, os resultados das recentes gestões para a solução pacífica da crise centro-americana indicam que os próprios países da região estão em condições de encontrar os caminhos para pôr fim a um conflito que preocupa e afeta toda a América Latina. Para isso, é imprescindível que todos os outros países com vínculos e interesses na região evitem qualquer atitude que possa inviabilizar essas soluções.

Comprova a mesma capacidade latino-americana de encontrar soluções próprias aos problemas do continente a criação do 'mecanismo permanente de consulta e concertação política', instituído a partir da frutífera experiência acumulada em mais de dois anos de sucessivos contatos entre os oito países que integram os Grupos de Contadora e Apoio.

A decisão desses países, tomada no mês passado na cidade de São Paulo, de passar a realizar reuniões periódicas em nível presidencial indica que o processo de concertação regional iniciado no Rio de Janeiro amadureceu rapidamente. Na realidade, o Grupo dos Oito é parte não-excludente de um processo de entendimento regional mais amplo, que tem outra de suas múltiplas faces nos renovados esforços em prol da integração da América Latina que o Brasil e os demais países da região vêm desenvolvendo nos diversos foros, como a ALADI, o SELA, a OLADE, o Consenso de Cartagena.

Reafirmo, perante este foro mundial, a importância que meu país confere aos acordos de integração e cooperação econômica concluídos a partir do ano passado com a Argentina e o Uruguai. São instrumentos de significado verdadeiramente histórico, que testemunham nossa determinação fraternal de crescer juntos, fortalecer nossas instituições democráticas e contribuir para o êxito do empreendimento maior - hoje mais próximo do que ontem - da integração latino-americana.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Minhas palavras terão traduzido mais otimismo e esperança do que as que pronunciei neste foro ano passado. Essa atitude é explicável à luz de alguns aspectos positivos do panorama internacional contemporâneo que agora recapitulo:

- (1) - A retórica da confrontação Leste-Oeste começa a dar lugar a um diálogo entre as superpotências, com perspectivas de entendimento em matéria de desarmamento;
- (2) - O mundo parece não querer aceitar o agravamento permanente das múltiplas crises que abalam os fundamentos do edifício da paz e, nesse caso, enquadram-se as últimas iniciativas diplomáticas relacionadas com a América Central e a ação do Conselho de Segurança na questão Irã-Iraque;
- (3) - A América Latina, com os recentes esforços de integração econômica e coordenação política, dá mostra de uma participação mais ativa e profícua nos negócios internacionais, reafirmando sua identidade e seus ideais soberanos.

Não escondo, porém, ao lado desse otimismo e dessa esperança, decepção e, até mesmo, indignação diante dos desequilíbrios e desigualdades que persistem no cenário econômico internacional. Os progressos registrados ultimamente no campo político não estão sendo acompanhados por avanços na luta contra a

miséria e a pobreza. Ao contrário, cada vez mais são manifestadas a insensibilidade e a rigidez dos países desenvolvidos em questão de comércio, de finanças e de transferência de tecnologia.

Meu país atravessa hoje, Senhor Presidente, um momento de crucial importância na definição de seus rumos políticos e institucionais. Estamos às vésperas de aprovar uma nova

Constituição no quadro do aprimoramento de nossa vida democrática.

O Brasil está disposto a perseverar no seu caminho de paz e de construção. É este o caminho que o leva ao encontro do progresso e da felicidade de seu povo, em crescente harmonia e estreita cooperação com as nações amigas.

chanceler da urss visita o brasil

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em 30 de setembro de 1987, na cerimônia de assinatura de Atos com o Ministro do Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Shevardnadze.

Excelentíssimo Senhor

Ministro Eduard Shevardnadze,

O Brasil recebe, pela primeira vez na História, a visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética. É para mim motivo de grata satisfação poder saudá-lo em nome do Governo brasileiro e render-lhe minhas cordiais homenagens, extensivas à comitiva que o acompanha.

Conheci o Ministro Shevardnadze há exatamente um ano, em Nova York, quando nos reunimos à margem dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas. Tive a honra de reencontrá-lo agora em território brasileiro, onde pudemos retomar nossas conversações, marcadas pela franqueza, compreensão e ânimo de entendimento. Conversações que, em suma, refletem nosso interesse recíproco em aproveitar novas oportunidades de diálogo e cooperação entre o Brasil e a União Soviética.

Sua visita, Senhor Ministro, vem reforçar o espírito maduro e construtivo que preside hoje nosso relacionamento, fundado no respeito mútuo, na vontade comum de colaboração e na plena consciência de que as diferenças entre os sistemas políticos, econômicos e sociais de cada país não podem, e nem devem, constituir empecilho ao diálogo de alto nível entre ambos os Governos.

A presença hoje de Vossa Excelência nesta Casa nos convida a examinar em profundidade o estado atual de nossas relações e também a vislumbrar as perspectivas que se desdobram sobre o futuro.

Até muito recentemente, os laços entre o Brasil e a União Soviética estiveram calcados sobretudo na busca de oportunidades de aumentar o intercâmbio comercial e ressentiam-se da falta de um diálogo político franco e consistente. Com o advento da Nova República, a visita realizada a Moscou em dezembro de 1985 por meu antecessor, Ministro Olavo Setúbal, abriu nova e importante etapa nas relações bilaterais. O Memorandum de Entendimento sobre temas de interesse comum, assinado naquela oportunidade, refletiu a disposição dos dois Governos de dar maior densidade política a nossos contatos.

Desde então, a sucessão de visitas de altas autoridades brasileiras à União Soviética vem corroborar nossa firme intenção de aprofundar os laços de cooperação nos mais diferentes campos. Recordo, a título exemplificativo, que, apenas no espaço do último ano, estiveram em Moscou o Senador José Fragelli - à época Presidente do Senado Federal - à frente de importante Delegação parlamentar; o Governador do Distrito Federal, José Aparecido; assim como meus colegas das Pastas do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, Ministros Deni Schwartz e Renato Archer, que mantiveram frutíferos contatos com seus homólogos soviéticos.

Essas visitas, a par de demonstrarem nossa convicção de que, a partir de um relacionamento maduro, nossos países poderão usufruir de ampla gama de complementariedades, indicam uma abertura de novos caminhos que, esperamos, serão trilhados cada vez com maior determinação e confiança.

É grande e complexa, sem dúvida, a tarefa que nos compete executar em benefício da intensificação e do aprimoramento das relações entre o Brasil e a União Soviética. No plano do intercâmbio comercial, temos diante de nós o desafio de diversificar as respectivas pautas de exportação, hoje concentradas em produtos com escasso grau de processamento. Acreditamos que somente através do intercâmbio de um conjunto cada vez mais variado de artigos, inclusive de tecnologia mais avançada, é que poderemos elevar significativamente nosso comércio a um nível compatível com os estágios de desenvolvimento alcançados por nossos países. Nesse sentido, acredito que o 'Acordo sobre Programa a longo prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica', que acabamos de subscrever, constituirá importante quadro conceitual para entrarmos em uma nova era nas relações econômicas entre o Brasil e a União Soviética.

Devemos, em particular, dedicar nossos melhores esforços para o incremento da cooperação nos campos da ciência e da tecnologia, onde cada vez mais se afirma o caráter dinâmico e promissor do nosso relacionamento. Também no plano cultural, onde os contatos vêm alcançando crescente densidade, cabe-nos continuar a explorar as modalidades viáveis de colaboração que possam fortalecer o conhecimento mútuo entre nossos povos.

Alegra-me, pois, ter assinado com Vossa Excelência nesta solenidade o primeiro acordo entre o Brasil e a União Soviética no campo da cooperação cultural. Trata-se, a nosso ver, de um instrumento de especial alcance, o qual irá disciplinar todas as atividades e iniciativas de caráter cultural, educativo e desportivo levadas a efeito pelos Governos e instituições oficiais.

Senhor Ministro,

Manifestei dias atrás na tribuna das Nações Unidas a satisfação com que o Governo brasileiro acompanha o atual desenvolvimento do diálogo entre as duas superpotências, com a perspectiva de importantes acordos no campo do desarmamento. Reitero aqui os votos que formulei naquela oportunidade: esperamos que o entendimento mais fértil e a confiança mútua que parecem buscar a União Soviética e os Estados Unidos, através do diálogo direto entre o Secretário-Geral Mikhail Gorbachev e o Presidente Ronald Reagan, possam resultar em benefício para todos os países do mundo.

A nova era que se abre na convivência internacional está marcada pela aguda consciência de que a corrida armamentista nuclear coloca toda a Humanidade diante de intolerável ameaça à própria sobrevivência. Consciência, também, de que a perpetuação das condições desumanas de subdesenvolvimento e miséria na maior parte do globo constitui uma ameaça à segurança política e econômica dos Estados. Tornam-se imprescindíveis, portanto, esforços inovadores de reflexão e de negociação, com a decidida participação de todos os Estados, independentemente de seu regime sócio-político, de seu poder relativo e de seu estágio de desenvolvimento econômico.

Consideramos que a preservação da Humanidade e seu contínuo aperfeiçoamento é, em última instância, o que dá sentido às nossas vidas, o que motiva e condiciona o nosso fazer. Acompanhamos, pois, com grande interesse as iniciativas soviéticas que apontam no sentido do congelamento recíproco dos arsenais nucleares, da proibição das armas químicas e do banimento da corrida armamentista ao Espaço sideral.

Na visão do Brasil, Senhor Ministro, a paz não pode ser resultado de um esquema de hegemonia mundial compartilhada. A concepção bipolar do sistema político internacional, que pretende reduzir a realidade política do mundo ao conflito Leste-Oeste, relega a um plano secundário a dimensão Norte-Sul e a premen-

te necessidade de uma ação concertada em escala mundial para superar o subdesenvolvimento que flagela os países do Terceiro Mundo.

Acreditamos que os imensos volumes de recursos materiais e humanos hoje alocados na corrida armamentista, que, inclusive, ameaça transferir-se para o espaço exterior, devem ser alocados para a promoção do desenvolvimento económico e social. Não obstante, consideramos que, ao serem adotadas pela comunidade internacional novas medidas nos campos do desarmamento, especial cuidado deve ser posto em evitar discriminações ao acesso e à utilização de tecnologias para fins pacíficos. Projetos autênticos de construção nacional em países do Terceiro Mundo não devem ser cerceados. Essa preocupação torna-se hoje especialmente aguda diante do estrangulamento financeiro em que se encontra a maioria das nações do Terceiro Mundo, em prejuízo de seu legítimo direito ao crescimento económico e à justiça social.

Consideramos necessário envidar esforços para o fortalecimento das Nações Unidas como foro apropriado da comunidade internacional para atuar em favor da paz. Em tal sentido, o Brasil apresentou naquele foro, juntamente com outros países latino-americanos e africanos a proposta de declaração do Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação. Trata-se de iniciativa que visa a manter a região afastada da corrida armamentista, livre da presença de armas nucleares e imune a conflitos suscitados por interesses que lhe são estranhos. O apoio significativo da comunidade internacional à iniciativa nos dá alento para esperar que os Estados militarmente mais avançados, especialmente no plano dos armamentos nucleares, contribuirão de forma decisiva para que o Atlântico Sul seja efetivamente mantido como Zona de Paz e Cooperação.

Senhor Ministro,

As conversações que mantivemos no curso desta visita de Vossa Excelência permitiram constatar novamente que o Brasil e a União Soviética podem explorar uma vasta área de

interesses comuns e de concepções senão integralmente partilhadas, pelo menos bastante próximas. Apraz-me salientar, igualmente, quão proveitosa foi a entrevista de Vossa Excelência com o Primeiro Mandatário brasileiro, ocasião em que ficou acertada, para o próximo ano, a realização das visitas, a um e outro pafs, do Presidente José Sarney e do Secretário-Geral Mikhail Gorbatchev. É nesse espírito de entendimento que procuraremos expandir e diversificar ao máximo nossas relações bilaterais, visando sempre a contribuir para o progresso de nossos povos e para o maior entendimento entre ambas as Nações.

Este é, em linhas gerais, o sentido maior do Comunicado Conjunto que está sendo divulgado sobre os resultados da visita de Vossa Excelência, documento altamente expressivo da importância de nossos laços e do vasto potencial de colaboração a ser aproveitado em benefício recíproco.

Desejo, sinceramente, Ministro Shevardnadze, que Vossa Excelência retome a seu país com a certeza de que o Brasil está disposto a dar sua contribuição ativa e interessada para o contínuo aperfeiçoamento de suas relações com a União Soviética. Contribuição que estará sempre voltada para a busca de convergência, da harmonização de interesses e inspirada na vocação pacífica, democrática e universalista de nosso povo - vocação autêntica a um convívio fértil e amistoso com as mais diversas nações do mundo.

palavras do chanceler shevardnadze na cerimónia de assinatura de atos.

Discurso pronunciado pelo Chanceler Shevardnadze na Cerimónia de Assinatura de Atos, realizada no Itamaraty em 30.09.87.

Prezado Senhor Ministro,
Senhoras e Senhores:

Acabamos de assinar documentos cuja importância é determinada pelo seu conteúdo.

No primeiro documento, o que mais agrada é a frase 'A longo prazo'. Ela indica que a nossa cooperação será significativa e séria. O

mesmo indica o Acordo sobre a cooperação cultural, pois não há nada mais duradouro de que valores espirituais. Em outras palavras, chegamos ao entendimento sobre assuntos fundamentais que darão às nossas relações uma consistência necessária.

Mas isto é, por assim dizer, uma observação particular em relação a um acontecimento concreto, que tem um sentido profundo que leva às considerações mais amplas e sérias.

Frequentemente ouvimos a expressão: "O tempo corre tão rápido!". Eu gostaria de parafraseá-lo "O processo político corre tão rápido!".

Na verdade, é o ímpeto do novo pensamento público que provoca transformações na vida dos países e povos.

Anteontem eu entreguei a sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil a mensagem pessoal de Mikhail S. Gorbachev - que não foi a primeira das cartas trocadas entre os mais altos dirigentes dos nossos países.

Durante a nossa conversa o Senhor Presidente citou uma cifra. Ultimamente dezesseis delegações brasileiras de alto nível visitaram a União Soviética. Será que podia haver tal avanço nas relações soviético-brasileiras, digamos em 1980 ou em 1983?

Chegamos ao seu país de Nova-Iorque onde participamos nos trabalhos da 42^a. Sessão da Assembléia-Geral da ONU. Em condições nada fáceis, os membros permanentes do Conselho de Segurança agiram de maneira concordada em relação ao conflito entre o Irã e o Iraque.

Poucos dias antes disso, em Washington, a União Soviética e os Estados Unidos da América chegaram ao entendimento sobre a eliminação dos mísseis de médio alcance e tático-operacionais. Será que alguém poderia imaginar tal possibilidade alguns meses atrás?

Na sessão da Assembléia-Geral eu disse que o acordo sobre os mísseis nucleares é a obra de toda a comunidade mundial, fruto de suas esperanças e ações. Isto não é uma lisonja endereçada ao público, mas constatação da realidade objetiva: o mundo se torna cada vez mais interligado e integral, e a integridade do destino une os países, quem em sua maioria são sujeitos de pleno direito na política internacional.

Sim, o mundo está mudando e junto mudamos nós. Ocorrem transformações no Brasil, na União Soviética. Ocorrem tão rápido, que nem todos são capazes de compreender a profundidade e o radicalismo destas mudanças.

Em contraste com o "novo" existe o pensamento "antiquado", que infelizmente ainda é ativo e em muitas casos bastante eficaz. Ele é diferente de padrões ultrapassados e ao mesmo tempo exerce influência sobre os demais padrões. Este pensamento resiste graças ao preconceito que é produto de si próprio. Por causa deste pensamento para muitos o Brasil continua ser um país somente do café e do samba, do carnaval e do futebol, quando na realidade agora o Brasil se tornou um país que possui uma poderosa indústria nos setores de eletrônica e informática, uma ação que acarretou numerosas conquistas na área do planejamento racional.

Da mesma maneira devido a este pensamento rotineiro muitas pessoas no Brasil olham para a União Soviética através das lentes esmerilhadas pela propaganda hostil, ou vêem algum sentido oculto na nossa visita ao Brasil.

Em vista disso permitam-me declarar que chegamos aqui realmente não por acaso. Em relação ao Brasil temos desígnios de longo alcance, o qual vou-lhes revelar agora mesmo. A essência deste consiste no seguinte:

Os brasileiros que trabalham na União Soviética sabem com que simpatia, respeito e afeto os soviéticos tratam o povo brasileiro. Nisto se

revela o trabalho excelente de seus escritores, músicos, arquitetos, desportistas, e o gênio brasileiro em geral. Desejamos que a altura destes sentimentos correspondidos com uma maior riqueza e plenitude nas relações interestatais.

Isto em primeiro lugar. Em segundo, países como a União Soviética e Brasil, com seus enormes potenciais e dinamismo inesgotável, são capazes dar muito ao mundo, e sobretudo à causa de paz.

Isso talvez é o mais importante. Gostei muito, Senhor Ministro, da sua metáfora 'O Atlântico da Paz'. Foi assim que o Senhor caracterizou o objetivo dos esforços brasileiros no sentido de criar a Zona da Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Gostamos desta expressão, gostamos da própria ideia. Quero dar sequência as suas expressões metafóricas. As pessoas durante muito tempo procuram encontrar a Atlântida - uma terra misteriosa, e legendária. Então penso que um ou vários até mais poderosos estados não são capazes de descobrir, nem de criar a Atlântida do futuro desnuclearizado. Isto é possível somente graças a esforço de toda a nossa comunidade.

E se fomos aliados durante a guerra mais cruel da nossa época, porque não podemos ser parceiros na criação do mundo qualitativamente novo.

Se juntos fundamos a Organização das Nações Unidas, porque não podemos ajudar a ONU na criação de um sistema global de segurança internacional? Tanto mais que vemos muitos problemas internacionais de maneira semelhante, e se nossos caminhos se distanciam, mesmo esse distanciamento não é grande.

É por isso que estamos aqui. É por isso que atravessamos o Oceano e a Linha Equatorial.

Não temos outro objetivo além de viver e atuar em conjunto no interesse dos nossos povos e de todo o mundo.

Não há intenção nenhuma de atentar contra o sistema dos laços históricos e tradicionais do Brasil com seus vizinhos no hemisfério. Isto é impossível. É bobagem, e quem afirma isto, perdoe-me, demonstra também ser pouco inteligente.

Existe só uma razão pela qual estamos aqui, não temos outra. Queremos saber o ponto de vista desta grande nação que é o Brasil, sobre problemas de paz, segurança, cooperação e futuro da humanidade. Ontem, quando estava entrando no Palácio do Itamaraty, ocorreu-me a ideia que é pouco atravessar o oceano e a linha equatorial, é necessário passar por esta pequena ponta lançada em cima do açude de maneira genial pelo arquiteto brasileiro. Atravessar a ponte, sentar-se face a face com os colegas brasileiros e iniciar o diálogo.

Fizemos isto. E agora fazendo um certo balanço da nossa visita quero dizer muito obrigado aos anfitriões hospitaleiros que nos ajudaram a cumprir nossa missão. Quero saudar a todos por este acontecimento do qual tivemos a felicidade de participar.

comunicado conjunto brasileiro-soviético.

**Comunicado Conjunto Brasileiro-Soviético,
sobre a visita oficial do Ministro dos Negócios
Estrangeiros da URSS ao Brasil.**

Atendendo a convite do Governo da República Federativa do Brasil, o membro do Bureau Político do CC do PCUS, Ministro dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Eduard A. Shevardnadze, efetuou visita oficial ao Brasil de 28 a 30 de setembro de 1987.

Durante sua permanência no Brasil, o Ministro Eduard A. Shevardnadze foi recebido por Sua Excelência o Presidente José Sarney, a quem fez entrega de mensagem pessoal do Secretário-Geral do CC do PCUS, Mikhail Gorbachev, na qual se destaca a disposição da URSS de seguir fortalecendo as relações entre os dois países, e se analisa a situação internacional, sublinhando-se a decisão soviética de empreender esforços para alcançar a

implementação de um sistema de paz e segurança internacionais. O Presidente Sarney agradeceu a mensagem, expressando satisfação quanto a seu conteúdo. O Presidente Sarney reiterou ao Chanceler soviético convite para que o Secretário-Geral do CC do PCUS, Mikhail Gorbachev, realize visita oficial ao Brasil em data a ser mutuamente acordada. O Ministro Eduard A. Shevardnadze reiterou, por sua vez, o convite do Governo soviético ao Presidente José Sarney para que realize visita oficial à URSS em futuro próximo. Durante a entrevista, que transcorreu em uma atmosfera amigável, o Presidente destacou a importância da visita do Chanceler Shevardnadze, a primeira realizada por um Chanceler da URSS ao Brasil, e expressou sua satisfação com o bom andamento das relações bilaterais, assinalando as perspectivas positivas de incremento do diálogo político e da cooperação entre os dois países.

O Ministro Eduard A. Shevardnadze foi recebido em audiência pelo Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena; pelo Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães; e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Rafael Mayer.

As conversações mantidas entre os Chanceleres Roberto de Abreu Sodré e Eduard A. Shevardnadze transcorreram em ambiente de amizade, cordialidade e franqueza. Os Ministros assinalaram, com satisfação, que a visita reflete o estágio de amadurecimento alcançado nas relações bilaterais e a disposição política dos dois Governos de ampliar, de forma substancial, a cooperação entre o Brasil e a URSS.

A esse respeito, os Chanceleres referiram-se, com destaque, ao aperfeiçoamento do diálogo político entre os dois Governos. Assinalaram, nesse contexto, a troca de mensagens mantida entre o Presidente José Sarney e o Secretário-Geral do CC do PCUS Mikhail Gorbachev, pela qual efetivaram frutuoso intercâmbio de pontos de vista a respeito das medidas necessárias para assegurar a paz mundial e a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Os Ministros constataram, com satisfação, que o mecanismo de consultas políticas entre os dois países, acordado em dezembro de 1985, tem funcionado de forma positiva, permitindo às duas Partes uma proveitosa troca de informações sobre uma ampla gama de questões da situação internacional e sobre o vasto espectro das relações bilaterais.

Os Ministros registraram o estreitamento dos laços entre os dois países, através de visitas de autoridades governamentais de alto nível e do intercâmbio parlamentar, expressando a convicção de que devem ser intensificados os contatos desse gênero.

Os Ministros assinalaram que o relacionamento entre os dois Governos se orienta pelos princípios fundamentais da igualdade soberana, do respeito mútuo e da não-ingerência nos respectivos assuntos internos, e declararam que suas relações baseiam-se no reconhecimento da obrigação de todos os Estados, independentemente dos respectivos regimes sócio-econômicos e estágios de desenvolvimento, de contribuir para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

Notaram, com satisfação, ambos os Ministros, que se consolida a tendência para a aceleração, intensificação, e crescente abrangência das relações brasileiro-soviéticas de Estado a Estado, cuja evolução ordenada tem como fundamento os laços de amizade e cooperação igualitária entre os dois povos.

Analizando as relações econômicas bilaterais, os Chanceleres concordaram em que estas ainda não correspondem às potencialidades dos dois países, sendo necessários maiores esforços e criatividade com vistas a diversificar e elevar significativamente o intercâmbio comercial bilateral. Ao assinalarem a importância de novas formas da cooperação econômica e comercial, tais como operações de intercâmbio de mercadorias, comercialização de licenças, criação de empresas conjuntas e firmas mistas, os Ministros manifestaram a intenção de contribuir com todos os meios para seu aproveitamento prático.

Nesse contexto, congratularam-se com a assinatura do 'Acordo sobre Programa a Longo Prazo de Cooperação Económica, Comercial, Científica e Tecnológica' entre os dois Governos, instrumento esse que contribuirá de forma eficaz para balizar o desenvolvimento da cooperação naqueles campos.

Os Ministros concordaram que a assinatura de um Acordo para evitar a Dupla Tributação, ora em negociação entre os dois Governos, em muito contribuirá para intensificar as atividades das organizações comerciais e das firmas de comércio exterior dos dois países na promoção do intercâmbio comercial bilateral.

Os Ministros afirmaram que a 'EXPOBRASIL 87', cuja inauguração é prevista para 19 de outubro próximo em Moscou, constituirá boa oportunidade para o desenvolvimento dos contatos comerciais entre os dois países.

Manifestaram, igualmente, a convicção de que a XI Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS de Cooperação Comercial, Económica, Científica e Tecnológica, a ser realizada em abril de 1988 em Moscou, dará novo impulso ao relacionamento económico entre os dois países e oferecerá boas possibilidades para elaborar medidas construtivas visando à ampliação do intercâmbio comercial e da cooperação científica e tecnológica.

Os Chanceleres Abreu Sodré e Eduard A. Shevardnadze registraram, com satisfação, o bom andamento do Programa Bi-Anual de Cooperação Científica e Tecnológica, adotado por ocasião da X Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS de Cooperação Económica, Comercial, Científica e Tecnológica, em 1986, e coincidiram em que são muito promissoras as perspectivas de maior dinamização do intercâmbio bilateral na matéria. Reconheceram, igualmente, que a elaboração de um novo programa de cooperação científica e tecnológica para os anos 1988/89 poderá contribuir eficazmente para a intensificação da cooperação nesse campo.

A Parte soviética formulou proposta para a negociação de Acordo na área de Proteção do Meio Ambiente, a qual será estudada pela Parte Brasileira.

Os Ministros examinaram de forma positiva a questão da instituição do Consulado Geral da URSS na cidade do Rio de Janeiro e do Consulado Geral do Brasil na cidade de Leningrado e convieram em que, por via diplomática, seriam realizadas as negociações para encaminhar soluções mutuamente aceitáveis das questões práticas correspondentes.

Os Chanceleres assinaram o Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre Cooperação Cultural e expressaram a convicção de que a implementação deste Acordo irá contribuir eficazmente para o desenvolvimento de um intercâmbio mutuamente proveitoso nas esferas cultural, educacional e esportiva entre os dois países.

Ao examinarem a conjuntura internacional, os Ministros concordaram na necessidade de que todos os Governos envidem sérios esforços no sentido de resolver as grandes questões que hoje preocupam a humanidade, sobretudo no sentido do desarmamento, e do fortalecimento da paz e da segurança internacionais. Nesse contexto, os Ministros reafirmaram integral apoio às Nações Unidas, seus propósitos e princípios, e manifestaram que a consideram como foro institucional apropriado para o encaminhamento de solução das controvérsias e conflitos internacionais contemporâneos.

Os Ministros, sublinhando que o problema-chave da nossa era é a preservação da civilização e a construção de um mundo sem armas nucleares e sem violência, reiteraram a necessidade de que se adotem medidas concretas e urgentes rumo ao objetivo último do desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional. Reafirmaram a prioridade do desarmamento nuclear e o imperativo de que as negociações bilaterais sejam vinculadas aos esforços desenvolvidos nos foros multilaterais de desarmamento. Os Ministros

sublinharam que é condição essencial para o fortalecimento da segurança internacional o respeito, por todos os Estados, dos Princípios e Propósitos da Carta das Nações Unidas. Salientaram, ainda, que a segurança para todos não pode ser alcançada pela intimidação nuclear, contrária à própria civilização, mas sim através de meios políticos, como a cessação da corrida armamentista, a eliminação de todos os tipos de armas de destruição em massa e outras medidas para a consolidação da confiança entre os Estados, entre as quais a exclusão da hostilidade e da confrontação, o não-uso e a não-ameaça de uso da força, a solução pacífica das controvérsias e o desenvolvimento da cooperação nas áreas econômica, ecológica e humanitária. Nesse contexto, examinaram a questão da convocação, no ano vindouro, da III Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas para o Desarmamento. Os Chanceleres afirmaram a necessidade da negociação imediata de um tratado de proscrição abrangente dos testes com armas nucleares e defenderam a rápida conclusão da Convenção sobre Proibição e Eliminação das Armas Químicas, em bases equitativas e não-discriminatórias. O Ministro Eduard A. Shevardnadze constatou, com satisfação, a contribuição construtiva dos países latino-americanos na contenção da corrida armamentista, na consolidação da paz, cooperação e confiança entre os povos.

O Ministro Abreu Sodré expôs as linhas mestras da política externa brasileira, tradicionalmente voltada para a defesa da paz e promoção da convivência harmoniosa entre os povos. Destacou o papel altamente construtivo que o Brasil vem desempenhando no seu relacionamento internacional e que se caracteriza por atitudes, posições e iniciativas que visam aos objetivos fundamentais da paz e do desenvolvimento através da cooperação em nível bilateral, regional e internacional. Nesse contexto, salientou, em particular, iniciativas pioneiras do Brasil no campo do desarmamento, recordando importantes propostas brasileiras como as referentes à redução progressiva da potência dos testes nucleares subterrâneos, à desnuclearização militar da América Latina e à criação da Zona de Paz e de Coo-

peração do Atlântico Sul. Comentando os vínculos entre o desarmamento e o desenvolvimento, o Ministro Abreu Sodré ressaltou a importância do domínio da tecnologia para o verdadeiro desenvolvimento econômico. Nesse sentido, manifestou a firme convicção do Governo brasileiro de que medidas de desarmamento não devem servir para criar obstáculos discriminatórios ao acesso e à utilização da tecnologia para fins pacíficos.

O Ministro Eduard A. Shevardnadze expôs o programa de política externa lançado pela União Soviética, em particular a proposta sobre a criação de um sistema global de paz e segurança internacionais e o programa de eliminação total das armas nucleares até o fim deste século, e assinalou o caráter defensivo da doutrina militar dos países-membros do Pacto de Varsóvia. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS deteve-se pormenorizadamente na importância do entendimento obtido a respeito da próxima assinatura do Acordo Sobre a Eliminação Completa dos Mísseis Soviéticos e Norte-Americanos de Médio Alcance e Tático-Operativos, ressaltando que, deste modo, pela primeira vez, seria realizada a eliminação física de uma parte dos arsenais nucleares. Acrescentou ainda que deverão ter um significado prático as conversações bilaterais amplas entre a URSS e os EEUU sobre a limitação e, ao cabo, a cessação total das experiências nucleares, as quais deverão ser iniciadas, segundo o combinado, ainda este ano. Sublinhou que os entendimentos nesses campos terão, igualmente, efeito positivo em relação a outras áreas das conversações sobre o desarmamento. Nesse contexto, o Chanceler Abreu Sodré referiu-se à mensagem enviada pelo Presidente José Sarney ao Secretário-Geral Mikhail Gorbatchev, na qual o Chefe de Estado brasileiro manifestou sua grande satisfação com o anúncio do próximo encontro entre aquela Alta Autoridade soviética e o Presidente dos EEUU, no curso do qual se espera a assinatura do primeiro acordo real de desarmamento da era nuclear, bem como expressou a confiança de que esse entendimento histórico abrirá caminhos para novos acordos, ainda mais abrangentes, destinados a eliminar para sempre das preocupações mais graves do género humano o espectro da aniquilação pela força das armas nucleares.

O Ministro Eduard A. Shevardnadze constatou que a observância rigorosa do Tratado de Defesa Anti-Míssil constitui uma premissa lógica e imprescindível para a prevenção da corrida armamentista no Espaço e para reduções profundas de armamentos estratégicos ofensivos. A Parte soviética expôs a essência das suas propostas sobre a criação de uma Organização Espacial Mundial, assim como sobre a criação, com a participação das principais potências espaciais, de um Centro Internacional para pesquisas conjuntas e para a elaboração de modelos da técnica espacial por encomenda dos países em desenvolvimento, junto ao qual funcionaria um polígono para lançamento de objetos espaciais. Assinalou que a implementação prática dessas propostas poderia constituir uma etapa importante na criação de bases da 'Paz nas Estrelas'. A Parte brasileira foi igualmente informada sobre as propostas concretas apresentadas pela URSS e os seus aliados do Pacto de Varsóvia prevendo uma redução substancial das forças armadas e dos armamentos convencionais na Europa desde o Atlântico até os Urais.

O Ministro Abreu Sodré expôs, em seguida, os fundamentos da iniciativa brasileira nas Nações Unidas relativa à declaração da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. A Parte soviética reiterou a sua atitude positiva quanto aos esforços dirigidos à implementação da correspondente Resolução da ONU, o que constituiria uma contribuição para garantir uma sólida segurança na região do Atlântico Sul.

Os Ministros enfatizaram a premente necessidade de realizar na prática o princípio 'desarmamento para o desenvolvimento' e assinalaram que a obtenção de um progresso real na causa do desarmamento permitiria canalizar maiores recursos à solução de muitos problemas económicos e sociais vitais, em particular dos países em desenvolvimento.

Os Chanceleres, ao manifestarem sua profunda preocupação com a persistência de graves desequilíbrios na economia mundial e com o alargamento progressivo dos desníveis existentes **entre** países desenvolvidos e países

em vias de desenvolvimento, reafirmaram a convicção de que deve ser garantida a segurança económica dos Estados e envidados todos os esforços no sentido de se buscar a implementação de uma Nova Ordem Económica Internacional, com a participação efetiva nesse processo de todos os países, independentemente de seus regimes políticos e sociais.

Referindo-se ao problema crucial do endividamento dos países em desenvolvimento, o Ministro Abreu Sodré manifestou a convicção de que esta situação só poderá ser enfrentada através de medidas coletivas à base do princípio da co-responsabilidade entre devedores e credores, que permitam àqueles países a retomada do processo do desenvolvimento económico. Ressaltou, igualmente, que o protecionismo comercial em expansão constitui tendência profundamente negativa, não apenas por criar reações em cadeia, como também por impedir aos países devedores gerar os recursos necessários para fazer face a seus compromissos externos.

A Parte soviética assinalou que o problema da dívida externa só pode ser resolvido através de uma solução global e justa, que tome em consideração as necessidades sócio-económicas dos países em desenvolvimento, bem como os interesses do desenvolvimento harmónico e estável da economia mundial. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Eduard A. Shevardnadze expôs a atitude da URSS quanto a medidas urgentes voltadas a diminuir a gravidade deste problema.

Passando ao exame de situações localizadas de crise, os Chanceleres concordaram quanto à necessidade de serem eliminados os referidos focos de tensão, o mais rápido possível, com base em princípios e normas de Direito Internacional mundialmente reconhecidos.

Nesse contexto, os Ministros manifestaram seu pleno repúdio às formas de colonialismo que sobrevivem na África Austral, reiterando sua condenação à prática do 'apartheid', por ambos considerada uma séria ameaça à paz e à segurança internacionais. Pronunciaram-se, igualmente, a favor da outorga imediata da independência à Namíbia, em rigorosa conformidade com as decisões da ONU.

Quanto à crise do Oriente Médio, ambos os Chanceleres concordaram que se fazem prementes esforços para alcançar uma paz justa e estável na região, nos termos das resoluções pertinentes das Nações Unidas. Ambos os Ministros reafirmaram o apoio de seus Governos à convocação de uma conferência internacional de paz para o Oriente Médio, sob a égide das Nações Unidas.

No tocante à crise no Golfo, os Ministros Abreu Sodré e Eduard A. Shevardnadze manifestaram sua profunda preocupação com a persistência do conflito entre o Irã e o Iraque, e reafirmaram a necessidade de cessação deste conflito por meios pacíficos e através de negociações que levem a soluções mutuamente aceitáveis. Nesse contexto, ressaltaram a importância da plena e imediata implementação da Resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os Ministros sublinharam a grande importância das iniciativas dos Grupos de Contadora e de Apoio com vistas ao encaminhamento de uma solução pacífica e negociada para os problemas da América Central. Expressaram, a esse respeito, a convicção de que a crise centro-americana deve ser solucionada no mais absoluto respeito ao princípio de não intervenção e em contexto exclusivamente latino-americano. Os dois Chanceleres consideraram passo altamente significativo a assinatura, pelos cinco Presidentes centro-americanos, do documento intitulado 'Procedimento para estabelecer a paz firme e duradoura na América Central', e expressaram a esperança de que toda a comunidade internacional apoie firmemente o entendimento alcançado pelos mandatários centro-americanos. O Ministro Eduard A. Shevardnadze, manifestando a sua preocupação em face da tensão mantida em torno da Nicarágua e na América Central em geral, confirmou a posição da URSS de apoio a uma solução latino-americana nessa região, aos esforços do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio e de outros Estados à procura de uma justa solução política dos problemas existentes, que corresponda aos interesses dos povos dos países centro-americanos.

As Partes concordaram em que o Tratado da Antártida e acordos complementares têm assegurado durante mais de duas décadas e meia a manutenção da paz e o estatuto des-nuclearizado na Antártida, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento positivo da cooperação internacional nessa região, contribuindo assim para a realização prática dos Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas. Nesse contexto, as Partes manifestaram-se a favor da consolidação e aperfeiçoamento do sistema antártico vigente.

Os Chanceleres afirmaram que o terrorismo internacional em todas as suas manifestações representa uma séria ameaça para a causa da paz, da segurança e da cooperação entre os povos. Nesse sentido, expressaram seu repúdio a qualquer tipo de atividade terrorista e pronunciaram-se pela intensificação da cooperação internacional com vistas à adoção de medidas em conformidade com o Direito Internacional, para a erradicação do terrorismo.

Os Ministros manifestaram, igualmente, sua concordância ao avaliar o problema da proliferação mundial do tráfico e consumo de entorpecentes. A esse respeito, enfatizaram sua disposição de contribuir para que sejam aperfeiçoados os mecanismos internacionais de combate a esse perigoso fenómeno social. Ressaltaram, em particular, a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas Nações Unidas para a prevenção, erradicação e repressão do tráfico de entorpecentes.

Os Ministros, finalmente, pronunciaram-se pelo aperfeiçoamento progressivo dos laços internacionais humanitários, pela garantia dos direitos e liberdades políticas, civis, económicas, sociais, culturais e outros direitos e liberdades fundamentais do homem.

Ambas as Partes expressaram sua satisfação com os bons resultados da visita, que contribuirão para o fortalecimento dos laços de compreensão e amizade entre os dois países, bem como para dinamizar esforços com vistas a concretizar as possibilidades de cooperação e diálogo em assuntos de interesse recíproco.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard A. Shevardnadze, ao agradecer a OTD, a ac*, da , . he « *pensada pW seus anfitriões, formulou ao Chanceler Rober-

to de Abreu Sodré convite do Governo soviético para que visite oficialmente a URSS num J J» ^ ^ ^ c1 ^ ^
ão, a1
da entre as partes.

brasil e peru dinamizam relações

Programa de Ação de Puerto Maldonado e Declaração de Rio Branco, firmados respectivamente nos dias 2 e 3 de julho de 1987, entre o Presidente José Sarney e o Presidente Alan García Pérez.

O Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney,

e

O Presidente da República do Peru, Alan García Pérez,

Persuadidos da importância de dinamizar nossas relações bilaterais, e conscientes da necessidade de fortalecer os vínculos recíprocos de nossas populações amazônicas, estipulamos as bases de um Programa de Trabalho bilateral concebido segundo as diretrizes acordadas na Declaração de Rio Branco.

Do progressivo aperfeiçoamento dos referidos programas participarão, direta e ativamente, os setores competentes nacionais, em coordenação com as instituições públicas e privadas de ambos os países, a fim de que os projetos a serem executados correspondam mais adequadamente às necessidades das populações de nossos Estados e Departamentos amazônicos, em concordância com os projetos de desenvolvimento nacional de cada um dos países.

O Programa de Ação inclui o seguinte:

I

Cooperação Fronteiriça

Comércio Fronteiriço: Constituir um grupo de trabalho, em nível adequado, encarregado de formular as recomendações necessárias

com o propósito de promover a dinamização do comércio fronteiriço. Nesse processo de avaliação, levar-se-á em conta também o chamado comércio de subsistência.

Comunidades Fronteiriças: < Estabelecer e levar a cabo um programa de desenvolvimento integrado aplicável às comunidades fronteiriças brasileiro-peruanas, começando pelas comunidades de Assis Brasil e Iñapari.

Esse esforço deverá concretizar-se a curto prazo, em concordância com os objetivos, políticas e programas dos respectivos planos de desenvolvimento amazônico de ambos os países, procurando aceder conjuntamente à cooperação internacional dos organismos multilaterais e, em particular, da OEA.

II

Cooperação Técnica:

Estabelecer um programa de cooperação técnica, com ênfase na cooperação fronteiriça nas seguintes áreas: Agricultura, Pecuária, Recursos Florestais, Proteção Ambiental, Saúde e Integração Viária Fronteiriça.

A referida cooperação terá lugar principalmente mediante apoio a projetos de desenvolvimento integrado.

Os respectivos Governos estipularão, por troca de Notas, os mecanismos mais adequados para a implementação da cooperação em apreço, e concordam em identificar, em nível de execução, as instituições governamentais que se encarregarão da implementação das medidas específicas.

III

Incentivos ao Intercâmbio Comercial:

Adotar providências conjuntas que contribuam para a expansão e diversificação do Intercâmbio Comercial, com o objetivo de imprimir um sentido de maior dinamismo a seus fluxos de comércio e promover maior grau de integração entre os dois países.

Nesse sentido, a fim de propiciar um quadro estável ao intercâmbio, considerar-se-á a utilização de diversas modalidades de comércio, e estimular-se-á a adoção de medidas concretas por parte das empresas brasileiras e peruanas do setor público e privado, utilizando, inclusive, a experiência operacional das empresas de comércio exterior dos dois países, com o propósito de gerar um volume adicional do comércio bilateral em equilíbrio dinâmico e induzir à colocação de seus respectivos produtos em terceiros mercados.

IV

Cooperação Amazônica:

Apoiar decididamente os diferentes projetos adotados no contexto do Tratado de Cooperação Amazônica, e, em especial, aqueles contidos no Plano de Ação da Secretaria Pro-Tempore, apresentado aos representantes dos países membros do TCA no Comité Ad-Hoc Assessor, que incluem os temas Saúde, Transporte Viário, Navegação Fluvial e Botânica.

V

Trânsito de Pessoas, Veículos, e Mercadorias

Constituir um grupo de trabalho integrado pelas entidades competentes de ambos os países, a fim de estabelecer regimes adequados que regulem e facilitem o trânsito de seus nacionais, veículos e mercadorias na zona fronteiriça.

VI

Projetos específicos

Definir, em conjunto, determinados projetos específicos vinculados ao desenvolvimento econômico-social das áreas fronteiriças.

VII

Narcotráfico

Dar continuidade aos esforços destinados a incrementar a cooperação recíproca nas áreas de prevenção do consumo indevido de drogas, do tratamento e reabilitação de farmacodependentes e da repressão ao tráfico ilícito de drogas.

VIII

Tratado de Amizade e Cooperação

Inspirados no propósito comum de estreitar as relações entre nossos dois países, verificamos com satisfação a plena vigência do mecanismo de consulta, informação e cooperação criado pelo Tratado de Amizade e Cooperação de 16 de outubro de 1979, o qual consideramos mecanismo idóneo para o prosseguimento da execução dos acordos do presente Programa, bem como para o acerto das ações conjuntas conducentes à mencionada finalidade.

Feito na cidade de Puerto Maldonado, Departamento de Madre de Diós, República do Peru, em 02 de julho de 1987, em dois exemplares em português e espanhol.

Declaração de Rio Branco.

O Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney.

e

O Presidente da República do Peru, Alan García Pérez,

Animados pelo propósito de estreitar as relações que vinculam nossos países, reunimo-nos nos dias 2 e 3 de julho de 1987 nas localidades de Rio Branco e Puerto Maldonado, na zona de fronteira brasileiro-peruana.

Confirmamos o espírito de paz e fraterna cooperação que caracteriza as relações entre os dois países e o desejo de demonstrar, com fatos, a prioridade que nossos Governos concedem a seus territórios fronteiriços, e de levar a cabo um programa de ação para impulsionar as relações bilaterais no âmbito amazônico, particularmente a promoção do desenvolvimento das regiões fronteiriças entre ambos os países.

Reafirmamos a convicção comum de que a cooperação é essencial para levar o progresso aos territórios amazônicos de ambos os países, promovendo uma maior integração entre si e uma melhor articulação com suas economias nacionais, assegurando, assim, o desenvolvimento econômico e social de suas populações.

Ratificamos a prioridade que nossos Governos outorgam ao Tratado de Cooperação Amazônica, cujas normas e mecanismos constituem plena garantia do direito e exclusiva responsabilidade que temos, como países signatários, na conservação e no aproveitamento racional dos recursos naturais dos territórios amazônicos sob as soberanias nacionais de nossos respectivos países.

Decidimos intensificar esforços para dinamizar esse processo de colaboração subregional e concertar acordos e entendimentos operativos orientados para o desenvolvimento dos diversos aspectos contemplados pelo Tratado de Cooperação Amazônica, particularmente no que se refere à navegação fluvial e à melhoria das vias navegáveis; à prestação de serviços de saúde; ao reflorestamento e à preservação do meio ambiente; à interconexão viária; ao comércio fronteiriço; à agricultura e agrope-

cuária; ao trânsito de pessoas, veículos e mercadorias; ao turismo; à pesquisa científica e tecnológica; à cooperação consular, e a gerar formas de complementação que reforcem as medidas previstas nos respectivos planos nacionais.

Reiteramos o especial interesse dos dois países em explorar e promover formas adequadas de cooperação com vistas a melhorar a navegação dos rios amazônicos, em concordância com o estabelecido no Tratado de Cooperação Amazônica e nos instrumentos bilaterais vigentes.

Coincidimos em que os Estados ou Departamentos das regiões amazônicas respectivas exigem programas especiais de assistência para melhorar as condições de vida de seus habitantes e a prestação de serviços essenciais na área de saúde. Com esse propósito, concordamos em que os setores nacionais competentes do Brasil e do Peru, em coordenação com as respectivas instituições regionais, estudem um programa de cooperação apropriado para estender os serviços médico-assistenciais vigentes na atualidade.

Feito na cidade do Rio Branco, Estado do Acre, da República Federativa do Brasil, em 03 do mês de julho de mil novecentos e oitenta e sete, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol.

Presidente da República Federativa do Brasil
José Sarney

Presidente da República do Peru
Alan García Pérez

segunda reunião do mecanismo permanente de consulta e concertação política

Conclusões e Comunicado Conjunto, oriundos da Segunda Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política realizada em Campos do Jordão e Brasília de 9 a 11 de agosto de 1987.

Conclusões

Consenso de Cartagena

Os Chanceleres, ao abordar a questão da dívida externa, acordaram propor que, na reunião a nível técnico do Consenso de Cartagena, convocada para setembro próximo, em Montevideu, se examine, em profundidade, a ampliação das áreas de competência do Consenso de forma a incluir temas vinculados ao comércio e ao financiamento para o desenvolvimento.

Reconheceram, neste contexto, os importantes avanços conceituais logrados recentemente na VII UNCTAD.

Estimaram também pertinente estabelecer periodicidade para a celebração das reuniões do Consenso, que poderiam ser convocadas regularmente duas vezes por ano, nos meses de março e setembro.

Examinaram, com interesse, as posições recentemente assumidas ante a questão do endividamento dos países em desenvolvimento, tais como as anunciadas pelo Governo japonês para canalizar recursos para ditos países e o texto aprovado pelo Senado dos Estados Unidos a respeito da problemática da dívida externa.

O Consenso de Cartagena deveria analisar tais iniciativas.

Parlamento Latino-Americano

Ao considerar a institucionalização do Parlamento Latino-Americano, os oito Chanceleres receberam solicitação da Junta Diretora de dita entidade, através do Senador colombiano Humberto Pelaez. Decidiram, nesse contexto, promover reunião conjunta, a nível técnico, entre representantes dos países cujos Parlamentos fazem parte atualmente do Parlamento Latino-Americano, com o objetivo de examinar o projeto para sua eventual institucionalização. A reunião efetuar-se-á em Cartagena de Índias, na Colômbia, durante o próximo mês de setembro.

Aspectos Jurídicos da Integração

Os Chanceleres concordaram em solicitar à Chancelaria argentina que, em contato com as demais Chancelarias e com a Secretaria-Geral da ALADI, apresente, em sua próxima reunião, um estudo a respeito.

Segurança Alimentar

Os Chanceleres tomaram nota do conjunto de textos para o projeto de tratado de Assistência Regional para Emergências Alimentares (TARE), elaborados na reunião técnica celebrada entre os dias 08 e 10 de julho passado, em Brasília.

Manifestaram interesse em que a próxima reunião técnica de acompanhamento culmine a elaboração do projeto de tratado, a fim de que todos os Estados da região possam assiná-lo.

Desenvolvimento Tecnológico

Os Chanceleres expressaram satisfação pelos resultados alcançados na reunião da Comissão ad-hoc, efetuada em Buenos Aires, de 27 a 29 de julho de 1987. Decidiram recomendar que se realize, no próximo mês de outubro, uma nova reunião da mesma, com o propósito de formular a agenda operativa, levando em conta seus aspectos de financiamento, no quadro das linhas gerais expostas na Ata de sua primeira reunião.

Decidiram solicitar à Chancelaria argentina que se desincumbia das tarefas de coordenação.

Projeto de Luta contra a Pobreza Absoluta

Os Chanceleres consideraram os resultados da reunião celebrada em Bogotá, de 08 a 10 de julho último, relativa ao programa de luta contra a pobreza absoluta na América Latina e no Caribe. Coincidiram na necessidade de acompanhar de perto o desenvolvimento de dito tema e de assegurar a coordenação de sua análise nos diversos foros onde vem sendo tratado. Acolheram, também, com satisfação, o convite do governo da Colômbia para que seus países se façam representar na Conferência Regional sobre a Erradicação da Pobreza Absoluta, a nível de representantes pessoais de Chefes de Estado ou de Governo da região. Tal conferência efetuar-se-á em Bogotá, em fevereiro de 1988.

Restrições Impostas ao Comércio

Os Chanceleres trocaram impressões sobre a situação do comércio mundial e suas perspectivas de evolução a curto e médio prazo. Manifestaram sua particular preocupação com a clara orientação protecionista de iniciativas, políticas e medidas em curso por parte de alguns países desenvolvidos, as quais contêm disposições contrárias a normas comerciais internacionais e que, se forem postas em prática, teriam efeitos muito negativos sobre o acesso das exportações da América Latina ao mercado internacional.

Nesse sentido, coincidiram na necessidade de promover a coordenação nos diversos foros in-

ternacionais, com vistas a contrarestar as políticas e medidas protecionistas.

Consideraram, também, os progressos da Rodada Uruguai do GATT e reafirmaram a necessidade de que os países latino-americanos sigam trabalhando, em Genebra, da forma mais coordenada possível, a fim de assegurar a obtenção de resultados positivos no processo negociador.

Finalmente, os Chanceleres analisaram a evolução recente da situação regional. Nesse contexto, receberam amplo relatório do Chanceler Jorge Abadia Árias sobre o Panamá. A propósito, reiteraram sua posição de que toda solução às crises da região deve basear-se na aplicação irrestrita dos intocáveis princípios da plena vigência da democracia pluralista, das liberdades públicas, da auto-determinação dos povos, e de não-intervenção.

A próxima reunião ordinária de Chanceleres do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política será celebrada na Colômbia, em fevereiro de 1988.

Comunicado Conjunto

Os Chanceleres da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela têm a satisfação de tornar pública a decisão dos Presidentes de seus países de reunir, periodicamente, a nível presidencial, o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, constituído no Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1986. A primeira reunião presidencial será celebrada no México, nos dias 27 e 28 de novembro de 1987; a segunda no Uruguai, em 1988.

No contexto do processo de preparação da reunião presidencial, do ano em curso, os Chanceleres dos oito países se reunirão em Punta dei Este, no Uruguai, de 23 a 25 de outubro.

A decisão dos Presidentes de reunir-se em novembro de 1987 reflete o alto grau de concertação política alcançada entre os oito países, a qual, agora no mais alto nível, continuará a serviço dos ideais e dos interesses latino-americanos.

designação de embaixadores brasileiros.

Jayme Villa Lobos, para Embaixador em **Li-breville**, em 22.07.1987.

Moacyr Moreira Martins Ferreira, para Embaixador em **Seul**, em 22.07.1987.

Paulo Nogueira Batista, para Embaixador Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em **Nova York**, em 24.08.1987.

Rubens Ricupero, para Embaixador Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em **Genebra**, em 09.09.1987.

Carlos Luzilde Hildebrandt, para Embaixador em **Helsinque**, em 01.09.1987.

José Olympio Rache de Almeida, para Embaixador em **Belgrado**, em 01.09.1987.

Luiz Augusto Pinto Souto Maior, para Embaixador em **Estocolmo**, em 02.09.1987.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros.

Roberto Arita Quiñonez, de Honduras, em 21.07.1987;

Mahmood Movahedi, do Irã;

Risto Kauppi, da Finlândia, em 11.08.1987;

Patrick Dele Cole, da Nigéria;

Suruyattan Ramabachan, de Trinidad e Tobago;

Avadhut Raoji Kakodkak, da Índia;

Philippe Cuvillier, da França; em 15.09.1987.

**brasil e alemanha assinam ajustes
complementares ao acordo
de cooperação técnica, de 30 de
novembro de 1963.**

Ajuste, por Troca de Notas, complementar ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha, relativo ao projeto "Desenvolvimento de Componentes e Sistemas Mecânicos de Veículos Ferroviários e Vias Permanentes", assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 6 de julho de 1987, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Walter Gorenflos.

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 445.134.476/87, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro

Com referência à Nota Verbal DCOPT/DE-1/159, de 19 de junho de 1986, e ao Ajuste de 19 de outubro de 1984, bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto "Desenvolvimento de Componentes e Sistemas Mecânicos de Veículos Ferroviários e Vias Permanentes".

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil concordam em dar prosseguimento, pelo período máximo de 12 meses, à promoção conjunta do Centro de Tecnologia (CT) da Universidade de Campinas no setor da tecnologia ferroviária

II. Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar os seguintes técnicos:
 - a) um especialista em vias permanentes (doutor em engenharia), pelo período máximo de 12 homens/mês;
 - b) técnicos de curto prazo (engenheiros ferroviários), para executarem, se necessário, tarefas especiais, pelo período máximo total de 6 homens/mês;
2. fornecer equipamentos adicionais, tais como:
 - instrumentos de medição para o setor de vias permanentes.

- peças de reposição e material de consumo para o equipamento técnico de medição de vias permanentes.
- equipamentos especiais para medição no laboratório e via de operação;

3. facultar, na "Deutsche Bundesbahn", por um período máximo total de 6 homens/mês, formação e aperfeiçoamento a um número máximo de 02 engenheiros ferroviários brasileiros (vias permanentes) que, após seu regresso, atuarão no projeto, dando autonomamente prosseguimento às tarefas dos técnicos enviados.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. designar engenheiros ferroviários e técnicos em número suficiente, para assistirem os especialistas ferroviários alemães;

2. colocar à disposição dos especialistas ferroviários alemães instalações de trabalho adequadas;

3. custear as despesas de operação e administração relativas à Divisão de Ensaios Ferroviários.

IV. Os especialistas ferroviários enviados terão as seguintes atribuições:

- a) atividades de consultoria e formação no setor de vias permanentes (laboratório e via de operação);
- b) planejamento, preparação e realização de seminários no setor de vias permanentes;
- c) apoio ao órgão responsável pelo projeto na consultoria à ferrovia e à indústria em assuntos de concepção das vias permanentes.

V. Dos executores do projeto:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH", 6236 Eschborn;

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto o Centro de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas;

3. Os órgãos encarregados nos termos dos números 1 e 2 deste item determinarão conjuntamente os pormenores da implementação do projeto num plano operacional ou de outra forma adequada, adaptando-os, caso necessário, ao andamento do projeto.

VI. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10), e do Ajuste de 19 de outubro de 1964.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as disposições apresentadas nos itens I a VI, esta nota e a nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo brasileiro, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência".

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo a Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Roberto de Abreu Sodré

Ajuste, por troca de notas, complementar ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha, relativo ao projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro/FEEMA", assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 6 de julho de 1987, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federativa da Alemanha, Walter Gorenflös.

Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflös,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota, datada de hoje cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência ao Ajuste de 19 de dezembro de 1984, bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro/FEEMA".

O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil concordam em dar prosseguimento à promoção conjunta da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA).

II. Para esse fim, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar técnicos de curto prazo, especializados em assessoria e treinamento no campo da prevenção e do controle da poluição industrial, para os setores de infra-estrutura, turismo, águas, ar e poluição sonora, pelo prazo máximo total de 87 homens/mês;

2. fornecer instrumentos de medição e literatura especializada para os setores a promover,

3. facultar, durante um período máximo de 12 meses cada um, estágios de aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha, inclusive o necessário curso de língua, para seis técnicos brasileiros de nível médio da FEEMA (no máximo 72 homens/mês); bem como estágios de aperfeiçoamento, por um prazo máximo de 3 meses cada um, para dois técnicos de nível superior em funções de chefia (no máximo um total de 6 homens/mês). Após seu regresso, os técnicos atuarão no projeto.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. assegurar a designação, pela FEEMA, de técnicos parceiros, em contrapartida aos técnicos enviados, referidos no item II, parágrafo 1;

2. providenciar para que a FEEMA coloque, à disposição dos técnicos enviados, veículos de serviço para a execução das atividades relacionadas ao projeto, custeando suas despesas de funcionamento;

3. autorizar a liberação de um número máximo de 8 engenheiros brasileiros especializados em proteção ambiental (funcionários da FEEMA) para participarem em estágios de aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha, e custear, através da FEEMA, as despesas com as passagens aéreas internacionais e com a continuação do pagamento dos vencimentos destes funcionários durante os estágios de aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha.

IV. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil realizarão conjuntamente, após o início das atividades previstas no presente Ajuste, controles anuais dos progressos feitos.

V. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10), e do Ajuste de 19 de dezembro de 1984.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens de I a V, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão um ajuste entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Roberto de Abreu Sodré

**Ajuste, por Troca de Notas,
complementar ao Acordo de Cooperação Técnica
Brasil-Alemanha relativo ao projeto
"Implantação do Cadastro Territorial Rural no
Paraná", assinado no Palácio do Itamaraty,
em Brasília, em 23 de julho de 1987, pelo
Ministro de Estado das Relações Exteriores Roberto
de Abreu Sodré, e pelo Embaixador
Extraordinário e Plenipotenciário da República
Federal da Alemanha, Walter Gorenflos.**

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota
EZ 445.136.C.517/87 datada de hoje, cujo teor em português
é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal DE-I/133/PEXT L00 H01, de 23
de maio de 1986, e ao Ajuste de 9 de fevereiro de 1983, bem
como em execução do Acordo de Cooperação Técnica de 30
de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Gover-
nos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência em nome do
Governo da República Federal da Alemanha o seguinte
Ajuste sobre o projeto "Implantação do Cadastro Territorial
Rural no Paraná":

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o
Governo da República Federativa do Brasil concordam em
dar prosseguimento, até fins de 1988, através de contribui-
ções do Estado de Baden-Württemberg e com a participação
do Governo do Estado do Paraná, à promoção conjunta da
implantação do Cadastro territorial nas zonas rurais do Estado
do Paraná.

II. Ao Governo do Estado de Baden-Württemberg, para
esse fim, caberá:

1. enviar um técnico, por um período máximo de 24 ho-
mens/mês, bem como técnicos de curto prazo, por um período
máximo total de 16 homens/mês, especializados nas áreas de
geodésia, cadastro e cartografia;
2. fornecer, em escala limitada, equipamentos geodésicos
ou documentos geodésicos, necessários à execução do pro-
jeto;
3. facultar, por um período máximo total de 32 ho-
mens/mês, cursos de formação e aperfeiçoamento na Repú-
blica Federal da Alemanha, nos setores de técnica de cadas-
tro, direito de cadastro e cartografia, a técnicos brasileiros
que, após seu regresso, atuarão no projeto, dando prosse-
guimento às tarefas dos técnicos enviados;
4. custear as bolsas e as viagens de serviço dentro da Re-
pública Federal da Alemanha ou dos países vizinhos, bem
como as despesas dos cursos, previstos no item anterior;
5. custear o transporte e o seguro do material referido no
item 2 do parágrafo II até o local do projeto (com exceção dos
encargos referidos no item 1 do parágrafo III);

6. As contribuições previstas no Ajuste Complementar por
troca de Notas de 9 de fevereiro de 1983, mas não utilizadas
até fins de 1986, estão incluídas nas contribuições acima
mencionadas.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. isentar o material fornecido ao projeto por incumbência do
Governo da República Federal da Alemanha de licenças, ta-
xas portuárias, direitos de importação e exportação e demais
encargos fiscais, providenciando o pronto desembarque al-
fandegário do material; a requerimento do órgão executor, as
isenções acima aplicar-se-ão também ao material adquirido
no Brasil;
2. assegurar que o material fornecido fique à inteira disposi-
ção do projeto promovido e dos técnicos enviados para a exe-
cução de suas tarefas;
3. tomar providências para que técnicos brasileiros dêem
prosseguimento, o mais rapidamente possível, às atividades
dos técnicos enviados; se, no âmbito do presente Ajuste, es-
ses técnicos devam realizar estágios de formação ou aperfei-
çoamento na República Federal da Alemanha ou em outros
países, seus nomes deverão ser comunicados à representa-
ção diplomática alemã ou aos técnicos por esta indicados,
com a devida antecedência e em número compatível com os
estágios disponíveis, outrossim, deverão ser designados
apenas os candidatos que se tenham comprometido a traba-
lhar no respectivo projeto, após o estágio de formação ou
aperfeiçoamento, pelo prazo mínimo de cinco anos;
4. pagar à conta do Serviço de Administração de projetos da
GTZ, em Brasília, uma remuneração global no valor corres-
pondente a 25 OTNs, para financiar a sua participação nas
despesas de aluguel, por cada homem/mês de atuação dos
técnicos alemães;
5. manter os salários dos estagiários brasileiros referidos no
item 3 do parágrafo II, bem como custear as despesas de via-
gem entre o Brasil e a Alemanha.

IV. Dos executores do projeto:

1. o Governo do Estado de Baden-Württemberg encarregará
da execução de suas contribuições o 'Landesvermessung-
samt Baden-Württemberg' (Serviço Geodésico Estadual de
Baden-Württemberg), em 7000 Stuttgart, e a 'Deutsche Ge-
sellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH', em
6236 Eschborn;
2. o Governo da República Federativa do Brasil encarregará
da implementação do projeto o Instituto de Terras, Cartografia
e Florestas (ITCF) do Governo do Estado do Paraná;
3. os órgãos encarregados nos termos dos itens 1 e 2 deste
parágrafo poderão estabelecer conjuntamente os pormenores
da implementação do projeto, num plano operacional ou de
outra forma adequada, adaptando-os, caso necessário, ao
andamento do projeto.

V. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as
disposições do Ajuste de 9 de fevereiro de 1983 e do Acordo
de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, inclu-
sive a cláusula de Berlim (artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde
com as propostas apresentadas nos parágrafos I a V, esta
Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se
expresse a concordância do Governo brasileiro, constituirão
um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor
na data da Nota de resposta.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência
os protestos da minha mais alta consideração'.

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Roberto de Abreu Sodré

Ajuste, por Troca de Notas, complementar ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha relativo ao Projeto "Emancipação dos Perímetros Irrigados do DNOCS", assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 23 de julho de 1987, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Walter Gorenflos.

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 445.122.475/87 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

'Senhor Ministro,

Com referência à Nota DCOPT/DE-1/163/, de 23 de junho de 1986, e ao Ajuste de 27 de dezembro de 1985, bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto 'Emancipação dos Perímetros Irrigados do DNOCS'.

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil estão de acordo em dar prosseguimento à promoção conjunta do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) até 31 de dezembro de 1986. A eventual prorrogação após a data de 01 de janeiro de 1987, será decidida após a avaliação do projeto no final do ano de 1986, como acordado nas Negociações Intergovernamentais de fevereiro de 1986.

II. Para esse fim, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar três técnicos especializados em consultoria empresarial, extensão rural e pedagogia cooperativista, pelo período máximo de 24 homens/mês, cada um, e peritos de curto prazo, no período máximo total de 12 homens/mês;
2. facultar, no quadro de programas de curto prazo, estágios de formação/aperfeiçoamento, fora do projeto, por um período máximo total de 11) homens/mês, para um número máximo de cinco técnicos brasileiros, que após seu regresso atuarão no projeto, dando prosseguimento autônomo às tarefas dos técnicos enviados.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. colocar à disposição, no mínimo, três técnicos especializados em consultoria empresarial, extensão rural, economia agrícola e formação cooperativista, bem como outros técnicos e auxiliares;
2. prover os necessários meios de transporte, salas de escritórios e de aula adequadamente mobiliadas e material de escritório, inclusive material de escrever e calcular, para a execução das atividades dos técnicos alemães;
3. pagar, à conta do escritório para a administração dos projetos do GTZ em Brasília, uma remuneração global no montante de 25 Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), para financiar a sua participação nas despesas de aluguel, por cada homem/mês de atuação dos peritos alemães.

IV. Os técnicos enviados e seus parceiros brasileiros terão as seguintes atribuições:

1. elaboração de mecanismos auxiliares para a tomada de decisões, destinados à desoficialização das ofertas estatais de serviços nos perímetros irrigados do DNOCS, bem como à redistribuição das competências entre o DNOCS e as instituições responsáveis (OCE, EMATER);
2. análise da situação real e das necessidades existentes por parte das cooperativas e de seus membros;
3. planejamento e estruturação de ofertas de serviços a nível das cooperativas;
4. planejamento, organização e execução de programas de formação e consultoria;
5. consultoria empresarial, em especial, planejamento e consultoria quando da implementação de algumas empresas-membros rentáveis;
6. consultoria às cooperativas com vistas à integração das mesmas em estruturas verticais e à promoção da cooperação a nível horizontal.

V. Dentro de suas atividades, discriminadas no artigo IV, os técnicos enviados serão responsáveis perante o Presidente do DNOCS, obedecendo a suas instruções técnicas, desde que isto não afete as relações contratuais com seu empregador alemão.

VI. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo TB), e do Ajuste de 27 de dezembro de 1985.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos artigos de I a VI esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.'

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Roberto de Abreu Sodré

Ajuste, por Troca de Notas, complementar ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha relativo ao Projeto "Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geofísica", assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de agosto de 1987, pelo Ministro de Estado interino das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Walter Gorenflös.

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflös, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

"Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 624,40/3/555/76, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

'Senhor Ministro,

Com referência à nota verbal DCOPT/ DE-I/148/ 644(B46) ((F36), de 10 de julho de 1985, ao Ajuste de 16 de janeiro de 1984, bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto 'Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geofísica' (PN 76.2518.9):

I

O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil concordam em dar prosseguimento à promoção conjunta na implantação do Núcleo de Ciências Geofísicas da Universidade do Pará, em Belém, com o objetivo de proporcionar estágios de formação prática para técnicos brasileiros, de facultar a qualificação do corpo docente científico e de realizar pesquisa aplicada.

II

Para esse fim, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar dois técnicos, na qualidade de professores universitários de geofísica (especialidade: sismologia e magnetotellurismo), por um período máximo total de 50 homens/mês;
2. enviar três técnicos, na qualidade de docentes, para exercerem atividades de curto prazo, por um período máximo total de 6 homens/mês;
3. fornecer instrumentos científicos destinados ao ensino e à pesquisa, material didático de consumo, literatura científica, bem como material técnico destinado a completar os sistemas já existentes;

4. facultar, por um período máximo total de 6 homens/ano com o objetivo de fazerem doutoramento em geofísica, estágios de aperfeiçoamento no setor de geofísica na República Federal da Alemanha para no máximo 2 técnicos brasileiros que após seu regresso, atuarão no projeto;

5. facultar estágios de aperfeiçoamento a um número máximo de 2 docentes brasileiros em universidades na República Federal da Alemanha, por um período máximo total de 4 homens/mês.

III

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste Complementar as disposições do acima referido Acordo, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10), e do Ajuste de 16 de janeiro de 1984.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens de I a III, tenho a honra de propor que a presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo brasileiro constituam um Ajuste Complementar entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta.

Permita-me, Senhor Ministro, renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração'.

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passará a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.
Paulo Tarso Flecha de Lima

Brasil e Argentina assinam programa de integração e cooperação econômica.

A COLETÂNEA COMPLETA DOS TEXTOS CONSTARÁ DA PUBLICAÇÃO "VIAGEM DO PRESIDENTE SARNEY À ARGENTINA", A SER EDITADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO ITAMARATY.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA

DOCUMENTOS ANEXOS AO RELATÓRIO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PROGRAMA

Protocolo sobre bens de capital (nº1)

ANEXO III

Contém a relação dos novos bens de capital, incluídos pelos dois países na Lista Comum, que se beneficiam do tratamento alfandegário disposto por este Protocolo.

ANEXO IV

Contém as 'Notas Gerais' (Terceira à Sexta) da Lista Comum, relativas à inclusão de bens de capital com equipamentos de comando e controle eletrônico digital, e às peças e partes para reposição e manutenção dos bens incluídos nas mesmas.

ANEXO V

Estabelece um mecanismo de consultã permanentẽ para as análises de propostas para a reduçãõ ou isençãõ de alíquotas aduaneiras para terceiros países dos bens de capital que integram a Lista Comum, fixando, ao mesmo tempo, os princípios básicos do funcionamento desse mecanismo.

ANEXO VI

Refere-se à disposições sobre um sistema de compras, garantia e controle de qualidade de bens de capital, incluídos na Lista Comum, e destinados ao setor petrolífero.

PROTOCOLO SOBRE TRIGO (N 2)

ANEXO I

Estabelece a extensão, até 1992 e 1993, do compromisso de compra, por parte do Governo brasileiro, e de venda, por parte do Governo argentino, de trigo, no contexto deste Protocolo, cuja vigência estava originalmente prevista para até 1991.

PROTOCOLO SOBRE EXPANSÃO DO COMÉRCIO (N 4)

ANEXO III

Dispõe sobre a extensão da vigência do Acordo de Alcance Parcial n 1 até 31 de dezembro de 1999.

ANEXO IV

Contém a lista de 500 produtos incluídos nos termos do Acordo de Alcance Parcial n 1 (ALADI), definindo, em cada caso, as margens de preferência outorgadas.

ANEXO V

Estabelece um mecanismo permanente de consulta para os produtos que integram a lista de bens negociados através do Acordo de Alcance Parcial n 1 (ALADI), fixando os princípios básicos de funcionamento de tal mecanismo.

PROTOCOLO DO FUNDO DE INVESTIMENTOS (N 7)

ADENDO AO ANEXO I

ANEXO II

Contém o regulamento do Estatuto do Fundo, estabelecendo as normas e procedimentos para o funcionamento dos diferentes órgãos que o compõem. Além disso, dispõe sobre recursos, operações e sede do Fundo.

Com referência às obras de aproveitamento hidrelétrico Pichi-Picun-Leufu, integrante do complexo Limay Médio, se destaca a importância do início das negociações entre o Banco Central do Brasil e o Ministério da Economia da República Argentina, por um lado, e entre a CACEX e a HIDRONOR, pelo outro, o que permitirá a conclusão das tratativas financeiras entre os dois países.

Estas tratativas juntamente com a assinatura do Acordo para a Oferta Comercial, possibilitarão iniciar as obras do empreendimento hidrelétrico Pichi-Picun-Leufu, durante 1987.

PROTOCOLO SOBRE BIO-TECNOLOGIA (N 9)

ANEXO II

Estabelece os temas prioritários acordados quanto ao início do funcionamento do Centro Brasileiro-Argentino de Bio-Tecnologia, para fins de licitação recentemente convocada para a apresentação de projetos específicos dentro dessa área temática. Outrossim, cria e define a estrutura da Escola Brasileiro-Argentina de Tecnologia.

PROTOCOLO SOBRE TRANSPORTE TERRESTRE (N 14)

ANEXO I

Estabelece a aplicação, para o transporte terrestre entre os dois países, de um manifesto único internacional de carga.

ANEXO II

Estabelece três categorias de produtos de origem vegetal, no aprofundamento dos estudos sobre a unificação e simplificação dos procedimentos aplicados, nesta matéria, pelos dois países.

ANEXO III

Estabelece o pagamento de compensação justa, em favor do país transitado, pelo desgaste que sofre sua rede viária em decorrência de passagem de veículos com cargas destinadas a terceiros países. O pagamento de tal compensação, aplicada de comum acordo, tem seu valor determinado segundo metodologias e parâmetros de cálculos estabelecidos e aceitos pelos dois países.

ANEXO IV

Relacionado com a próxima aplicação, pelo Brasil, a partir de 01 de janeiro de 1988, de novas modalidades de comercialização, atualmente limitadas ao sistema FOB-fronteira. Além disso, registra o compromisso argentino de estudar a eventual implementação do sistema de depósitos aduaneiros.

PROTOCOLO SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO (N 15)

ANEXO I

Estabelece os mecanismos para identificação de frete ótimo em matéria de transporte de trigo, bem como para o exame e correção, nos casos em que seja necessário, da relação entre esse parâmetro ótimo e o frete efetivamente aplicado.

Inclui também a análise dos mecanismos destinados a possibilitar a participação da bandeira argentina em tal transporte, e assinala novas áreas de possível integração neste campo.

PROTOCOLO DE COMUNICAÇÕES (N 16)

ANEXO I

Diz respeito ao estabelecimento de redes digitais de serviços integrados através da unificação e compatibilização dos sistemas existentes, dos respectivos planos nacionais e da harmonização de especificações técnicas. Além disso, contempla a adoção de especificações técnicas iguais para sistemas de telefonia móvel. Dispõe também sobre a interconexão das redes nacionais de comunicações de dados por comutação de pacotes, a partir de 01 de agosto de 1987.

PROTOCOLO CULTURAL (N 18)

Estabelece áreas prioritárias de integração cultural, entre as quais se destacam, de maneira especial, a cooperação para a divulgação, co-produção e comercialização recíprocas de filme de longa metragem nacionais, e análoga cooperação no campo da televisão.

Cria, também, a "Coleção de Livros Brasil-Argentina", além de dispor sobre o início de estudos para estabelecer mecanismos que assegurem a livre circulação, entre ambos os países, de obras de artistas plásticos vivos brasileiros e argentinos.

Por outro lado, definições de promoção recíproca de obras teatrais e musicais, bem como ações visando à cooperação mútua na formação de recursos humanos nas diferentes manifestações que fazem parte da cultura dos dois povos.

PROTOCOLO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (N 19)

Define as áreas prioritárias e os mecanismos de cooperação em matéria de reforma administrativa e níveis salariais, intercâmbio de estudos e legislação, descentralização da administração pública, e promoção de intercâmbio em setores específicos.

PROTOCOLO SOBRE MOEDA (N 20)

Cria uma unidade monetária comum denominada 'GAÚCHO', emitido e respaldado por um fundo de reservas administrativas pelos Bancos Centrais dos dois países.

brasil-inglaterra acordo de reciprocidade

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, sobre reciprocidade no tocante a autorização aos dependentes do pessoal diplomático e consular para exercer atividade remunerada no Estado receptor, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, no dia 08 de julho de 1987, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, John Burnes Ure

Excelentíssimo Senhor
John Burnes Ure,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, o seguinte Acordo relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular.

2. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte concordam que, numa base de reciprocidade, os dependentes do pessoal diplomático e consular de um país designado para exercer missão oficial no outro país, como membro de uma Missão diplomática, Repartição Consular ou Missão junto a Organismo Internacional, poderão receber autorização para exercer atividade remunerada no Estado receptor, respeitados os interesses nacionais. A autorização em apreço poderá ser negada nos casos em que:

a) o empregador for o Estado que recebe, inclusive através de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

b) afetem a segurança nacional.

3. Para os fins deste Acordo, são considerados 'dependentes':

a) cônjuge;

b) filhos solteiros menores de 21 anos;

c) filhos solteiros menores de 25 anos que estejam cursando universidades;

d) filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

4. O exercício da atividade remunerada por dependente, no Estado receptor, dependerá de prévia autorização de trabalho do Governo local, através de pedido formalizado pela Embaixada junto ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores. Após verificar se a pessoa em questão se enquadra nas categorias definidas no presente Acordo, e após observar os dispositivos internos aplicáveis, o Cerimonial informará oficialmente à Embaixada que a pessoa tem permissão para exercer atividade remunerada, sujeita à legislação aplicável no Estado receptor.

5. Nos casos de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente não estará isento de preenchê-las.

6. Para os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo, fica suspensa, em caráter irrevogável, a imunidade de jurisdição civil e administrativa relativa a todas as questões decorrentes da referida atividade.

7. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo deixarão de estar isentos do cumprimento das obrigações tributárias e previdenciárias decorrentes da referida atividade, ficando, em consequência, sujeitos à legislação de referência aplicável às pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Estado receptor.

8. O presente Acordo tem validade de seis anos, podendo ser renovado, por igual período, mediante prévio entendimento entre as Partes. As Partes Contratantes avaliarão, ao final de cada biênio, os benefícios dele decorrentes, inclusive do ponto de vista de seu equilíbrio e distribuição equitativa entre as Partes.

9. Caso o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte esteja de acordo com as propostas apresentadas, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência em que se expresse a concordância de seu Governo constituirão um Acordo entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta, permanecendo vigente até 90 dias após a denúncia escrita por qualquer uma das Partes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Roberto de Abreu Sodré

brasil-estados unidos da américa. acordo de reciprocidade.

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unido da América, sobre reciprocidade no tocante a autorização aos dependentes do pessoal diplomático e consular para exercer atividade remunerada no Estado receptor, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, no dia 08 de julho de 1987, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da América Harry W. Shlaudeman.

Excelentíssimo Senhor
Harry W. Shlaudeman,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos
Estados Unidos da América.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, o seguinte Acordo relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular.

2. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América concordam que, numa base de reciprocidade, os dependentes do pessoal diplomático e consular de um país designado para exercer missão oficial no outro país, como membro de uma Missão diplomática, Reparação Consular ou Missão junto a Organismo Internacional, poderão receber autorização para exercer atividade remunerada no Estado receptor, respeitados os interesses nacionais. A autorização em apreço poderá ser negada nos casos em que:

- a) o empregador for o Estado que recebe, inclusive através de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- b) afetem a segurança nacional.
- 3. Para os fins deste Acordo, são considerados 'dependentes':
 - a) cônjuge;
 - b) filhos solteiros menores de 21 anos;
 - c) filhos solteiros menores de 25 anos que estejam cursando universidades;
 - d) filhos solteiros com deficiências físicas e mentais.

4. O exercício de atividade remunerada por dependente, no Estado receptor, dependerá de prévia autorização de trabalho do Governo local, através de pedido formalizado pela Embaixada junto ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil, e ao Escritório do Protocolo do Departamento de Estado, nos Estados Unidos. Após verificar se a pessoa em questão se enquadra nas categorias definidas no presente Acordo e após observar os dispositivos internos aplicáveis, o Governo do Estado receptor informará oficialmente à Embaixada que a pessoa tem permissão para exercer atividade remunerada, sujeita à legislação aplicável no Estado receptor.

5. Nos casos de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente não estará isento de preenchê-las.

6. Para os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo, fica suspensa, em caráter irrevogável, a imunidade de jurisdição civil e administrativa relativa a todas as questões decorrentes da referida atividade.

7. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo deixarão de estar isentos do cumprimento das obrigações tributárias e providenciárias decorrentes da referida atividade, ficando, em consequência, sujeitos à legislação de referencia aplicável às pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Estado receptor.

8. O presente Acordo tem validade de seis anos, podendo ser renovado, por igual período, mediante prévio entendimento entre as Partes. As Partes Contratantes avaliarão, ao final de cada biênio, os benefícios dele decorrentes, inclusive do ponto de vista de seu equilíbrio e distribuição equitativa entre as Partes.

9. Caso o Governo dos Estados Unidos da América esteja de acordo com as propostas apresentadas, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência em que se expresse a concordância de seu Governo constituirão um Acordo entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta, permanecendo vigente até 90 dias após a denúncia escrita por qualquer uma das Partes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Roberto de Abreu Sodré

brasil-canadá acordo de reciprocidade.

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, sobre reciprocidade no tocante a autorização aos dependentes do pessoal diplomático e consular para exercer atividade remuneradas no Estado receptor, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, no dia 08 de julho de 1987, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Encarregado de Negócios, a. i. do Canadá Jean Michel Roy

Excelentíssimo Senhor
Jean Michel Roy,
Encarregado de Negócios, a. i.
Embaixada do Canadá.

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de propor a Vossa Senhoria, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, o seguinte Acordo relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular.

2. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá concordam que, numa base de reciprocidade, os dependentes do pessoal diplomático e consular de um país designado para exercer missão oficial no outro país, como membro de uma Missão diplomática, Repartição consular ou Missão junto a Organismo Internacional, poderão receber autorização para exercer atividade remunerada no Estado receptor, respeitados os interesses nacionais. A autorização em apreço poderá ser negada nos casos em que:

a) o empregador for o Estado que recebe, inclusive através de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

b) afetem a segurança nacional.

3. Para os fins deste Acordo, são considerados 'dependentes':

a) cônjuge;

b) filhos solteiros menores de 21 anos;

c) filhos solteiros menores de 25 anos que estejam cursando, em horário integral, universidades;

d) filhos solteiros com deficiências físicas e mentais.

4. O exercício da atividade remunerada por dependente, no Estado receptor, dependerá de prévia autorização de trabalho do Governo local, através de pedido formalizado pela Embaixada junto ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores. Após verificar se a pessoa em questão se enquadra nas categorias definidas no presente Acordo e após observar os dispositivos internos aplicáveis, o Cerimonial informará oficialmente à Embaixada que a pessoa tem permissão para exercer atividade remunerada, sujeita à legislação aplicável no Estado receptor.

5. Nos casos de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente não estará isento de preenchê-las.

6. Para os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo, fica suspensa, em caráter irrevogável, a imunidade de jurisdição civil e administrativa relativa a todas as questões decorrentes da referida atividade.

7. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo deixarão de estar isentos do cumprimento das obrigações tributárias e providenciárias decorrentes da referida atividade, ficando, em consequência, sujeitos à legislação de referência aplicável às pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Estado receptor.

8. O presente Acordo tem validade de seis anos, podendo ser renovado, por igual período, mediante prévio entendimento entre as Partes. As Partes Contratantes avaliarão, ao final de cada biênio, os benefícios dele decorrentes, inclusive do ponto de vista de seu equilíbrio e distribuição equitativa entre as Partes.

9. Caso o Governo do Canadá esteja de acordo com as propostas apresentadas, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Senhoria em que se expresse a concordância de seu Governo constituirão um Acordo entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta, permanecendo vigente até 90 dias após a denúncia escrita por qualquer uma das Partes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha mais alta consideração.

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Roberto de Abreu Sodré

brasil - uruguai acordo básico de cooperação científica e técnica.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai sobre Cooperação no Campo da Propriedade Industrial, Informação Tecnológica e Registro de Transferência de Tecnologia

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai

Inspirados pelo desejo de desenvolver a cooperação científica e técnica, de conformidade com o disposto no parágrafo 2 do artigo I, do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, firmado em 12 de junho de 1975.

Reconhecendo a importância de que o sistema de propriedade industrial se reveste para o desenvolvimento técnico industrial e comercial de ambos países,

acordam o seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federativa do Brasil designa como instituição responsável pela execução do presente Ajuste Complementar o Ministério de Indústria e do Comércio, por meio do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (doravante denominada INPI), e o Governo da República Oriental do Uruguai designa, com a mesma finalidade, o Ministério da Indústria e Energia, por meio do Centro Nacional da Propriedade Industrial (doravante denominado CNPI).

ARTIGO II

O INPI e o CNPI acordam intensificar a cooperação no campo da propriedade industrial, informação tecnológica e registro de transferência de tecnologia, abrangendo os seguintes aspectos:

a) legislação;

b) gestão;

c) capacitação;

d) assistência técnica e

e) intercâmbio de informação e documentação tecnológica e de patentes de invenções com as respectivas variantes das mesmas.

ARTIGO III

Os INPI e o CNPI utilizarão, entre outras, 93 seguintes modalidades de cooperação:

- a) intercâmbio de técnicos;
- b) programas de capacitação e treinamento de pessoal;
- c) intercâmbio de informações e documentação;
- d) prestação de assistência técnica, e
- e) realização de conferências e seminários.

ARTIGO IV

A execução do presente Ajuste Complementar se dará de conformidade com um programa de trabalho a ser estabelecido de comum acordo entre as Partes.

ARTIGO V

Os recursos financeiros necessários para a execução do programa de cooperação a que se refere o artigo IV acima serão objeto de negociação entre as Partes, no âmbito de uma programação anual, conforme a disponibilidade e o interesse mútuo nas propostas de cooperação específicas.

ARTIGO VI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, e permanecerá em vigor por dois anos, sendo renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes o denuncie, por via diplomática. Neste caso, a denúncia surtirá efeito sessenta dias após o recebimento da respectiva notificação.

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado por Acordo escrito entre as Partes.

O término da vigência do presente Ajuste Complementar não afetará a execução dos programas e projetos em execução, a menos que as Partes convenham em contrário.

Feito em Montevideu, aos vinte e nove dias do mês de julho de 1987, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Eduardo Moreira Hosannah

Pelo governo da República Oriental do Uruguai
Jorge Presno Harán

registro de assentamentos de atos multilaterais ocorridos no terceiro trimestre do ano de 1987;

- Acordo Internacional para o Estabelecimento, em Paris, de uma Repartição Internacional de Epizootias. - 1924
Síria-ADERIU
- Acordo de Haia de 06 de novembro de 1925 referente ao depósito internacional de desenhos ou modelos industriais.-1925

BenIn-ADERIU

- Convenção sobre a Escravidura. -1926
Mauritânia- ADERIU
- Acordo Relativo aos Sinais Marítimos. -1930
Grécia-DENUNCIU
- Convenção Relativa aos Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas. -1947
Santa Lúda-ADERIU
- Convenção Sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. -1948
Vanuatu-ACEITOU
- Convenção para Repressão do Tráfico de Pessoas e do Leocídio e Protocolo Final. -1950
Mauritânia-ADERIU
- Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. -1951
Papua e Nova Guiné - RATIFICOU
- Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais. -1951
Togo-ADERIU
- Protocolo de Emenda à Convenção sobre Escravidura, assinada em Genebra, a 25.09.1926, concluída na sede da ONU.-1953
Mauritânia-ACEITOU
- Convenção Sobre os Direitos Políticos da Mulher. -1953
Colômbia-ADERIU
- Convenção sobre Facilidades Aduaneiras para o Turismo, relativo à Importação de Documentos e Material de Publicidade Turística. -1954
Argentina - RATIFICOU
- Protocolo Adicional à Convenção sobre Facilidades Aduaneiras para o Turismo, relativo à Importação de Documentos e Material de Publicidades Turística. -1954
Argentina-RATIFICOU
- Convenção sobre a Tributação de Veículos Rodoviários Utilizados no Transporte Internacional de Passageiros. -1956
Países Baixos - RATIFICOU
- Convenção sobre a Tributação de Veículos Rodoviários Utilizados no Transporte Internacional de Mercadorias. -1956

Países Baixos - RATIFICOU	Argentina - ADERIU
– Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura. - 1956	- Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais. 1966
Mauritânia - ADERIU	Argentina-RATIFICOU
– Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada. - 1957	Uganda - ADERIU
Nicarágua-ADERIU	- Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados. - 1967
– Convenção Relativa ao Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais estrangeiras. - 1958	Papua Nova Guiné - ADERIU
China-ADERIU	- Ato de Estocolmo Complementar ao Acordo de Haia sobre Depósito Internacional de Desenhos e Modelos Industriais. - 1967
Singapura - ADERIU	Benin-ADERIU
– Revisão de Haia do Acordo de Haia Relativo ao Depósito de Desenhos ou Modelos Industriais de 1925. - 1960	- Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade. - 1968
Benin-ADERIU	Nicarágua-ADERIU
– Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. - 1961	- Convenção sobre Sinalização Viária. - 1968
Santa Lúcia - ADERIU	Dinamarca - RATIFICOU
Catar e Iemen - ADERIRAM - com reservas	Grécia-ADERIU
– Convenção Internacional para a Proteção aos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Rádio-difusão. - 1961	- Convenção sobre Trânsito Viário. - 1968
Rep. Dominicana - ADERIU	Grécia - ADERIU
– Convenção de Viena sobre Relações Consulares. - 1963	Dinamarca-RATIFICOU
Santa Lúcia - ADERIU	- Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados. - 1969
Iemen - ADERIU - com reservas	Senegal - ADERIU
– Emendas aos Artigos 17 e 18 da Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. - 1964	RDA - ADERIU - com reservas
Vanuatu - ACEITOU	- Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT). - 1970
– Emendas ao Artigo 28 da Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. - 1965	Benin - ADERIU
Vanuatu - ACEITOU	- Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas. - 1971
– Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos. - 1983	Marrocos - RATIFICOU
Filipinas-RATIFICOU	- Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. - 1971
– Protocolo Facultativo Relativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos. - 1966	Catar, Malásia, Burkina Faso e Somália - ADERIRAM
	- Acordo Europeu Suplementar à Convenção Relativa à Sinalização Rodoviária, Aberta à Assinatura em Viena a 08.11.1968.-1971
	Dinamarca - RATIFICOU
	Grécia-ADERIU
	- Protocolo de Emenda à Convenção Única sobre Entorpecentes, 1961.-1972

Catar-ADERIU

- Convenção para a Conservação das Focas da Antártida. -1972

Austrália-RATIFICOU

- Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha. - 1972

China - ADERIU

- Convenção Internacional sobre a Eliminação e a Repressão do Crime do 'Apartheid'. - 1973

Uganda - RATIFICOU

- Protocolo sobre Marcas Rodoviárias, adicional ao Acordo Europeu suplementar à Convenção sobre Sinalização Rodoviária, aberta à assinatura em Viena, a 08.11.1968. -1973

Dinamarca e Grécia - ADERIRAM

- Convenção sobre a Prevenção e a Repressão das infrações contra Pessoas que gozam de Proteção Internacional, inclusive os Agentes Diplomáticos. - 1973

Bahamas e Egito - ADERIRAM

- Convenção sobre um Código de Conduta para Conferências Marítimas. 1974

Argélia - RATIFICOU

- Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar 1974. -1974

Antigua e Barbuda - ADERIRAM

- Emendas aos Artigos 10,16,17, 20, 28, 31 e 32 da Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. -1974

Vanuatu-ACEITOU

- Emendas à Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. -1975

Vanuatu-ACEITOU

- Convenção sobre a Proibição da Utilização de Técnicas de Modificação Ambiental para Fins Militares. -1976

Rep. da Coreia e Benin - ADERIRAM

- Protocolo ao Tratado relativo à Neutralidade Permanente e ao funcionamento do Canal de Panamá. -1977

Países Baixos e Finlândia - ADERIRAM

- Emendas à Convenção que Instituiu a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. -1977

Vanuatu-ACEITOU

- Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-organismos para fins de Processo em Matéria de Patentes 1977

Noruega - RATIFICOU

- Acordo de Nice sobre a Classificação Internacional de Produtos e Serviços para Efeitos de Registro de Marcas, Revisão de Genebra. -1977

Liechtenstein - ADERIU

- Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados 1978.

Egito-ADERIU

- Protocolo de 1978 à Convenção para Segurança da Vida no Mar, 1974.1978.

An"':-n e Barbuda - ADERIRAM

- n-cr.-1-^ »os Artigos 17, 18, 20 e 51 da Convenção so-fcro a Organização Marítima Consultiva Irrtergovema-msr.:.l.-1979

Equ:i;r, Coveite e Vanuatu - ACEITARAM

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Db^iminação contra as Mulheres. -1979

iraque - ADERIU - com reservas

Finlândia-RATIFICOU

Angola-ADERIU

- Acordo que regula as Atividades dos Estados na Lua e em Outros Corpos Celestes. -1979

Austrália - ADERIU

- Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns. -1979

Áustria e Togo - RATIFICARAM

Dinamarca, Antigua e Barbuda - ADERIRAM

Constituição das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). 1979

Gâmbia, Bahamas e Tonga - ADERIRAM

Papua Nova Guiné - RATIFICOU

- Emendas à Convenção Internacional para a Protecção dos Vegetais de 06 de dezembro de 1951. -1979

Togo-ACEITOU

- Emendas ao Acordo de Estrasburgo de 24 de março de 1971 sobre a Classificação Internacional de Patentes. -1979

- Benin - ADERIU
- Convenção Internacional para o Estabelecimento de uma Universidade para a Paz e Carta da Universidade para a Paz. - 1980
- Santa Lúcia - ADERIU
- Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Menores. - 1980
- Espanha - RATIFICOU
- Convenção sobre Contratos para a Venda Internacional de Mercadorias. - 1980
- Zâmbia-ADERIU
- Itália, EUA e Lesoto - RATIFICARAM
- Acordo Internacional sobre Juta e Produtos da Juta. - 1982
- Polónia - ADERIU
- Grécia - RATIFICOU
- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (III CONFIMARJ1982
- Paraguai - RATIFICOU
- Estatuto do Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia.-1983
- Cuba, Panamá e Egito - RATIFICARAM
- Bulgária e Hungria - ACEITARAM
- Acordo Internacional de Madeira Tropical -1983
- China - ADERIU
- Convenção contra a Tortura e outras formas de Punição ou Tratamento Cruel, Desumano ou Dependente. -1984
- Bulgária e Suíça - RATIFICARAM
- Camarões - ADERIU
- Protocolo da Reunião Reconvocada de Plenipotenciários sobre o Estabelecimento do Centro Internacional para Engenharia Genética e Biotecnologia. - 1984
- Egito-RATIFICOU
- Convenção de Viena para a Proteção das Camadas de Ozônio. -1985
- Suíça - RATIFICOU
- Estatuto Orgânico da Comissão Sul-americana para a Luta contra Febre Aftosa e Ata do Reconhecimento da Comissão Sul-americana para a luta contra a Febre Aftosa - COSALFA - na qualidade de 'Comissão Permanente Institucionalizada a Nível Sub-Regional'. -1985

- Paraguai - RATIFICOU
- Convenção **sobre o Comércio do Trigo, 1986. -1986**
- Índia e Paquistão - **ADERIRAM**
- Japão - ACEITOU
- Acordo Internacional **do Cacau, 1986. -1986**
- Gabão e Hungria - **ADERIRAM**
- URSS - ACEITOU
- Convenção **sobre Assistência em caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica. -1986**
- Hungria - RATIFICOU
- Nova Zelândia-ADERIU
- Japão - ACEITOU
- Tratado da Comunidade **Ibero-Americana de Previdência Social. 1982**
- Brasil - RATIFICOU
- Acordo Internacional do **Açúcar, 1984. - 1984**
- Equador-RATIFICOU
- Egito - RATIFICOU
- Modificações aos Artigos 22(2) e **39(1) (a) do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) e Emendas ao Regulamento de Execução. 1984**
- Benin - ADERIU
- Convenção Internacional **contra o Apartheid no Esporte.-1985**
- RDA, Níger e Uganda - RATIFICARAM
- Convenção sobre o Comércio **de Trigo, 1986. - 1986**
- Japão - ACEITOU
- Convenção sobre Ajuda **Alimentar, 1986. - 1986**
- Japão - ACEITOU

atos bilaterais que entraram em vigor durante o terceiro trimestre de 1987.

ALEMANHA

- 01 - Ajuste Complementar ao **Acordo de Cooperação Técnica de 30.11.63**, sobre o projeto '**Desenvolvimento de Componentes e Sistemas Mecânicos de Veículos Ferroviários** e Vias Permanentes. Celebrado em Brasília, a **26 de julho de 1987**. Entrou em vigor, a 26.07.87 D.O.n 153, de 13.08.87

- 02 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30.11.63, sobre o Projeto 'Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro/FEEMA'.
Celebrado em Brasília, a 06 de julho de 1987.
Entrou em vigor, a 06.07.87
D.O.n 153, de 13.08.87
- 03 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30.11.63, sobre 'Implementação do Cadastro Territorial Rural no Paraná'.
Celebrado em Brasília, a 23 de julho de 1987.
Entrou em vigor, a 23.07.87
D.O.n 153, de 13.08.87
- 04 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30.11.63 sobre o Projeto 'Emancipação dos Perímetros Irrigados do DNOCS'.
Celebrado em Brasília, a 23 de julho de 1987
Entrou em vigor, a 23.07.87
D.O.n 153, de 13.08.87
- 05 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30.11.63, sobre o Projeto 'Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geofísica'.
Celebrado em Brasília, a 20 de agosto de 1987
Entrou em vigor, a 20.08.87
D.O.n 177, de 17.09.87
- 06 - Acordo por troca de notas relativo ao procedimento para a certificação de produtos aeronáuticos.
Celebrado em Brasília, a 26 de setembro de 1987.
Entrou em vigor, a 26.09.87

ARGENTINA

- 01 - Declaração Conjunta sobre Política Nuclear.
Celebrado em Viédma, a 17 de julho de 1987.
Entrou em vigor, a 17.07.87.
- 02 - Programa de Integração e Cooperação Económica e seus Protocolos.
Celebrado em Viédma, a 17 de julho de 1987
Entrou em vigor, a 17.07.87

CANADA

- 01 - Acordo P.T.N. relativo ao exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular.
Celebrado em Brasília, a 08 de julho de 1987
Entrou em vigor, a 08.07.87
D.O. n 132, de 15.07.87

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

- 01 - Acordo P.T.N. relativo ao exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular.
Celebrado em Brasília, a 08 de julho de 1987.
Entrou em vigor, a 08.07.87.
D.O. n 132, de 15.07.87

GRÃ-BRETANHA

- 01 - Acordo P.T.N. relativo ao exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular.
Celebrado em Brasília, a 08 de julho de 1987.
Entrou em vigor, a 08.07.87
D.O. n 132, de 15.07.87

MÉXICO

- 01 - Declaração Conjunta e Programa de Ação.
Celebrado em México-DF, a 20 de agosto de 1987.

PERU

- 01 - Declaração de Rio Branco
Celebrado em Rio Branco-AC, a 02 de julho de 1987
Entrou em vigor, em 02.07.87
- 02 - Programa de Ação de Puerto Maldonado.
Celebrado em Puerto Maldonado, a 03 de julho de 1987.
Entrou em vigor, em 03.07.87.
- 03 - Entendimento relativo à Declaração de Rio Branco e o Programa de Ação de Puerto Maldonado.
Celebrado em Brasília, a 20 de agosto de 1987.
Entrou em vigor, em 30.08.87
D.O. n 177, de 17.09.87

URUGUAI

- 01 - Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica sobre Cooperação no Campo da Propriedade Industrial, Informação Tecnológica e Registro de Transferência de Tecnologia.
Celebrado em Montevideú, a 29 de julho de 1987
Entrou em vigor, em 29.07.87
D.O. n 177, de 17.09.87

Organismos Internacionais O.N.U. - (UNIDO)

- 01 - Memorandum de Entendimento para o Desenvolvimento Industrial.
Celebrado em Brasília, a 01 de setembro de 1987.
Entrou em vigor, em 01.09.87
D.O. n 174, de 14.09.87

atos bilaterais assinados no terceiro trimestre mas que ainda não se acham em vigor.

Paraguai,

- 01 - Convênio para estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande.

Celebrado em Brasília, a 21 de julho de 1987.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS O.I.T.

- 01 - Acordo para a Cooperação Técnica com outros Países da América Latina e Países da África.

Celebrado em Genebra, a 29 de julho de 1987.

URSS

- 01 - Acordo sobre Cooperação Cultural.
Celebrado em Brasília, a 30 de setembro de 1987.

- 02 - Acordo sobre Programa a Longo Prazo de Cooperação Económica, Comercial, Científica e Tecnológica.

Celebrado em Brasília, a 30 de setembro de 1987.

ARGÉLIA

- 01 - Acordo de Cooperação Económica.

Celebrado em Argel, a 20 de setembro de 1987.

política nuclear brasil-argentina comunicado de imprensa

Comunicado de Imprensa sobre a V Reunião Plenária de Política Nuclear entre a Argentina e o Brasil, realizada em San Carlos de Bariloche, Argentina, entre 18 e 21 de agosto do corrente.

"No período de 18 a 21 de agosto de 1987 realizou-se na cidade de San Carlos de Bariloche a V Reunião Plenária sobre Política Nuclear entre Argentina e Brasil.

As declarações foram presididas pelo Secretário de Estado de Relações Internacionais da Argentina, Embaixador Jorge F. Sabato, pelo Senhor Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Sebastião do Rego Barros, pela Senhora Presidente da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA-Argentina), Dra. Emma Perez Ferreira e pelo Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN - Brasil), Dr. Rex Nazareh Alves, os quais foram assistidos por diplomatas e cientistas de ambos os países.

Durante o encontro, reuniram-se os subgrupos que surgiram dentro do marco do grupo de trabalho criado pela declaração sobre política nuclear subscrita pelos Presidentes Raul Alfonsín e José Sarney, dia 30 de novembro de 1985, na cidade de Iguaçu:

- a) Requerimentos legais e técnicos da cooperação;
- b) Cooperação técnica;
- c) Coordenação de políticas internacionais.

Trataram-se, entre outros temas, os aspectos vinculados à segurança de reatores, tratamento de rejeitos radioativos, detectores e instrumentação nuclear e analisaram-se os alcances e perspectivas das conversações para ampliar a cooperação nuclear.

Avaliaram-se também diversos temas relativos aos aspectos de política nuclear internacional que interessam aos dois países.

Por fim, representantes das empresas de ambos os países informaram à V Reunião Plenária os resultados das tratativas que se realizaram em Buenos Aires, na terceira semana de agosto de 1987."

sarney envia mensagem a reagan e gorbachev

Mensagens enviadas pelo Senhor Presidente da República, José Sarney, ao Senhor Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, e ao Senhor Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev, por ocasião do anúncio do encontro entre os dois líderes, no curso do qual se espera a assinatura de acordo para desativação de mísseis nucleares intermediários.

Mensagem ao Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor Ronald Reagan.

Senhor Presidente,

Foi com grande satisfação que tomei conhecimento do anúncio do seu próximo encontro com o Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, no curso do qual se espera a assinatura do primeiro acordo real de desarmamento da era nuclear.

Estou confiante de que esse entendimento histórico entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas abrirá caminhos para novos acordos, ainda mais abrangentes, destinados a eliminar para sempre das preocupações mais graves do gênero humano o espectro da aniquilação pela força das armas nucleares. Estou certo de que nesse processo, de legítimo interesse para toda a comunidade internacional, serão tomados os necessários cuidados para evitar a proliferação geográfica das armas de destruição em massa e para assegurar que as medidas a serem adotadas sejam equitativas e não-discriminatórias, vinculando-se estreitamente as deliberações bilaterais entre o seu Governo e o da União Soviética com os esforços empreendidos nos foros multilaterais.

Como Presidente de uma grande Nação dedicada à paz e à cooperação internacional, que rejeita a opção da utilização da energia atômica para fins destrutivos e que se tem empenhado em promover o objetivo do desarmamento nuclear, essencial para assegurar o progresso e a própria sobrevivência da humanidade, não posso deixar de antecipar minhas mais sinceras congratulações, na expectativa da conclusão e implementação do futuro acordo.

Presidente da República Federativa do Brasil

José Sarney

Mensagem ao Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética, Senhor Mikhail Gorbachev.

Senhor Secretário-Geral,

Foi com grande satisfação que tomei conhecimento do anúncio do seu próximo encontro com o Presidente dos Estados Unidos da América, no curso do qual se espera a assinatura do primeiro acordo real de desarmamento da era nuclear.

Estou confiante de que esse entendimento histórico entre a União de República Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América abrirá caminhos para novos acordos, ainda mais abrangentes, destinados a eliminar para sempre das preocupações mais graves do gênero humano o espectro da aniquilação pela força das armas nucleares. Estou certo de que nesse processo, de legítimo interesse para toda a comunidade internacional, serão tomados os necessários cuidados para evitar a proliferação geográfica das armas de destruição em massa e para assegurar que as medidas a serem adotadas sejam equitativas e não-discriminatórias, vinculando-se estreitamente as deliberações bilaterais entre o seu Governo e dos Estados Unidos da América com os esforços empreendidos nos foros multilaterais.

Como Presidente de uma grande Nação dedicada à paz e à cooperação internacional, que rejeita a opção da utilização da energia atômica para fins destrutivos e que se tem empenhado em promover o objetivo do desarmamento nuclear, essencial para assegurar o progresso e a própria sobrevivência da humanidade, não posso deixar de antecipar minhas mais sinceras congratulações, na expectativa da conclusão e implementação do futuro acordo.

Presidente da República Federativa do Brasil

José Sarney

sarney solidário com moçambique

O Presidente José Sarney enviou ontem telegrama ao Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, lamentando o massacre ocorrido na Província de Inhambane. A íntegra da mensagem é a seguinte: "Ao tomar conhecimento do massacre perpetrado contra a população desarmada de Homoine, na Província de Inhambane, peço a Vossa Excelência aceitar a mais profunda manifestação de pesar e de solidariedade do povo e do Governo brasileiros. Neste momento de luto para o povo moçambicano, reitero a Vossa Excelência o mais profundo repúdio brasileiro pelo ato bárbaro cometido no último dia 18, que ceifou numerosas vidas de irmãos moçambicanos na busca da desestabilização do legítimo Governo de Moçambique".

comissão mista brasil-tchecoslováquia reúne-se em Brasília

Ata Final da XII Reunião da Comissão Mista BrasM-Tchecoslováquia

Realizou-se em Brasília, de 28 a 30 de julho de 1987, a XII Reunião da Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, conforme o Artigo XII do Acordo de Comércio entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Socialista da Tchecoslováquia.

A Delegação brasileira foi chefiada por Sua Excelência o Senhor Embaixador Ronaldo Costa, Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos Bilaterais do Ministério das Relações Exteriores, e a Delegação tchecoslovaca por sua Excelência o Senhor Ján Garcar, Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Socialista da Tchecoslováquia.

As listas dos integrantes das Delegações constituem os Anexos I e II da presente Ata.

Durante sua estada em Brasília, o Chefe da Delegação tchecoslovaca teve entrevistas com o Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, com os Ministros da Saúde, Senhor Roberto Figueira Santos, do Interior, Senhor Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, e da Irrigação, Senhor Vicente Cavalcante Fialho, bem como os Secretários-Gerais dos Ministérios da Agricultura, Senhor Lázaro Ferreira Barbosa, da Indústria e Comércio, Senhor Luiz André Rico Vicente, com o Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Embaixador Rubens Antônio Barbosa, e com o Subsecretário de Cooperação Técnica do Ministério das Minas e Energia, Senhor José Geraldo Maciel.

Na abertura da sessão plenária da XII Reunião da Comissão Mista, os Chefes das duas Delegações pronunciaram discursos nos quais exprimiram as diretrizes essenciais das suas Delegações para as negociações da Comissão Mista. As Delegações aprovaram também a agenda da Reunião, que foi a seguinte:

- I. Exame da implementação da Ata Final da XI Reunião da Comissão Mista;
- II. Análise das relações comerciais desde a XI Reunião da Comissão Mista e estudo das medidas para seu aumento e diversificação;
- III. Avaliação dos assuntos correntes nas áreas comercial, de cooperação industrial, de promoção comercial e exame das suas perspectivas de desenvolvimento;

- IV. Estudo das perspectivas de cooperação científica e tecnológica.

As Delegações concordaram na criação de dois grupos de trabalho para avaliação das principais áreas de cooperação bilateral, assim definidas:

1. Assuntos gerais de política comercial bilateral;
2. Áreas de cooperação comercial e industrial e temas de cooperação científica e tecnológica.

1. Assuntos Gerais de Política Comercial

Recordando o 10 aniversário do Acordo Comercial entre o Brasil e a Tchecoslováquia, assinado em 19 de julho de 1977, as Delegações verificaram a necessidade de maiores esforços de ambos os países no sentido de, através do cumprimento dos dispositivos básicos do documento, atingir patamares mais elevados no intercâmbio comercial.

Ambas as Partes procederam a um exame dos dispositivos da Ata Final da XI Reunião da Comissão Mista, tendo verificado que, em razão da persistência de condições adversas na economia mundial e no comércio internacional, que se refletem negativamente nos dois países, algumas propostas ali contidas não puderam ser implementadas, não se produzindo o desejado aumento gradual do intercâmbio bilateral.

As Delegações assinalaram a importância dos esforços que vêm sendo empreendidos pelo dois Governos não só no sentido de concretizar as sugestões contidas na Ata Final da última Reunião, mas também de superar os obstáculos que têm dificultado a ampliação do comércio bilateral.

Dentre esses, as Partes destacaram as visitas a Praga da delegação parlamentar chefiada pelo então Presidente do Senado Federal, Senhor José Fragelli em fevereiro de 1986, do Ministro das Minas e Energia, Senhor Aureliano Chaves de Mendonça, em novembro de 1986, ocasião em que assinou com o Ministro do Comércio Exterior, Senhor Bohumil Urbán, Declaração Conjunta sobre a cooperação no setor energético, incluindo petróleo, gás, carvão e fertilizantes, do Governador eleito do Estado do Maranhão, Senhor Epitácio Cafeteira, em dezembro de 1986, e do Governador eleito do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias, em janeiro de 1987.

Da mesma forma, foram realçadas as visitas ao Brasil do Primeiro Vice-Ministro do Comércio Exterior, Senhor Ladislav Vodraska, em janeiro de 1986, do Ministro das Finanças, Senhor Jaromir Zak, que firmou com o Ministro das Relações Exteriores, Senhor Roberto de Abreu Sodré, a Convenção para evitar a bitributação de rendas, em agosto de 1986, e do Primeiro Vice-Ministro do Comércio Exterior, Senhor Frantisek Langer, que assinou com os Governadores dos Estados do Paraná e de Pernambuco Declarações Conjuntas sobre projetos de interesse comum, em março de 1987.

As Delegações verificaram que os documentos assinados durante essas visitas serviram de balizamento para a busca de novas perspectivas de desenvolvimento do comércio bilateral e convieram em prosseguir a análise de viabilidade dos projetos neles mencionados.

Passando ao exame do intercâmbio bilateral, as Partes verificaram que este vem-se caracterizando, nos dois últimos anos, pelo declínio crescente dos valores globais das trocas. Constataram que o comércio, tradicionalmente favorável ao Brasil, vem apresentando tendência ao equilíbrio, porém a níveis muito baixos, dada a redução progressiva das importações tchecoslovacas de produtos brasileiros e a recuperação das exportações da Tchecoslováquia para o Brasil ocorrida em 1986.

Na busca de soluções para reverter esta situação desfavorável, as Delegações convieram em recomendar aos órgãos competentes respectivos o estreitamento dos contatos entre empresas e instituições dos setores público e privado dos dois países, a fim de propiciar maior conhecimento das necessidades e potencialidades de ambos os mercados.

Nesse contexto, as Delegações registraram, com satisfação, o início, em 1986, dos entendimentos entre a Federação das Câmaras de Comércio Exterior do Brasil e a Câmara de Comércio e Indústria da Tchecoslováquia, que deverão contribuir para a realização dos objetivos comuns de ampliação do comércio bilateral.

As Partes concluíram, ademais, sobre a necessidade de serem examinadas as possibilidades de diversificação das pautas do comércio bilateral, de forma a modificar a atual estrutura do comércio, que contempla, de maneira apenas residual, as exportações de produtos manufaturados brasileiros.

A Delegação brasileira sublinhou sua disposição de ampliar significativamente as vendas de produtos industrializados, inclusive no campo de máquinas, equipamentos, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, produtos alimentícios, vestuários, calçados, produtos têxteis, partes e peças de veículos automotivos.

A Delegação tchecoslovaca solicitou a atenção da Delegação brasileira para alguns problemas encontrados no tocante à liberação no Brasil de guias de importações para produtos oriundos da Tchecoslováquia. A Delegação brasileira salientou que as dificuldades encontradas pelo lado tchecoslovaco decorrem de problemas de balanço de pagamentos enfrentados pelo Brasil, não se configurando tratamento discriminatório contra produtos tchecoslovacos no mercado brasileiro.

Prosseguindo o estudo das fórmulas para desenvolver a cooperação econômico-comercial, as Partes assinalaram que a área de operações conjuntas em terceiros mercados deverá continuar a ser explorada, com vistas a aproveitar o estágio de desenvolvimento alcançado por ambos os países, tanto na produção de equipamentos, quanto no tocante à concepção de projetos.

As Partes consideraram, ainda, a eventual introdução de novas formas de comércio, tais como negócios de compensa-

ção, **barter** e trocas vinculadas, no intercâmbio bilateral e convieram em encarregar as instituições especializadas de cada país de estudarem as possibilidades de funcionamento desses mecanismos, bem como de identificar os produtos que seriam apropriados a esses tipos de transação.

As Delegações convieram em examinar as possibilidades de formação de **joint-ventures** em diversas áreas, como uma maneira de equilibrar e expandir o comércio bilateral. A esse propósito, a Delegação brasileira sublinhou seu interesse em que a criação de **joint-ventures** envolva efetiva transferência de tecnologia, assistência técnica e formação de pessoal especializado.

Com vistas a contribuir para a diversificação das pautas das mercadorias trocadas, as Delegações assinalaram a importância da participação nas feiras e exposições organizadas nos dois países. Nesse sentido, registraram a participação brasileira na próxima Feira de Maquinaria de Brno, em setembro do corrente ano, para o que a Parte tchecoslovaca contribuiu com a cessão gratuita de espaço de 200 metros quadrados. Registraram, igualmente, a intenção da Tchecoslováquia de promover uma exposição comercial e industrial em São Paulo, em 1988. A Delegação brasileira assegurou à Delegação tchecoslovaca que estão sendo tomadas as providências necessárias no sentido de facilitar a realização da feira.

No que se refere às mostras acima mencionadas, bem como à eventual participação do Brasil nas Feiras de Brno em 1988, ambas as Partes envidarão esforços com vistas à liberação da mercadoria expostas nesses eventos para venda, respeitadas as respectivas legislações nacionais sobre o assunto.

2. Áreas de Cooperação Comercial, Industrial e Temas de Cooperação Científica e Tecnológica

Apreciando os assuntos correntes da cooperação econômico-comercial, sublinharam o interesse recíproco no fornecimento de minério de ferro à Tchecoslováquia, com base em acordos de longo prazo, bem como na cooperação nos setores de geração de energia elétrica e de mineração. Nesse contexto, as Delegações tiveram presente a Declaração Conjunta, de 28.11.1986, assinada pelo Ministro das Minas e Energia, Senhor Aureliano Chaves de Mendonça, e o Ministro do Comércio Exterior, Senhor Bohumil Urban, na qual foi definida a participação da Tchecoslováquia na construção da usina hidrelétrica de Itá. As partes destacaram o bom entendimento alcançado nas negociações entre a ELETROSUL e a SKODAEXPORT, reiterando o interesse comum em que a contratação pela ELETROSUL seja efetivada até dezembro de 1987.

Ambas as partes acordaram continuar os estudos de viabilidade de participação da Tchecoslováquia em outros projetos, nos termos da Declaração Conjunta acima mencionada.

A Parte tchecoslovaca assinalou seu interesse em participar, conjuntamente com empresas brasileiras, em projetos de carvão, de outros minerais e do setor siderúrgico definidos no "II Plano Siderúrgico Nacional", mencionando-se o Projeto da USIMAR, como possibilidade mutuamente vantajosa.

Recordando a Declaração Conjunta assinada em julho de 1985 pelos Ministros da Agricultura e do Interior do Brasil e pelo Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia, que estabeleceu esquema de exportação de farelo de soja contra o fornecimento de tecnologia e equipamentos tchecoslovacos para projetos de irrigação no Brasil, a Delegação brasileira assinalou que o Ministério da Irrigação anotou a oferta tchecoslovaca referente ao projeto de São Bernardo bem como a respeito de outros projetos a serem executados no Brasil, notadamente os de Jalba e Jequitaí.

A Parte brasileira manifestou interesse em ampliar as exportações de não-ferrosos, de ferro-gusa, ferro-ligas e outras ligas para a Tchecoslováquia, tendo a Delegação tchecoslovaca reiterado sua disposição em examinar o assunto inclusive formas de sua participação em projetos no setor.

A Delegação tchecoslovaca informou, ainda, a Delegação brasileira a respeito de seu interesse em participar de outros projetos brasileiros, em cooperação com a Indústria Nacional nas várias áreas da produção industrial, mencionando os seguintes setores:

- fábricas de cerveja
- equipamento portuário
- pesquisa e extração geológica
- equipamento para a indústria têxtil, de costume e calçados
- máquinas gráficas
- máquinas operatrizes
- equipamento médico-hospitalar
- motores para embarcações marítimas e fluviais
- compressores diesel, pequenas turbinas a gás e a vapor destinados a projetos de cogeração
- equipamento para projetos de transporte urbano, trolleybus
- equipamento para produção de ácido cítrico e proteínas de forragem na base de resíduos de usinas de açúcar
- aproveitamento integral de agro-indústria canavieira
- indústria química e petroquímica de borracha, látex e artefatos
- produtos de vidro

A Delegação brasileira tomou nota da manifestação da Delegação tchecoslovaca e procurará promover o exame desses assuntos pelos órgãos competentes.

A Delegação brasileira manifestou seu interesse em dar continuidade às exportações para a Tchecoslováquia de produtos tradicionais, bem como incluir na pauta de exportação produtos industrializados, manufaturados, inclusive equipamentos.

As Partes examinarão as possibilidades de cooperação na área de serviço de controle de qualidade e inspeção de mercadoria.

A Parte tchecoslovaca informou ter apresentado propostas de cooperação na área de pesquisa geológica a entidades brasileiras, relacionadas a contrapartidas de importação de produtos do setor mineral. A Parte brasileira transmitirá às entidades pertinentes o interesse em que o assunto seja devidamente examinado.

As Partes registraram que, embora o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em 2 de julho de 1985, não tenha entrado em vigor, os dois países poderiam iniciar os contatos entre cientistas e especialistas, com vistas a melhor conhecer o atual estágio de desenvolvimento de cada um nas áreas de ciência e tecnologia. Nesse sentido, a Delegação brasileira propôs o envio de missão exploratória à Tchecoslováquia.

A Parte brasileira manifestou interesse em que os estudos preliminares sobre as possibilidades de cooperação bilateral se concentrem nos setores de informática, mecânica fina, química fina, biotecnologia, novos materiais, bem como transferências de tecnologia de equipamentos técnico-educacionais e médico-hospitalares.

A Delegação brasileira ressaltou seu interesse em desenvolver essas atividades, através dos seguintes mecanismos: a) intercâmbio na capacitação de recursos humanos; b) desenvolvimento conjunto de projetos em tecnologias avançadas; e c) transferência de tecnologia de ponta.

A Delegação tchecoslovaca manifestou interesse na: transferência de licenças para empilhadeiras, máquinas de homogeneização, de tecnologia para aproveitamento de quartz, de **know-how** para fabricação de heparinóide; tecnologia de tratamento de água; tecnologia de inseminação artificial e transplante de embriões (bovinos e equinos).

As Delegações concordaram que a próxima Reunião da Comissão Mista deverá realizar-se em 1989, em Praga, em data a ser acertada por via diplomática.

A presente Ata Final foi assinada em Brasília, no dia 30 de julho de 1987, em dois exemplares, igualmente autênticos e válidos, na língua portuguesa.

Pela Parte Tchecoslovaca

(Vice-Ministro do Comércio Exterior)

Ján Garcár

Pela Parte Brasileira

(Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos Bilaterais)

Embaixador Ronaldo Costa

josé samey tem encontro de trabalho com desi bouterse

Esteve no dia 11 de setembro em Brasília o Comandante Desi Bouterse, líder do Governo surinamense, que foi recebido em encontro de trabalho pelo Presidente José Sarney, a quem expôs os resultados, problemas e perspectivas do processo de democratização em que seu Governo está empenhado. O Presidente da República reiterou-lhe o interesse do Brasil

pelo pleno êxito da democratização surinamense, com o cumprimento do calendário previsto, fazendo votos para que isso assegure ao povo surinamense a paz e a prosperidade que merece. Foi também examinado o estado dos programas de cooperação econômica entre os dois países, inclusive a possibilidade de novas iniciativas, que terão de levar em conta as limitações impostas pelas circunstâncias especiais que o Brasil ora atravessa. O encontro de trabalho propiciou ampla e útil troca de ideias. O Comandante Bouterse regressou no mesmo dia a Paramaribo.

visita do presidente sarney à argentina

discursos proferidos pelos presidentes josé sarney e raúl alfonsín, em viedma, no dia 15 de julho de 1987 3

declaração conjunta sobre política nuclear

declaração conjunta sobre política nuclear, assinada em 17 de julho de 1987, em viedma, pelo presidente da república federativa do brasil, josé sarney e pelo presidente da república argentina, raúl alfonsín 9

presidente sarney no méxico

pronunciamento do presidente josé sarney no pátio de honra do palácio nacional, na ocasião em que foi recebido pelo presidente dos estados unidos mexicanos miguel de la madrid - cidade do méxico 11

palavras do presidente sarney durante jantar oferecido pelo presidente miguel de la madrid

discurso pronunciado pelo presidente josé sarney, durante o jantar oferecido pelo presidente do méxico, miguel de la madrid, no palácio detlatelolco-cidade do méxico- 17.08.87 12

discurso do presidente sarney, ao receber as chaves simbólicas da cidade do méxico.

15

discurso do presidente sarney na sala de conferências do colégio do méxico

pronunciamento do presidente josé sarney na sala de conferências do colégio do méxico. cidade do méxico - 18.08.87 16

presidente sarney fala aos empresários mexicanos.

pronunciamento do presidente josé sarney por ocasião de encontro com empresários mexicanos, na sociedade mexicana de crédito (somex) - cidade do méxico -18.08.87 19

presidente sarney exalta hospitalidade do povo mexicano

pronunciamento do presidente josé sarney durante jantar na residência oficial do governador do estado de jalisco - guadalajara, méxico - 19.08.87 20

presidente sarney fala ao congresso mexicano

pronunciamento do presidente josé sarney perante o congresso da união, no palácio legislativo - cidade do méxico - 18.08.87 21

declaração conjunta e programa de ação brasil-méxico

25

o enriquecimento de urânio e o programa autônomo de tecnologia nuclear brasileira

pronunciamento do presidente josé sarney, no palácio do planalto, em 4 de setembro de 1987, por ocasião da cerimônia de apresentação das realizações do programa autônomo de tecnologia nuclear e seus reflexos 31

paraguai estabelece um depósito franco no porto do rio grande

discursos pronunciados pelo ministro de estado das relações exteriores do brasil, roberto de abreu sodrô, e pelo ministro das relações exteriores do paraguai, carlos augusto saldivar, no palácio do Itamaraty, em 21 de julho de 1987, na cerimônia de assinatura do convênio para o estabelecimento de um depósito franco paraguaio no porto do rio grande 35

brasil e paraguai assinam convênio

convênio entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república do paraguai para o estabelecimento de um depósito franco no porto do rio grande 37

abreu sodré na unctad	
discurso pronunciado, em 29 de julho de 1987, pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, na sessão plenária da vii unctad, em genebra	39
a sudene e a participação internacional no desenvolvimento do nordeste	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores roberto de abreu sodré no palácio itamaraty, em 12 de agosto de 1987, no seminário organizado pela sudene, "a participação Internacional no desenvolvimento do nordeste".	43
em Brasília, o seminário sobre o "Brasil e a política nuclear internacional".	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio itamaraty, em 13 de agosto de 1987, por ocasião da abertura do seminário "o Brasil e a política nuclear internacional".	45
o Brasil e a declaração sobre a zona de paz e de cooperação do atlântico sul	49
no Brasil a delegação da comissão mundial para o meio ambiente e o desenvolvimento	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio itamaraty, em 31 de agosto de 1987, durante almoço oferecido à delegação da comissão mundial para o meio ambiente e o desenvolvimento por ocasião de sua visita ao Brasil	55
visita do diretor da unido	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio itamaraty, em Brasília, em 1 de setembro de 1987, por ocasião de almoço em homenagem ao senhor diretor da unido, embaixador domingo siazon júnior	57
memorandum de entendimento	
memorandum de entendimento entre o governo da república federativa do Brasil e a organização das nações unidas para o desenvolvimento industrial (unido)	58
abreu sodré discursa em caracas na xiii reunião do sela	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, em 17 de setembro de 1987, presente a xiii reunião do sela, em caracas	63
abertura do debate geral da xiii assembléia-geral da onu	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, em 21 de setembro de 1987, na sessão de abertura do debate geral da xiii assembléia-geral da onu	67
o ministro dos negócios estrangeiros da urss visita o Brasil	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio itamaraty, em 30 de setembro de 1987, na cerimônia de assinatura de atos com o ministro de negócios estrangeiros da urss, eduard sheavardnadze	73
palavras do chanceler sheavardnadze na cerimônia de assinatura de atos	
discurso pronunciado pelo chanceler sheavardnadze na cerimônia de assinatura de atos, realizada no itamaraty em 30.9.87	75
comunicado conjunto brasileiro-soviético	
comunicado conjunto brasileiro-soviético, sobre a visita oficial do ministro dos negócios estrangeiros da urss ao Brasil	77
josé sarney e alan garcia: a integração das regiões fronteiriças	
programa de ação de puerto maldonado e declaração do rio branco, firmados respectivamente nos dias 2 e 3 de julho de 1987, entre o presidente josé sarney e o presidente alan garcia pérez	85

declaração de rio branco	86
a segunda reunião do mecanismo permanente de consulta e concertação política	
conclusões e comunicado conjunto, oriundos da segunda reunião de mecanismo permanente de consulta e concertação política, realizada em campos do jordão e brasília de 9 a 11 de agosto de 1987	89
relações diplomáticas	
designação de embaixadores brasileiros	91
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	91
tratados, acordos, convênios	
brasil e alemanha assinam ajustes complementares ao acordo de cooperação técnica de 30 de novembro de 1963	93
brasil e argentina assinam programa de integração e cooperação económica	97
brasil-inglaterra - acordo de reciprocidade	99
brasil-eua - acordo de reciprocidade	100
brasil-canadá - acordo de reciprocidade	100
brasil-uruguai - acordo básico de cooperação científica e técnica	101
registro de assentamentos de atos multilaterais ocorridos no terceiro trimestre do ano de 1987	102
atos bilaterais que entraram em vigor durante o terceiro trimestre de 1987	105
atos bilaterais assinados no terceiro trimestre mas que ainda não se acham em vigor	106
comunicados e notas	
política nuclear brasil-argentina - comunicado de imprensa	107
mensagem	
samey envia mensagem a reagan e gorbachev	109
sarney solidário com moçambique	109
notícias	
comissão mista brasil-tchecoslováquia reúne-se em brasília	111
jósé sarney tem encontro de trabalho com derse bouterse	114



Gráfica do
Centro de Documentação/CDO